

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
NÍVEL MESTRADO**

**EDUARDO FINGER**

**“ARDOROSA MARAGATA”:  
a Atuação Política de Ana Aurora do Amaral Lisboa em  
Rio Pardo – RS (1890-1920)**

**São Leopoldo**

**2020**

EDUARDO FINGER

**“ARDOROSA MARAGATA”:  
a Atuação Política de Ana Aurora do Amaral Lisboa em  
Rio Pardo – RS (1890-1920)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Korndörfer  
Coorientadora: Profa. Dra. Máira Ines Vendrame

São Leopoldo  
2020

F497a Finger, Eduardo.  
“Ardorosa maragata” : a atuação política de Ana Aurora do Amaral Lisboa em Rio Pardo - RS (1890-1920) / por Eduardo Finger. – 2020.  
145 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2020.  
Orientadora: Dra. Ana Paula Korndörfer.  
Coorientadora: Dra. Maíra Ines Vendrame.

1. Ana Aurora do Amaral Lisboa. 2. Rio Grande do Sul. 3. Federalista. 4. Trajetória política. I. Título.

CDU: 929

EDUARDO FINGER

**“ARDOROSA MARAGATA”:  
a Atuação Política de Ana Aurora do Amaral Lisboa em  
Rio Pardo – RS (1890-1920)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Aprovado em 18 de junho de 2020.

BANCA EXAMINADORA

---

Ana Paula Korndörfer - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

---

Éder da Silva Silveira - Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

---

Maíra Ines Vendrame - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

---

Marcos Antonio Witt - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

---

Paulo Roberto Staudt Moreira - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

## **AGRADECIMENTOS À CAPES**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço às minhas orientadoras, professoras Ana Paula e Máira pela paciência e dedicação a esse trabalho e ao meu colega e amigo de pós-graduação: Tiago de Moraes Kieffer.

Agradeço aos meus avaliadores, os professores Éder da Silva Silveira, Marcos Witt e Paulo Moreira – que foram meus professores no mestrado ou na graduação –, pelos apontamentos e sugestões. Não posso deixar de agradecer à dona Neusa, arquivista do Arquivo Municipal de Rio Pardo, assim como aos amigos Lucas Cunha e Andrei Weber, pela ajuda na pesquisa dos arquivos. O pessoal do departamento de História e Geografia da UNISC por me auxiliar na coleta da documentação no CEDOC-UNISC. Também aos profissionais da APERS e aos profissionais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, pelo acesso ao acervo digital da Biblioteca Nacional na Hemeroteca.

Um agradecimento aos meus familiares, que me deram apoio material e toda solidariedade durante esse período acadêmico. Agradeço especialmente a minha madrinha Eva e minhas tias Raquel, Sirlei, Ana, Sandra. À minha esposa Emanuele, por todo carinho e dedicação por todo esse tempo. Ao meu irmão Vinícius e minha Mãe Virgínia: meu muito obrigado por tudo que fizeram por mim hoje e sempre. Por último, meu agradecimento atemporal à Ana Aurora do Amaral Lisboa.

## RESUMO

Ana Aurora do Amaral Lisboa (1860-1951) foi uma professora, escritora sul-rio-grandense e ativista política. Natural de Rio Pardo, Ana Aurora vivenciou capítulos importantes da história brasileira do final do século XIX e primeira metade do século XX. Esta pesquisa busca compreender a trajetória política dessa professora e escritora rio-pardense, notória simpatizante do Partido Liberal e Partido Federalista gaúcho. Trabalhamos um conjunto diversificado de fontes históricas, como relatos (auto)biográficos, correspondências, jornais, processo-crime e inventário. Analisando o perfil socioeconômico de sua família, foi possível observar que os Amaral Lisboa eram de uma família modesta. Conclui-se que o itinerário de Ana Aurora no “mundo das letras”, como professora e escritora, foi alavancado pela influência social da sua família. Em meio à guerra civil da Revolução Federalista (1893-1895), compreendemos um evento que norteou a vida política de Ana Aurora. Em uma ação que visava reparar a honra individual e familiar, Ana Aurora ganhou notoriedade na política regional e, posteriormente, na historiografia, pela escaramuça com Antero Fontoura (opositor político), gerando a abertura de um processo-crime e uma série de confrontos midiáticos entre ambos. Utilizando a escrita como recurso, como forma de se defender e participar do conflito civil no estado, esse acontecimento biográfico ficou marcado na memória sobre Ana Aurora e alavancou sua carreira como colunista política e “membra honorária” dos federalistas. A atuação de Ana Aurora em jornais como *A Reforma* e *Gaspar Martins* ampliou sua reputação como uma destacada maragata, atuação marcada por tensionamentos e estratégias, sendo uma mulher que se debruçava sobre assuntos políticos em espaços públicos majoritariamente masculinos.

**Palavras-chave:** Ana Aurora do Amaral Lisboa. Rio Grande do Sul. Federalista. Trajetória política.

## ABSTRACT

Ana Aurora do Amaral Lisboa (1860-1951) was a teacher, writer from Rio Grande do Sul and political activist. Born in Rio Pardo, Ana Aurora experienced important chapters of Brazilian history in the late 19th century and the first half of the 20th century. This research seeks to understand the political trajectory of this teacher and writer from Rio-Pardense, a notorious supporter of the Liberal Party and the Federalist Party of Rio Grande do Sul. We work with a diverse set of historical sources, such as (auto) biographical reports, correspondence, newspapers, criminal proceedings and inventory. Analyzing the socioeconomic profile of his family, it was possible to observe that the Amaral Lisboa were from a modest family. It is concluded that Ana Aurora's itinerary in the "world of letters", as a teacher and writer, was leveraged by the social influence of her family. In the midst of the civil war of the Federalist Revolution (1893-1895), we understand an event that guided Ana Aurora's political life. In an action aimed at repairing individual and family honor, Ana Aurora gained notoriety in regional politics and, later, in historiography, for the skirmish with Antero Fontoura (political opponent), generating the opening of a criminal process and a series of media confrontations between both. Using writing as a resource, as a way to defend and participate in the civil conflict in the state, this biographical event was marked in memory about Ana Aurora and leveraged her career as a political columnist and "honorary member" of the federalists. Ana Aurora's performance in newspapers such as *A Reforma* and *Gaspar Martins* increased her reputation as an outstanding maragata, a performance marked by tension and strategies, being a woman who focused on political issues in mostly male public spaces.

**Key-words:** Ana Aurora do Amaral Lisboa. Rio Grande do Sul. Federalist. Political trajectory.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ana Aurora do Amaral Lisboa .....	12
Figura 2 - Busto de Ana Aurora e Zamira do Amaral Lisboa .....	15
Figura 3 - Antigo Colégio Amaral Lisboa .....	17
Figura 4 - Arvore genealógica Família Amaral Lisboa.....	26

## LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AHMRP	Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo
AHMSM	Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria
APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
CEDOC-UNISC	Centro de Documentação e Memória da Universidade de Santa Cruz do Sul
NBR	Normas Brasileiras de Regulação
PL	Partido Libertador
PRR	Partido Republicano Riograndense
PSD	Partido Social Democrático
PFB	Partido Federalista Brasileiro
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1: OS PRIMEIROS CAMINHOS .....</b>	<b>26</b>
1.1 A Família Amaral Lisboa.....	26
1.2 O Início das Cartas e Versos .....	35
<b>CAPÍTULO 2: OS EMBATES DE ANA AURORA.....</b>	<b>52</b>
2.1 O Contexto Regional.....	52
2.2 A Vingança de Ana Aurora .....	61
2.3 Retalhos do <i>Club Republicano</i> .....	72
2.4 Demanda e Reparação.....	80
<b>CAPÍTULO 3: A MARAGATA DA VELHA GUARDA .....</b>	<b>99</b>
3.1 Uma Ferrenha Maragata.....	99
3.2 D. Aurora é uma Mulher Muito Homem para Isto .....	102
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>123</b>
<b>FONTES DOCUMENTAIS .....</b>	<b>126</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>129</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nossa proposta, nesta pesquisa, é discutir a atuação, o posicionamento político-partidário de uma professora, poetisa e federalista, Ana Aurora do Amaral Lisboa, no Rio Grande do Sul do século XIX, um período em que a política não era entendida como um espaço também de atuação feminina.

A ideia desta pesquisa surgiu a partir do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido na Graduação em História – Licenciatura Plena da Universidade de Santa Cruz (UNISC). Por questões de interesse e logística, optei por pesquisar um assunto referente à história de Rio Pardo, Rio Grande do Sul.<sup>1</sup>

Ana Aurora do Amaral Lisboa era natural de Rio Pardo, Rio Grande do Sul. Morou a maior parte de sua longa vida em sua terra natal, atuando como professora primária ao longo de muitas décadas. Católica e entusiasta do Partido Liberal durante o regime imperial e dos federalistas na República, Ana Aurora é uma das personagens da história local de maior reconhecimento. Nasceu no dia 24 de setembro de 1860 em Rio Pardo. Viveu na mesma cidade durante a maior parte de seus 91 anos de vida, como já indicamos, falecendo em 1951.

Filha do casal Joaquim Pedro da Silva Lisboa e de Maria Carlota do Amaral Lisboa, Ana Aurora tinha dez irmãos. A família Amaral Lisboa pertencia, durante o Império, ao Partido Conservador em Rio Pardo. Com o advento da República, a família mesclava correligionários do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), como o irmão mais velho, Adolfo Lisboa, assim como simpatizante dos federalistas, no caso, os irmãos Frederico, Augusto e Alberto e as irmãs Carlota, Zamira e a própria Ana Aurora.

---

<sup>1</sup> Participei, como bolsista voluntário, durante os dois semestres de 2012, do projeto *Memória, Representações Sociais e Identidades Regionais: Levantamento, Diagnóstico e Divulgação do Acervo do CEDOC/UNISC*, sob orientação do professor doutor José Martinho Rodrigues Remedi. Esse projeto tinha como objetivos pesquisar formas de identificação, de organização de inventário, de restauração, de conservação, de catalogação do acervo e de criação de mecanismos de divulgação e de educação patrimonial, para preservação de uma importante massa documental histórica regional, junto ao Acervo do Centro de Documentação da Universidade de Santa Cruz do Sul – CEDOC-UNISC, visando atingir as comunidades acadêmica e regional em geral. Também atuei, como bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), no projeto *História do pensamento econômico e social no Rio Grande do Sul*, sob a orientação do professor doutor Olgário Paulo Vogt. As atividades ocorreram de agosto de 2012 até julho de 2014. O objetivo do projeto era analisar os discursos políticos sobre a escravidão no Rio Grande do Sul, no período imperial, através de fontes documentais como os jornais *A Reforma*, *A Federação* e *O Conservador*. Além do trabalho com os periódicos, analisamos os discursos parlamentares da Assembleia Legislativa da província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Rio Pardo situa-se na região central do Rio Grande do Sul, na margem esquerda do rio Jacuí. Foi uma das primeiras vilas criadas no Rio Grande de São Pedro. Sua fundação estava diretamente ligada com o Tratado de Madri, servindo como um ponto militar estrategicamente importante para o império português contra os espanhóis e guaranis.

Conforme Olgário Vogt, sendo Rio Pardo uma região de fronteira, cultivou-se uma cultura militarizada, com importantes escolas militares. No início do século XIX, Rio Pardo era enorme territorialmente, correspondendo a todo o oeste do atual estado do Rio Grande do Sul. A povoação da localidade experimentou “um surto de desenvolvimento econômico”, proporcionado pela “expansão da agricultura e da pecuária, sobretudo pelo desenvolvimento da atividade mercantil”. (VOGT, 2001, p. 102). Essas atividades levaram à ascensão de Rio Pardo como um importante “entreposto comercial” entre o final do século XVIII e início do século XIX. (VOGT, 2001, p. 103).

É nesta localidade que se inserem os Amaral Lisboa e nossa personagem, Ana Aurora. De acordo com Regina Abreu (1994, p. 66-84), indivíduos podem ser alvo de um processo de “monumentalização”, ou seja, algumas figuras públicas se tornam parte do patrimônio de certa região, como no caso de Ana Aurora do Amaral Lisboa em Rio Pardo.

Figura 1 - Ana Aurora do Amaral Lisboa



Fonte: Caixa Ana Aurora nº 1, AHMRP.

O escritor, jornalista e político Moysés Vellinho escreveu a dedicatória homenageando Ana Aurora no livro *A Grande Mestra*, de Walter Spalding. Neste texto, Vellinho (1953, p. 11)<sup>2</sup> ressaltou o seguinte:

O sentimento de respeito à mulher que pugnava pelas ideias com tanta coragem e altivez, ao longo de uma vida que ela soube viver com exemplar severidade, através de ásperos decênios, até transpor, já arquejante, a casa dos oitenta, sem nunca ter mentido às suas convicções nem claudicado no exercício da nobre intransigência que animou seus atos e palavras.

Essas palavras de Moysés Vellinho (1953) ao exaltar Ana Aurora demonstram a imagem de respeitabilidade que a professora detinha entre historiadores diletantes da primeira metade do século XX.

Na ocasião de sua morte, em 22 de março de 1951, recebeu diversas homenagens e foi lembrada por ex-alunos, membros do mundo da política e escritores gaúchos. Muitos dos que homenagearam ela já haviam dado suporte material durante a falta de recursos financeiros na década de 1940, época em que Ana Aurora já era aposentada. O político Raul Pilla (apud SPALDING, 1953, p. 121)<sup>3</sup>, em sua coluna chamada *Microscópio*, no jornal *Correio do Povo*, publicado em 23 de agosto de 1944, teceu elogios à Ana Aurora e sua irmã, Zamira do Amaral Lisboa: “São duas mestras excepcionais, que devotaram inteiramente uma longa vida, não somente ao ensino, mas também a verdadeira educação da puerícia”.

Em correspondência ativa de Biaggio Tarantino, diretor do Museu de Rio Pardo, de 26 de março de 1951, destinada ao deputado estadual Liberato Salzano Vieira da Cunha, com o intuito de convidar o deputado a prestar as homenagens póstumas oferecidas à Ana Aurora na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Tarantino teceu um comentário sobre a postura da professora rio-pardense. “Ana Aurora foi sempre uma ardorosa maragata, defensora dos ideais de Gaspar e imperialista intransigente”. (Correspondência de Biaggio Tarantino ao Deputado Estadual Liberato Salzano Vieira da Cunha, Rio Pardo, 26 de março de 1951, Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo Biaggio Tarantino).

---

<sup>2</sup> Moysés de Moraes Vellinho nasceu em Santa Maria, no dia 6 de janeiro de 1902, e faleceu em Porto Alegre no dia 27 de agosto de 1980. Foi escritor, jornalista e político, sendo membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

<sup>3</sup> Raul Pilla foi político, médico, professor e escritor sul-rio-grandense. Nasceu em Porto Alegre em 20 de janeiro de 1892, falecendo na mesma cidade em 07 de junho de 1973. Era famoso por defender o sistema parlamentarista, sendo membro do Partido Federalista e do Partido Libertador. Entre os jornais em que trabalhou, destacam-se o *Correio do Povo* e o *Diários de Notícias*.

O vereador de Rio Pardo, Cid da Costa Correia, do Partido Libertador, prestou uma homenagem póstuma na Câmara Municipal dias depois do falecimento de Ana Aurora, em 1951.

Cidadã illustre que com o fulgor de seu talento e brilho de sua inteligência marcou época na história de Rio Pardo pelo seu espírito e luta e pelos princípios que defendia de liberdade e justiça. Professora emérita, escritora de renome, jornalista notável, Ana Aurora soube sempre elevar bem alto o nome de Rio Pardo. (Câmara Municipal de Rio Pardo, 26 de março de 1951, Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo Biaggio Tarantino).<sup>4</sup>

No Jornal de Rio Pardo, em artigo publicado do dia 30 de março de 1951, outra homenagem era feita: “Inspirados no espírito de veneração e respeito aqui deixamos as nossas homenagens a esta ilustre rio-pardense que com tanto amor e patriotismo soube honrar as tradições de sua terra legando aos conterrâneos um patrimônio de civismo”. (*Jornal de Rio Pardo*, Rio Pardo, 30 de março de 1951 (Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo Biaggio Tarantino). Porém, não encontramos apenas lembranças positivas sobre a personagem Ana Aurora após o seu falecimento. Nem a sua morte foi capaz de apaziguar as divergências políticas e os rancores em relação à professora e poetisa no município.

Em 1952, foi inaugurada, em Rio Pardo, a Escola Normal Ernesto Alves<sup>5</sup>. Duas salas da escola receberiam uma placa com os nomes das professoras Ana Aurora e Zamira do Amaral Lisboa, irmã que lecionou com Ana Aurora, por muitos anos, na Escola Amaral Lisboa. Porém, uma parcela do corpo docente, assim como a então diretora escolar, Maria Quadros Pereira Rego, rejeitaram tal homenagem justificando que “[...] Ana Aurora e Zamira do Amaral Lisboa terem sido más mestras e essencialmente políticas”. (SPALDING, 1953, p. 132).

Esse fato acabou repercutindo entre ex-alunos de Ana Aurora. Glicério Alves<sup>6</sup>, que tinha sido deputado estadual pelo Partido Social Democrático (PSD), comunicava que não participaria da inauguração da escola. (Correspondência de Glicério Alves à Maria Quadros Pereira Rego, 2 de outubro de 1952, Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo Biaggio Tarantino). No *Correio do Povo*, outro ex-aluno, chamado Aníbal Vieira dos Santos, saiu em defesa de Ana Aurora,

---

<sup>4</sup> Discurso de Cid da Costa Correia.

<sup>5</sup> Atualmente é o Instituto Estadual de Educação Ernesto Alves, em Rio Pardo.

<sup>6</sup> Glicério Alves era natural de Rio Pardo, foi deputado estadual pelo PSD entre 1946 e 1950. Na década de 1950, tornou-se secretário da Educação do Rio Grande do Sul no governo de Ildo Meneghetti.

denunciando a “incompreensão em torno das duas grandes e excelsas mulheres que sacrificaram uma existência pela instrução de sua terra e se imolaram pelo seu indômito patriotismo”. (DIAS, 2016, p. 98).

Guiomar d’Aguiar Lisboa, sobrinha de Ana Aurora e Zamira, era a responsável pelo acervo privado e pela memória da professora. Em resposta à direção da escola Ernesto Alves, Guiomar Lisboa atacou:

Às Sras. Maria Quadros Pereira Rego, diretora da Escola Normal Ernesto Alves; seu destacado grupo de RELIGIOSAS priminhas e demais companheiras, no movimento aguerrido de perseguição e grosseiro ataque à memória de minha saudosíssima Ana Aurora. Considere-se sobre esse contra-senso o tamanho deste absurdo: não acharam minha tia digna da homenagem de ser colocada uma placa com o seu nome – como patrona de uma sala da Escola que dirigem (conforme determinação oficial que receberam e contra a qual se insurgiram na sua infinita inferioridade)? [Ana Aurora] era a personificação da mulher sincera, leal e franca. O seu retrato, de maneira alguma deve permanecer no lugar onde está [Escola Ernesto Alves], o qual, para mim e para os meus, é conduto de uma mácula aos seus nobres sentimentos. (LISBOA. Carta Aberta. Estado do Rio Grande, Porto Alegre, 15 de outubro de 1952, Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo Biaggio Tarantino).

Em 24 de setembro de 1944, na Praça Barão de Santo Ângelo, em Rio Pardo (RS), foi inaugurado um monumento: bustos de bronze das irmãs professoras Ana Aurora e Zamira do Amaral Lisboa.

Figura 2 - Busto de Ana Aurora e Zamira do Amaral Lisboa



Fonte: Caixa Ana Aurora nº 1, AHMRP.

Esse busto foi uma homenagem, ainda em vida, a Ana Aurora, organizada por ex-alunos. Alguns destes alunos eram figuras de destaque na vida política e cultural de Rio Pardo. Além de Glicério Alves, também participaram da homenagem o prefeito da época, Ernesto Wunderlich, e o jornalista e historiador Biagio Tarantino<sup>7</sup>. Meses depois desse evento, falecia a outra homenageada, Zamira do Amaral Lisboa. Cinco meses antes de falecer, em 22 de março de 1951, Ana Aurora recebeu o título de *Grande Mestra* com uma medalha de *Honra ao Mérito*, premiação oferecida pela *Standard Oil Company of Brazil* no Rio de Janeiro. (SPALDING, 1953, p. 120).

Na região suburbana de Rio Pardo, pode ser encontrada, na antiga residência de Ana Aurora, no bairro da Boa Vista, uma placa em sua homenagem. Ainda no mesmo bairro, o antigo Colégio Amaral Lisboa transformou-se na atual Escola Estadual de Ensino Fundamental Amaral Lisboa. Uma das ruas que perfazem o bairro é chamada de “Avenida dos Amarais”, em homenagem à família de Ana Aurora. Em Porto Alegre, uma de suas ruas chama-se “Ana Aurora do Amaral Lisboa”, no bairro Passo das Pedras.

Como aponta Carlos Dias (2016, p. 12), a memória sobre Ana Aurora do Amaral Lisboa corrobora os esforços de familiares, amigos e autoridades civis de Rio Pardo de construir uma personagem-monumento. Segundo Jacques Le Goff, um monumento tem como grande característica “ligar-se ao poder da perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória) e o reivindicar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos”. (LE GOFF, 1994, p. 536).

Contudo, mesmo que possamos tecer comentários a respeito do aspecto da memória, nos afastaríamos de nosso principal objetivo, a atuação política de Ana Aurora.

---

<sup>7</sup> Biagio Tarantino é considerado um dos maiores responsáveis pela fundação e organização dos museus de Arte Sacra e Municipal, além do Arquivo e da Biblioteca Pública de Rio Pardo. Foi colaborador do *Correio do Povo*. Ernesto Wunderlich era prefeito em 1944.

Figura 3 - Antigo Colégio Amaral Lisboa



Fonte: Caixa Ana Aurora nº 1, AHMRP.

Em meados do segundo semestre de 2015, encontrei um processo-crime contra Ana Aurora do Amaral Lisboa, de 1895, no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)<sup>8</sup>. Assim “nasceu” meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado *Sou solteira e sem pai, mas veja bem, a sua vida esteve entre minhas mãos: análise da defesa da honra de Ana Aurora do Amaral Lisboa durante a Revolução Federalista (1893-1895), na cidade de Rio Pardo (RS)* (FINGER, 2017)<sup>9</sup>, sob a orientação do professor doutor Carlos Gilberto Pereira Dias. A vítima do inquérito que tinha Ana Aurora como ré era o major Antero da Fontoura, um líder republicano de Rio Pardo, juntamente com o irmão mais velho de Ana Aurora e delegado provisório da cidade até 1893, major Adolfo do Amaral Lisboa. O

<sup>8</sup> Processo Judicial/Crime nº 4868, 1899. Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS). O processo judicial instaurado contra Ana Aurora iniciou em 1894 e foi finalizado em 1895. Contudo, consta na catalogação dessa fonte como sendo de 1899.

<sup>9</sup> Vide: FINGER, Eduardo. *Sou solteira e sem pai, mas veja bem, a sua vida esteve entre minhas mãos: análise da defesa da honra de Ana Aurora do Amaral Lisboa durante a Revolução Federalista (1893-1895), na cidade de Rio Pardo (RS)*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História), Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul, 2017.

intendente municipal e principal líder do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) em Rio Pardo, Francisco Azambuja, era primo de Ana Aurora e Adolfo Lisboa.

O trabalho teve como objetivo realizar um estudo sobre a defesa da honra de Ana Aurora do Amaral Lisboa. A partir da análise do processo, concluí, entre outros aspectos, que sua defesa da honra foi um mecanismo jurídico que facilitou a entrada da personagem em espaços interditados para mulheres no período, como a política e a imprensa

Diversos atores jurídicos identificados no processo pertenciam às fileiras republicanas, ou ao partido federalista, como no caso de Fortunato Barreto, advogado de defesa de Ana Aurora. Além deste quadro, alguns irmãos federalistas de Ana Aurora foram presos ao longo da Revolução Federalista, de maneira que as relações políticas entre facções rivais estavam emaranhadas nas dinâmicas familiares<sup>10</sup>.

A partir da realização de inúmeras leituras para o desenvolvimento do TCC, acabei encontrando, no acervo do CEDOC/UNISC, o livro *A grande mestra: Ana Aurora do Amaral Lisboa*, escrito por Walter Spalding<sup>11</sup>. O livro foi lançado dois anos após o falecimento de Ana Aurora (1860-1951). Essa obra foi uma das minhas primeiras leituras sobre a professora, escritora e ferrenha opositora do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR).

*A grande mestra* foi estruturada em seis capítulos. Sua construção narrativa foi direcionada de forma linear e cronológica. Walter Spalding era um admirador de Ana Aurora, não foi aluno da professora, mas seus filhos frequentaram a Escola Amaral Lisboa. O primeiro capítulo do livro apresenta o clássico “contexto geral”, ou melhor, a construção do “palco”, o município de Rio Pardo e a sua importância na história regional. A personagem de Ana Aurora foi retratada de forma alheia aos condicionamentos sociais e como exemplar “heroína sul-rio-grandense”. Por fim, nos últimos quatro capítulos, o autor publicou peça de teatro e poesias de Ana Aurora, alguns até então originais.

Outra obra com a qual tomei contato ao elaborar o Trabalho de Conclusão foi a elaborada pelo escritor Duminiense Paranhos Antunes, intitulada *Rio Pardo:*

---

<sup>10</sup> Estas dinâmicas familiares serão mais bem discutidas ao longo do trabalho.

<sup>11</sup> Walter Spalding era natural de São Jerônimo. Seu falecimento ocorreu em Porto Alegre (28 de outubro de 1901-5 de julho de 1976). Foi historiador, poeta, jornalista e escritor. Destaca-se sua produção na área da História do Rio Grande do Sul. Entre suas obras, podemos citar *A revolução farroupilha (1939)*, *Pecuária, charque e charqueadas no Rio Grande do Sul (1944)* e *Construtores do Rio Grande (1969)*.

*cidade-ornamento* (1946). Neste texto, o autor dedicou um capítulo bastante laudatório aos feitos de Ana Aurora.

Porém, a biografia *A Grande Mestra*, de Walter Spalding, é a referência basilar para escritos posteriores que trataram de Ana Aurora do Amaral Lisboa. Nesse sentido, Benito Schmidt destaca que, até o início do século XX, as biografias seguiam um “regime de historicidade que buscava, no passado, exemplos, positivos ou negativos, para as ações tomadas no presente: era a chamada ‘história mestra da vida’ (*historia magistra vitae*), pela qual cabia ao passado iluminar o futuro”. (SCHMIDT, 2003, p. 58).

Walter Spalding (1901/1976) era poeta, historiador e jornalista. Atuou como membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Conforme Jefferson Teles Martins (2015, p. 29), esse instituto criou “estruturas objetivas no âmbito da cultura no estado que, ao mesmo tempo, evidenciam e fortalecem a configuração de um espaço social dos homens de cultura dentro do espaço de poder”. Ao contrário de vários membros do IHGRS, “Walter Spalding não possuía título universitário, mas teceu redes de relações intelectuais (e políticas)”. (MARTINS, 2015, p. 50). A família de Spalding não tinha laços com a “elite republicana”, tinha somente sua “experiência profissional no comércio” e “algumas portas abertas pelos laços matrimoniais com uma família socialmente bem enraizada”. (MARTINS, 2015, p. 50).

Na década de 1930, historiadores como Walter Spalding e outros escritores gaúchos estavam inseridos no mundo literário sul-rio-grandense. De acordo com Jefferson Teles Martins (2015 p. 72), a fase de Spalding dedicada à poesia foi substituída pelos “estudos e ensaios históricos, ao longo da década de 1930 e 1940”. Jefferson Teles Martins (2015, p. 73) afirma que “essa reconversão de poetas e literatos para o campo da história não deve ser tomada como uma inflexão “natural” nas suas carreiras [está] relacionada com o movimento de especialização e prestígio da profissão intelectual de historiador”. Teles Martins (2015, p. 74) argumenta que a institucionalização de intelectuais a partir do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul foi fator crucial no final da década de 1940, pois a história estabeleceu-se “como uma disciplina, senão de maior prestígio, pelo menos com assegurada legitimidade para interpretar a “realidade”.

Os trabalhos posteriores à obra de Spalding apresentaram alguns acréscimos biográficos sobre Ana Aurora e perpetuaram mitificações, sem grandes

questionamentos da narrativa produzida pelo autor. Entre os trabalhos que corroboraram essas mitificações de Spalding estão os de Hilda Flores (1994), Ari Martins (1978), Luiz Carlos Barbosa Lessa (2002) e Zahidé Lupinacci Muzart (1999). (FLORES, 2002, p. 105-109; MUZART, 1999, p. 873-891; MARTINS, 1978.). Essas narrativas de *exemplaridade* de sua trajetória podem ser percebidas em expressões como a “veneranda” ou na atribuição, a Ana Aurora, do “título” de primeira feminista do Rio Grande do Sul. (DIAS, 2016).

As produções mais recentes sobre a personagem trouxeram os dilemas das renovações historiográficas. Ao abordar estas renovações, Roger Chartier (1994, p. 102) afirma, por exemplo, que o objeto da história não são mais os processos estruturais e os “mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos”.

Nessa direção, Guacira Lopes Louro (2008) explorou, em *Mulheres na sala de aula*, a profissão de Ana Aurora como educadora e sua condição de mulher solteira, analisando o processo histórico de feminização do magistério. Dilza Porto Gonçalves (2013), em sua tese de doutorado, *A instrução pública, a educação da mulher e a formação de professores nos jornais partidários de Porto Alegre/RS (1869-1937)*, refletiu sobre os discursos de instrução pública, a educação da mulher e a formação de professores a partir de jornais de órgãos políticos. Ao debater a educação das mulheres, a pesquisadora analisou escritos de Ana Aurora no jornal *A Reforma*.

Carlos Dias (2016), em *Mulheres em cena*, traçou a trajetória de duas professoras, Ana Aurora e Malvina Tavares. O autor analisou, a partir da categoria de gênero, a desconstrução da dicotomia público e privado, investigando os espaços de atuação das duas professoras. Dias analisou os símbolos atribuídos a personagem-monumento de Ana Aurora como a de “primeira feminista do Rio Grande do Sul” e da “veneranda educadora”, além de desenvolver reflexões críticas sobre o processo de monumentalização historiográfica.

Os documentos encontrados no Arquivo Histórico Municipal Biágio Soares Tarantino (Rio Pardo) são variados. O acervo apresenta 282 correspondências, divididas em dois grupos. O primeiro, um conjunto de 203 cartas datadas de 1877 até 1918, doadas pelo Museu Barão de Santo Ângelo (Rio Pardo). A segunda, a doação de um conjunto de 79 correspondências datadas de 1893 a 1955, por Vera Schultz. Ambos os conjuntos foram doados no ano de 2006. Além das

correspondências, o acervo conta com os documentos que estavam em posse da sobrinha de Ana Aurora, Guiomar d’Aguilar Lisboa. Porém, não foi possível descobrir o ano de doação desse acervo ao Arquivo. Constam, ainda, documentos pessoais diversos de Ana Aurora, como os livros de relatos autobiográficos da família. Um exemplo destes relatos é *Vida de Joaquim Pedro da Silva Lisboa* (1944), escrito pelo pai de Ana Aurora. Outro relato publicado é *A minha defeza* (1895), da própria Ana Aurora. Encontramos, além disso, registros de participação em sociedades e recortes de artigos em jornais assinados por Ana Aurora. As entrevistas concedidas por Ana Aurora também fazem parte dos recortes de artigos em jornais preservados por sua sobrinha, assim como a transcrição de entrevistas concedidas às rádios.

No Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), foi encontrado o Processo Judicial/Inventário nº 308, de 1891, assim como o Processo Judicial/Crime nº 4868, de 1895. O primeiro documento é um inventário conjunto de Maria Carlota do Amaral Lisboa (mãe de Ana Aurora) e do irmão Odorico do Amaral Lisboa. O processo crime trata-se da denúncia de tentativa de assassinato promovida por Ana Aurora, em 1894, contra o major Antero Fontoura, antigo conselheiro municipal e correligionário político do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). O processo-crime foi finalizado em 1895.

No Centro de Documentação e Memória (CEDOC-UNISC), estão preservados os três cadernos de cópias de correspondências ativas de Adolfo do Amaral Lisboa (irmão mais velho de Ana Aurora). O primeiro caderno engloba cartas de 1879 até 1899; o segundo caderno, de 1899 até 1904, e o terceiro caderno, correspondências de 1921 até 1924. Esses documentos foram doados pela família de Adolfo em junho de 2017.

No Acervo do Delfos – Espaço de Documentação e Memória Cultural da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), está preservado o livro escrito por Ana Aurora intitulado *Theatro*, de 1931. O livro contém cinco peças de teatro.

No Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM), está preservado o *Jornal Gaspar Martins*, de Santa Maria/RS. Nesse jornal, Ana Aurora publicou artigos de caráter político. Estão preservados neste arquivo os exemplares dos anos de 1906, de 1910 e dos anos de 1917 até 1926. Os excertos das fontes citadas serão mantidos em sua grafia original.

Na Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), há uma vasta coleção de variados tipos documentais. Nessa pesquisa, foram utilizados diversos artigos avulsos, publicados ao longo das décadas de 1800-1920, no jornal *A Federação*, órgão oficial do Partido Republicano Rio-grandense. Outra fonte digitalizada foram textos de Ana Aurora publicados no *Almanack Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul* (de Rio Grande, RS) e no *Almanaque Popular Brasileiro* (de Pelotas, RS).

\*

Ao optar por realizar uma análise da atuação política de Ana Aurora, surgiram questões teórico-metodológicas. O sociólogo Pierre Bourdieu (2006, p. 184), ao discutir *ilusão biográfica*, criticou biografias em que “a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma “intenção” subjetiva e objetiva [...]”. Haveria uma ingenuidade em “aceitar o postulado do sentido da existência narrada”, tanto por parte de quem investiga como de quem é investigado nos relatos biográficos e autobiográficos. (BOURDIEU, 2006, p. 184-185). Segundo o autor,

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar. (BOURDIEU, 2006, p. 185).

Essa precaução faz (re)pensar os documentos de caráter biográfico e autobiográfico da minha pesquisa. Uma leitura desatenta seria capaz de produzir, no leitor, um “efeito de verdade” desse tipo de escrita auto referencial, um efeito que pretende exprimir “uma essência do sujeito que escreve”, obscurecendo a fragmentação, “a incoerência e a incompletude do indivíduo moderno”. (GOMES, 2004, p.15).

Giovanni Levi (2006, p. 174-178) propôs alguns tipos de modelos biográficos: “prosopografia e biografia modal”, “biografia e contexto”, “biografia e casos extremos” e “biografia e hermenêutica”. O autor problematizou esses modelos como alternativas viáveis às biografias de caráter linear e factual. Porém, criticou estes modelos em alguns aspectos, como as normas sociais, a racionalidade dos indivíduos e a tensão entre indivíduo e sociedade. Levi (2006, p. 179-180) teceu essas críticas pensando a partir do problema de redução de escala de observação

dos fenômenos, uma pauta que a micro-história levantou no debate historiográfico e que, conseqüentemente, fortaleceu o gênero biográfico:

Nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação. [...] a biografia constitui nesse sentido o lugar ideal para se verificar o caráter intersticial – e ainda assim importante – da liberdade de que as pessoas dispõem, assim como para observar a maneira como funcionavam concretamente os sistemas normativos que nunca estão isentos de contradições.

Carlo Ginzburg (2006, p. 20), por sua vez, elaborou reflexões sobre a questão da singularidade individual: “Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um”.

Nesse sentido, a trajetória da Ana Aurora pode ser entendida como uma via de acesso aos contextos, às possibilidades e aos limites da atuação política das mulheres de um determinado grupo social. Para isso, a categoria de gênero como instrumento de análise será importante ao discutir a trajetória política de Ana Aurora.

Conforme Joan Scott (1995, p. 86), gênero pode ser dividido em duas partes com subconjuntos inter-relacionados para serem analiticamente diferenciados. “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Isso implica dizer que a categoria “gênero” busca superar determinismos, “seu uso rejeita explicações biológicas” para as diversas formas de “subordinação feminina”. (SCOTT, 1995, p. 75). O termo gênero, além de um “substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre homens, que um implica o estudo do outro”. (SCOTT, 1995, p. 75).

Joan Scott (1995, p. 75) enfatiza que, na ótica das relações de gênero, o “mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino”. Assim, no uso de gênero, é rejeitada a ideia de esferas separadas entre homens e mulheres, pois “estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo”. (SCOTT, 1995, p. 75). Para Maria Izilda Santos de Matos (1997, p. 86), uma das pautas em voga nos debates sobre gênero consiste em “desfazer noções abstratas de ‘mulher’ e ‘homem’, enquanto identidades únicas,

a-históricas e essencialistas, para pensar a mulher e o homem enquanto diversidade no bojo da historicidade de suas inter-relações”. O objetivo, neste trabalho, será analisar a trajetória política dessa escritora e professora de Rio Pardo. Esta proposta pode ser interessante para investigar a história política pela perspectiva de gênero

O recorte temporal deste trabalho está delimitado entre a década de 1890 e o final da década de 1920. Esse marco temporal justifica-se pelo maior engajamento político de Ana Aurora durante essas três décadas repletas transformações sociais e políticas. O recorte espacial tem como foco o município de Rio Pardo, cidade onde Ana Aurora morou a maior parte de sua vida. Procurarei compreender a trajetória política de Ana Aurora, sobretudo na esfera midiática na qual participou com mais assiduidade.

Ao pesquisar sobre a personagem Ana Aurora, o meu maior “incômodo” foi perceber, na leitura de Walter Spalding, a pouca visibilidade da atuação política de Ana Aurora. Aliado a isso, os outros trabalhos aqui citados não tiveram como objetivo a trajetória política de Ana Aurora, apesar de muitos fazerem menção a essa dimensão social de sua vida. Ana Aurora do Amaral Lisboa já foi objeto de estudos das áreas da História e da Educação, por exemplo, mas que ainda não teve essa “faceta” de sua vida devidamente problematizada. Esta será a lacuna que este trabalho buscará preencher. Em *Ardorosa maragata: a atuação política de Ana Aurora do Amaral Lisboa em Rio Pardo (1890-1920)*, nosso objetivo será compreender a trajetória política de Ana Aurora.

No primeiro capítulo, intitulado *Os primeiros caminhos*, proponho abordar a infância e juventude de Ana Aurora, inferindo sobre o perfil econômico e social da família Amaral Lisboa. Em um segundo momento desse capítulo, discutirei sobre a formação no magistério, problematizando a produção historiográfica já existente sobre a personagem, a partir da escrita epistolar, refletindo sobre o perfil social e econômico da família de Ana Aurora do Amaral Lisboa, bem como analiso a formação profissional e literária de Ana Aurora. Serão usados como fontes além de correspondências familiares, a biografia de Walter Spalding, intitulada *A grande Mestra* (1954) e um inventário familiar. O capítulo 2 – *Os embates de Ana Aurora* – tem por objetivo discutir o início da trajetória política de Ana Aurora e analisar os acontecimentos ocorridos durante a metade da década de 1890, ao longo da Revolução Federalista, e que marcaram sua imagem política e historiográfica. Serão usados como fontes jornais, processo judicial, livros (auto)biográficos de Ana Aurora.

No terceiro e último capítulo – *A maragata da velha guarda*, analiso os debates midiáticos entre Ana Aurora e Antero Fontoura e a atuação política de Ana Aurora a partir de fontes como os jornais, principalmente na imprensa federalista através do jornal *Gaspar Martins* de Santa Maria.

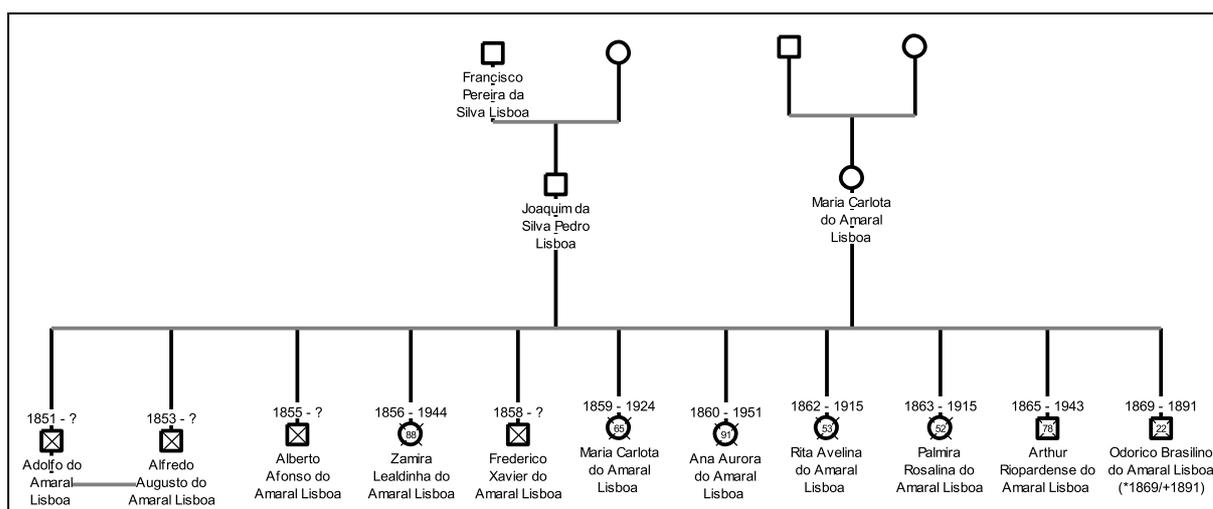
## CAPÍTULO 1: OS PRIMEIROS CAMINHOS

Este primeiro capítulo tem como objetivo refletir sobre o perfil social e econômico da família de Ana Aurora do Amaral Lisboa, bem como analisar a formação profissional e literária de Ana Aurora.

### 1.1 A Família Amaral Lisboa

Filha de Joaquim da Silva Pedro Lisboa e Maria Carlota do Amaral Lisboa, Ana Aurora era a décima dos quatorze filhos do casal.<sup>1</sup> (DIAS, 2016). Seus três primeiros irmãos morreram ainda infantes, antes mesmo de serem batizados. Na autobiografia de seu pai, não são citados os nomes dos bebês. (LISBOA, 1944).

Figura 4 - Arvore genealógica Família Amaral Lisboa



Fonte: elaborada pelo autor com o aplicativo *GenePro*.

De sua mãe, pouco sabemos, apenas o que encontramos nas memórias de Joaquim Pedro e de Ana Aurora, assim como nos poemas dedicados a ela por suas filhas. Walter Spalding (1953) e Dante Laytano (1933) apontaram que a mãe de Ana Aurora teve três irmãos que escreviam e chegaram até a publicar poesias<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Não foi possível localizar a certidão de batismo de Ana Aurora, nem identificar seus padrinhos.

<sup>2</sup> Os três irmãos citados se chamavam Antonio Manuel Amaral Sarmento Mena, Sebastião Xavier do Sarmento Mena e Frederico Augusto do Amaral Sarmento Mena. Dante Laytano publicou poesias originais de Sebastião Xavier. Não foram encontradas publicações de poesias dos outros dois irmãos. Sebastião Xavier do Amaral Sarmento Mena nasceu em Rio Pardo em 23 de novembro de 1809 e faleceu, na mesma cidade, em junho de 1893. Foi militar, promotor público e poeta brasileiro. Era um dos tios poetas farroupilhas de Ana Aurora a que Spalding faz referência. Sebastião era padrinho de Adolfo do Amaral Lisboa.

Por esse motivo, ao buscarmos informações sobre as origens da formação de Ana Aurora, somos obrigados a nos contentar, em um primeiro momento, com os escritos deixados por seu pai. Desse modo, muito do que se sabe sobre a infância de Ana Aurora parte da visão de seu pai e de seus próprios relatos.

Enquanto a mãe vivenciava o trabalho doméstico, o pai de Ana Aurora, Joaquim Lisboa, foi comerciante, agente dos Correios e comandante da Guarda Nacional de Rio Pardo durante o período imperial. Na biografia de Ana Aurora escrita por Walter Spalding (1953), o reconhecimento social dessa família foi ressaltado sobretudo por conta dos laços maternos. De acordo com Ricardo Schmachtenberg (2014, p. 2), não é possível ignorar esses laços, até porque a instituição familiar se constituiu “ao longo do Brasil colonial e imperial, em importante meio de conservação e ampliação de redes, riquezas, poder e importância social, política e econômica”.

De acordo com Walter Spalding (1953, p. 21-23), a família Amaral Lisboa se constitui, pelo lado paterno, a partir do avô de Ana Aurora, Francisco Pereira da Silva Lisboa. Português nascido em Vila Nova de Cerveira em 1795, desembarcou em Rio Pardo no final da década de 1810, casando-se com uma moça da família Borba, de Rio Pardo. O cunhado de Joaquim Lisboa era o coronel Francisco Antônio Borba, casado com Mariana do Amaral Sarmento Mena. A família do Amaral Sarmento Mena possuía muito prestígio social. Alguns militares desta família pertenceram às hostes farroupilhas na Guerra dos Farrapos, mas tornaram-se mais reconhecidos pelas “letras” do que pela “espada”.<sup>3</sup>

O sobrinho de Mariana era o coronel Francisco Xavier Amaral Sarmento Mena, pai de Maria Carlota do Amaral, a esposa de Joaquim Pedro da Silva Lisboa e este, o filho de Joaquim da Silva Lisboa. A lista de nomes de tradição luso-brasileira pode até confundir o trabalho do pesquisador ao analisar estes laços de família, mas essa multiplicidade de nomes e sobrenomes também indica como os “matrimônios foram estrategicamente fundamentais para o estabelecimento de relações vantajosas, a construção de alianças promoveu a ascensão social,

---

<sup>3</sup> Segundo Walter Spalding (1953, p. 21), “esse casamento entrelaçou as famílias mais tradicionais do Rio Pardo, os Sarmento Mena e os Amaral, pois a esposa do lisboeta Joaquim da Silva Lisboa era irmã do coronel Francisco Antonio Borba, que foi casado com Dona Mariana do Amaral Sarmento Mena, filha do tenente-coronel Francisco Xavier do Amaral Sarmento Mena e de sua mulher, dona Rosália Ferreira Gama. Dona Mariana era tia do coronel Francisco Xavier Sarmento Mena e tia-avó de dona Maria Carlota do Amaral (filha do coronel Francisco Xavier do Amaral Sarmento Mena e de dona Rosália Brígida de Carvalho)”.

econômica e, principalmente, política dos envolvidos”. (SCHMACHTENBERG, 2014, p. 14).

As informações sobre a vida adulta e a velhice de Ana Aurora são relativamente fáceis de serem encontradas, já que a maioria da documentação produzida sobre ela abrange este período. Por outro lado, o início de sua vida apresenta muitas lacunas documentais. É por esse motivo que o relato autobiográfico de Joaquim Pedro da Silva Lisboa torna-se tão importante, exatamente porque nos proporciona maiores informações sobre o cotidiano da vida familiar no período que contempla a infância e juventude da personagem.

Antes de explorar o relato do pai de Ana Aurora, vale a pena discorrer sobre a escrita de si. Levando-se em conta a produção de si de Ana Aurora e seu pai Joaquim, se destaca o acervo de Ana Aurora, que está conservado no Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo.

Conforme Angela de Castro Gomes (2004, p. 18), a escrita de si de sujeitos históricos pode ser interpretada como uma forma de se relacionar com o tempo, a partir de vestígios preservados dentro de uma “serie de objetos do cotidiano, que passam a povoar e a transformar o espaço privado da casa, do escritório em um ‘teatro da memória’”. Uma característica marcante é a intenção de materializar registros individualmente ou de forma coletiva. A escrita auto referencial ou escrita de si, “pode ser mais bem entendida a partir da ideia de uma relação que se estabeleceu entre o indivíduo moderno e seus documentos”. (GOMES, 2004, p. 11).

No acervo de Ana Aurora, é possível destacar o relato autobiográfico publicado no livro *A minha defeza* (1895). Há, também, recortes de entrevistas e matérias de jornais sobre Ana Aurora preservados no seu acervo, além das correspondências ativas da professora rio-pardense. Conforme Angela de Castro Gomes (2004, p. 18):

Os textos que procuram registrar, evidentemente não de forma exclusiva, fatos referentes a uma temporalidade basicamente profissional, assumindo características de linguagem mais distantes de uma escrita íntima, sem deixar de ser uma escrita pessoal [e] pode-se, evidentemente, encontrar uma escrita de si que busque cobrir um período de tempo ordinário em suas múltiplas temporalidades: a do trabalho, da casa, dos sentimentos íntimos, do lazer e do cotidiano.

Documentos que tratam da subjetividade dos sujeitos tendem a ser um pouco mais complexos do que documentos institucionais, que por desatenção ou

inexperiência, podemos em uma primeira impressão considerar uma suposta neutralidade. A subjetividade na escrita de si em uma fonte documental poderia ser mal interpretada como se fosse uma verdade factual caso não houver o crivo do contraditório que uma pesquisa acadêmica proporciona. (GOMES, 2004, p. 14).

Na escrita epistolar de Ana Aurora foram conservadas as correspondências ativas, em sua maioria datadas entre o final da década de 1890 até a década de 1950. Em suas memórias escritas, Ana Aurora demonstrou grande apreço pelo pai e por sua família. Nas correspondências, não foram discutidos assuntos da vida íntima de Ana Aurora, mas esta revelou uma intensa vida pública como escritora e diretora de escola. É plausível pensar que essa escrita auto referencial possa ter sido importante para o reconhecimento social de Ana Aurora do Amaral Lisboa, especialmente com sua versão dos fatos ocorridos em 1893-1895, quando ela foi denunciada por tentativa de assassinato, publicada no livro *Minha defeza*. Nesse sentido, “o ponto central a ser retido é que, através desses tipos de práticas culturais, o indivíduo moderno está constituindo uma identidade para si através de seus documentos, cujo sentido pode ser alargado”. (GOMES, 2004, p. 18).

\*

*Vida de Joaquim Pedro da Silva Lisboa*, um relato autobiográfico publicado em 1944, foi prefaciado pela própria Ana Aurora, que dedicou o livro a um público particular: “A vós todos, netos, bisnetos e demais descendente de meus pais, Joaquim Pedro da Silva Lisboa e Maria Carlota do Amaral Lisboa, dedico este livro”<sup>4</sup>. Logo após o prefácio, o livro está dividido em três subcapítulos intitulados *Primeira Época*, *Segunda Época* e *Terceira Época*. São memórias escritas por Joaquim Lisboa sobre sua infância até período próximo de sua morte.

No relato, Joaquim aborda questões caras à sua vida: a saúde dos seus entes queridos, os partos difíceis de sua mulher, Maria Carlota, e até mesmo as amarguras da mortalidade infantil, que ceifou a vida de três de seus filhos pequenos. Estes fatos, tão comuns naquela época dos oitocentos, constituem informações caras a essa autobiografia, como as condições materiais de existência da família

---

<sup>4</sup> Esse trecho foi retirado do início do livro: LISBOA, Ana Aurora do Amaral. Meus sobrinhos. In. LISBOA, Joaquim Pedro da Silva. *Vida de Joaquim Pedro da Silva Lisboa*. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas da Livraria Americana, 1944, p. 3-12.

Amaral Lisboa, elemento que foi pouco abordado pelos pesquisadores que se dedicaram a estudar aspectos da vida da professora Ana Aurora.<sup>5</sup>

Joaquim Pedro da Silva Lisboa estudou até a quarta série, interrompendo os estudos em função da deflagração da Revolução Farroupilha (1835-1845), pois os seus professores eram farroupilhas e acabaram se evadindo dos cargos para adentrar no conflito que se iniciava. Pouco tempo depois de eclodir a guerra, a família de Joaquim decidiu fugir para Porto Alegre, pois Rio Pardo era um 'palco aberto' para as forças legalistas e rebeldes se confrontarem.<sup>6</sup> (LISBOA, 1944, p. 12).

Com o fim da guerra, a família retornou para Rio Pardo e Joaquim trabalhou como caixeiro numa casa de negócio. Logo depois, conciliou esse trabalho com o de "especulador", até o momento de abrir sua casa de negócio em sociedade com um de seus irmãos, chamado José.<sup>7</sup> (LISBOA, 1944).

Em março de 1846, Joaquim se tornou ajudante dos Correios e tenente da Guarda Nacional, juntamente com seu tio, Francisco Antônio de Borba, nomeado para comandante da Companhia. Ambas as nomeações foram feitas pelo irmão de Joaquim, Francisco Lisboa, então tenente secretário do Comando Superior.<sup>8</sup> (LISBOA, 1944, p. 26). Em relação à Guarda Nacional, ela foi criada em 18 de agosto de 1831, suprimindo as antigas milícias e guardas municipais<sup>9</sup>. Sua função, conforme José Iran Ribeiro (2001), era a conservação da ordem vigente imperial. As escolhas aos cargos, porém, partiam das autoridades locais. De acordo com Richard Graham (apud VARGAS, 2007, p. 125),

---

<sup>5</sup> Compreendemos a família não somente a partir da consanguinidade, mas, como aponta Geovanni Levi (2000, p. 98-99), "no sentido de grupos não-co-residentes, mas interligados por vínculos de parentela consanguínea ou por alianças e relações fictícias". Contudo, pela própria limitação das fontes apresentadas, as referências aos laços familiares serão preponderantemente aos laços consanguíneos.

<sup>6</sup> A Revolução Farroupilha ficou marcada, em Rio Pardo, pela Batalha do Barro Vermelho, em abril de 1838, confronto entre as forças rebeldes e legalistas. Essa batalha está inserida em um contexto de ofensiva dos rebeldes. Conforme Sandra Pesavento (1990, p. 20), "de 1835 a 1839, registrou-se um avanço das forças farroupilhas sobre as legalistas, marcado pela tomada de Rio Pardo, Piratini e Pelotas".

<sup>7</sup> É provável que se tratasse de especulador financeiro, hoje conhecido como investidor financeiro.

<sup>8</sup> Não foi possível encontrar informações sobre o irmão, Francisco Lisboa. Por outro lado, o Coronel Francisco Antônio Borba era uma influente liderança política na localidade. Ele foi tabelião, juiz de paz, vereador, coronel das Milícias. Segundo Michele de Oliveira Casali (2018, p.79), o Coronel Borba integrou a 2ª linha do Exército, comandou a 22ª Regimento de Cavalaria Miliciano de Rio Pardo, sendo responsável, por muitos anos, pela ronda policial na localidade.

<sup>9</sup> "Crêa as Guardas Nacionaes e extingue os corpos de milicias, guardas municipaes e ordenanças" (Lei de 18 de agosto de 1831, disponível em: [http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html)).

[...] a Guarda Nacional reproduzia, no interior de sua hierarquia, a estratificação social da localidade, ou seja, os cidadãos mais ricos e influentes do município tendiam a ocupar os oficialatos, deixando os postos subalternos aos trabalhadores sem posses.

No processo de sua nomeação, Lisboa relatou o descontentamento do chefe do Partido Liberal da localidade, José Joaquim de Andrade Neves, com o modo como eram feitas essas nomeações, que favoreciam o grupo político e familiar de Joaquim Lisboa. Mas, continuando o jogo do “toma lá, dá cá”, foi criada pelo grupo de Andrade Neves (rival do grupo no qual se inseria o pai de Ana Aurora), “uma companhia [da Guarda Nacional] e, para se arrumarem afilhados oficiais foi criado um batalhão”. (LISBOA, 1944, p. 15). Esse relato de Joaquim Lisboa ilustra as disputas políticas entre as autoridades locais para os cargos de representantes governamentais, uma vez que estes tinham a responsabilidade pelas nomeações para a Guarda Nacional. (RIBEIRO, 2001, p. 49).

Joaquim Lisboa atuou também como correligionário do chefe do Partido Conservador de Rio Pardo, coronel João Luiz Gomes, sendo Gomes, ao mesmo tempo, cunhado do líder dos Liberais em Rio Pardo, José Joaquim de Andrade Neves. Esse tipo de situação familiar, tão comum na política imperial brasileira, marcava os trâmites políticos da região do vale do Rio Pardo. (COSTA, 2011).

Ao estudar as “escaramuças políticas” entre os cunhados João Luis Gomes e Andrade Neves em Rio Pardo, Miguel Ângelo Silva da Costa (2011, p. 31) procurou investigar a disputa entre os chefes políticos rivais como parte de um “sistema de coalização política mais abrangente, caracterizado por transações entre indivíduos, famílias, facções e um Estado”, que propiciavam às elites os recursos substanciais para que não alterassem o *status quo*.

No confronto político entre os chefes de facções políticas rivais, tudo leva a crer que a família Amaral Lisboa estava inserida no campo político regional, na teia de relações do Coronel Gomes. Tanto Gomes quanto Andrade Neves buscavam afirmar suas posições “num sistema de relações que, ao articular diferentes círculos de sociabilidade, integrava hierarquicamente desde homens do povo mais miúdo até aqueles que dominavam os mais altos escalões do mundo do governo”. (COSTA, 2011, p. 20).

Mas, aparentemente, Joaquim Lisboa, assim como muitos cidadãos da época, antes de ser correligionário de um partido por considerações ideológicas, poderia ter outros motivos. É o que aponta Richard Graham (2003, p. 8):

[...] os cidadãos dividiam-se politicamente não por causa de lealdades partidárias, muito menos por considerações ideológicas, mas devido a laços pessoais – de família, neste caso – tornando os rótulos partidários enganadores, tanto em nível local, como no nacional. [...] predominava era a lealdade a uma pessoa e não a um partido ou programa.

No ano de 1857, Joaquim se tornou capitão na Guarda Nacional e, mesmo estando isento após ser nomeado como agente dos Correios, serviu em sua companhia para prontamente se reformar. Dez anos antes, Joaquim e Maria Carlota se casaram, em abril de 1847. Contraído o matrimônio, o recém-casado abriu outra sociedade com um amigo espanhol em Rio Pardo: “Eu entrava com a carreta e os bois e ele com a sua atividade. A despesa com os peões era tirada do rendimento do negócio e o resto repartia-se igualmente ente nós”. (LISBOA, 1944, p. 26-27).

Uma característica da cidade de Rio Pardo apontada por Sabrina Silva de Souza (1998), na primeira metade do século XIX, era a criação de sociedades nas atividades do comércio para obtenção de capital. Os interessados em abrir casas de negócios dificilmente sobreviviam sem qualquer ajuda de sócios, sendo comuns os fracassos de pequenas sociedades. Esse fracasso econômico ocorreu com Joaquim Lisboa, a ponto de romper a sociedade criada com seu irmão. Depois disso, passou a investir em seu outro negócio, o de carretas.

O patrimônio da família Lisboa foi construído a partir das heranças recebidas pelo casal e da compra de terrenos herdados de familiares próximos. Foi o caso do inventário de sua falecida mãe:

Eu fui comprando, uma a uma, as partes que tocaram aos meus irmãos ausentes de Rio Pardo, oferecidas por eles, mesmos, e assim que vim a ficar dono exclusivo da casa que fora de minha mãe e do sobrado que fora de minha querida tia e legado por ela a minha mãe. (LISBOA, 1944, p. 34).

O casal Amaral Lisboa se beneficiou de acordos familiares capitaneando uma articulação para evitar a fragmentação das terras e separação dos bens. Em uma repartição de bens, Joaquim foi inventariante a pedido de seu cunhado, Sebastião Amaral.

Concluído o inventário e antes de entregar os autos ao escrivão, tratei de extrair uma folha de partilha de todos os herdeiros e as remeti a todos, como eu já possuía parte do campo de uma chácara que fazia parte da herança inventariada, e a parte que coube a minha mulher como herdeira foi na dita chácara, tratei de comprar aos demais herdeiros as partes que lhe tocaram na referida chácara [...]. Comprei-lhe tudo quanto lhe tocava na dita chácara, de maneira que fiquei dono de tudo. (LISBOA, 1944, p. 37-38).

Na metade da década de 1860, Joaquim Lisboa não apresentava mais condições físicas de assumir todas as responsabilidades de seus negócios, pois estava constantemente doente. Convalescente, iniciou os três filhos primogênitos nas atividades econômicas da família, associando Adolfo e Alberto à casa de negócio, e o das carretas, a Alfredo. (LISBOA, 1944).

Esse “incentivo” aos três filhos mais velhos pode ser compreendido em um contexto analisado por Luís Augusto Farinatti em *Confins Meridionais* (2010), uma análise sobre a elite econômica no espaço fronteiriço do Rio Grande do Sul em meados da primeira metade do século XIX.

[...] a ideia da autoridade masculina e paterna sobre a família, sendo esta entendida como uma organização fortemente hierarquizada, também estava presente naquela realidade. Aqui, porém, é preciso advertir para não se sucumbir ao exagero. Os pais buscavam convencer os filhos de seguirem os caminhos que se adequavam às estratégias familiares, mas para isso, não se valiam apenas da autoridade paterna. Sem negar a importância desse fator, é forçoso reconhecer que, para que seus intentos fossem realizados, muitas vezes, os pais movimentavam uma política de auxílios e incentivos materiais. (FARINATTI, 2010, p. 262).

Através do trabalho familiar, os Amaral Lisboa buscavam retirar de sua produção o próprio sustento, mas também procuravam aumentar os rendimentos a partir da venda dos produtos agrícolas excedentes da produção<sup>10</sup>. (LISBOA, 1944, p. 7). Maria Carlota de Amaral Lisboa, por sua vez, antes de convalescer também, ensinou às suas filhas as tarefas domésticas, como, por exemplo, o trabalho de limpeza da casa e o concerto e remendo das roupas de seus irmãos. Aliás, cada filha era responsável pelas roupas de um dos irmãos. Trabalhos artesanais também foram aprendidos através da “costura, crochê, bordados e fazer doces”. (LISBOA, 1944, p. 10). No prefácio do livro de seu pai, Ana Aurora revelou uma face da rotina familiar durante sua juventude:

Meu pai tinha a casa de negócio, açougue e plantações. Em todas essas coisas era ajudado pelos filhos e filhas, essas dirigidas por minha mãe. Cada filho tinha uma cousa a seu cargo: expor ao sol e recolher, a horas certas, cabelos, garras, chifres, o sebo e o charque, produtos do açougue tocava os meninos; as meninas competia derreter a graxa, coá-la, para ser exposta à venda. [...] minha mãe presidia a torrefação do café que era exposto á venda, na casa de negócio, e as meninas moíam em 2 moinhos,

---

<sup>10</sup> Consta que a família possuiu duas escravas domésticas, uma herdada pela avó de Maria Carlota e outra, comprada por Joaquim. A primeira faleceu de tétano e a última foi vendida. Depois disso, Joaquim admitiu “servir-me com escravos alugados”. (LISBOA, 1944, p. 33).

apostando uma com a outra qual terminava primeiro a sua tarefa. (LISBOA, 1944, p. 10-11).

Essas informações do cotidiano e dos afazeres domésticos da jovem Ana Aurora permitem refletir sobre a própria divisão das tarefas a partir dos papéis de gênero dentro do núcleo familiar.

Em 28 fevereiro de 1884, Joaquim faleceu, aos 61 anos de idade. Infelizmente não foi encontrado o inventário ou um possível testamento *post-mortem* de Joaquim Pedro da Silva Lisboa. Contudo, consta, nas correspondências de Adolfo, irmão mais velho de Ana Aurora e inventariante da família, o envio, por correspondência, para seus irmãos, de uma lista de bens semoventes herdados de seu falecido pai<sup>11</sup>.

Alfredo  
[...]  
A contagem do gado deu o seguinte resultado:  
31 bois mansos  
18 reses de cria  
11 cavallos  
9 eguas  
3 mulas e  
4 porcos  
Da sociedade de nosso finado Pai com o Alberto havia 114 reses [ilegível].  
(LISBOA, Adolfo do Amaral. Carta para Alfredo do Amaral Lisboa. Copiador nº 1, Rio Pardo, 17 de julho de 1884. Santa Cruz do Sul, CEDOC-UNISC).

Felizmente não foi o único documento encontrado com informações referentes ao patrimônio da família. A viúva Maria Carlota do Amaral Lisboa faleceu no dia 7 de junho de 1891, enquanto seu filho caçula, Odorico Brasilino do Amaral Lisboa, faleceu pouco tempo depois, no dia 22 do mesmo mês e ano.<sup>12</sup>

Com o inventário dos dois últimos, é possível analisar com mais clareza a situação econômica da família Amaral Lisboa. O monte mor de Maria Carlota foi avaliado em 7:489\$000 e o de Odorico Amaral Lisboa, em 900\$000. Fora as despesas e dívidas, a herança avaliada da mãe para cada um dos filhos foi de

<sup>11</sup> As cartas de Adolfo do Amaral Lisboa estão disponíveis para consulta no Centro de Documentação e Memória – CEDOC/UNISC, em Santa Cruz do Sul. São três cadernos de cópias de correspondências ativas de Adolfo Lisboa, contemplando boa parte de sua vida. O primeiro livro abrange o período de 1879 a 1899; o segundo livro, o período 1899 a 1904, e o terceiro livro, o período de 1921 a 1924.

<sup>12</sup> “Falleceu, a 22 do corrente, o estimado joven 1º cadete 2º sargento do 28º batalhão de infantaria, Odorico Brasilino do Amaral Lisboa, nosso co-religionario” (*A Federação*. Porto Alegre, sábado, 27 de julho de 1891, p. 1). Foi através desta mensagem de pêsames publicada no jornal *d’A Federação* que soubemos que os irmãos Odorico e Adolfo eram correligionários do Partido Republicano Rio-grandense – PRR.

628\$164. (Processo Judicial/Inventário nº 308, 1891, Arquivo Público do Rio Grande do Sul - APERS).

Partindo dos trabalhos de Pierre Bourdieu (1982), inferimos que os negócios da família Amaral Lisboa podem ter sido importantes enquanto capital não apenas econômicos, mas também social, possibilitando o fortalecimento de laços e o crescimento do prestígio social.<sup>13</sup>

Em uma classificação socioeconômica, os Amaral Lisboa apresentavam variantes das atividades de agricultura e pecuária, tais como o baixo número de animais, a pouca quantidade de terra, o uso de currais e moinhos como formas de subsistência, a quase ausência da mão de obra externa em comparação com o uso doméstico da força de trabalho, pois alguns peões assalariados e escravos de aluguel trabalhavam para os Lisboa. A família Amaral Lisboa pode ser entendida, em nossa leitura, como pertencente a uma antiga e predominante faixa social desde o período colonial no Rio Grande do Sul, a de modestos produtores, denominados de “lavradores pastores”. (OSÓRIO, 2006, p. 168).

Com essas informações socioeconômicas da família Amaral e até de relações de gênero, como as meninas da família Amaral Lisboa eram responsáveis por algumas atividades domésticas, no próximo subcapítulo discorreremos sobre como as letras passaram a fazer parte da vida de Ana Aurora.

## 1.2 O Início das Cartas e Versos

À noite consagrava ele [Joaquim Lisboa] à leitura que fazia e em voz alta, à cabeceira de uma mesa, em volta da qual nossa boa mãe e nós fazíamos crochet. Oh! Saudosos serões de família. Quanto lucrámos em nossa educação convosco só nós sabemos. Leituras sempre morais, tendentes a chamar nossa atenção sobre algum ponto mais proveitoso para nós. (LISBOA, 1944, p. 7).

Essa lembrança de Ana Aurora pode revelar um pequeno indício do tipo de leitura consumida por ela e sua família. Conforme Maria Araújo, a leitura realizada pelas mulheres era uma preocupação recorrente dos homens no século XIX, leitura que provavelmente passava pelo controle de uma figura masculina, algo comum na educação feminina do período:

---

<sup>13</sup> Pierre Bourdieu (1982, p. 67) define capital social como “um conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão vinculados a um grupo, por sua vez constituído por um conjunto de agentes que não só são dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por relações permanentes e úteis”.

Com relação à leitura feita pelo público feminino, a desconfiança, proibição e controle, que tentavam separar o joio do trigo, estavam na ordem do dia. Então, eram liberadas as leituras consideradas boas, úteis, saudáveis; proibidas as más, frívolas e suscetíveis de desviar do bom caminho e da salvação espiritual. O papel da leitora era tradicionalmente o de guardiã dos bons costumes, de tradição e do ritual familiar. (ARAÚJO, 2008, p. 46).

Infelizmente não há registros, seja no inventário dos pais ou no acervo privado que foi conservado, de uma lista de livros da biblioteca de Ana Aurora que pudesse fornecer informações substanciais sobre os tipos de obras que consumiam. O que se tem a respeito são referências avulsas, como os exemplares de revistas que seu pai assinava: “*A Semana Ilustrada*, o *Ecko Americano*, o *Novo Mundo*, a *Ilustração Brasileira*, jornais e revistas que mandava encadernar no fim de cada ano”<sup>14</sup>. (LISBOA, 1944, p. 8, grifo nosso).

Segundo a historiadora Nikelen Witter, as jovens passavam a ser os grandes “símbolos da modernidade e civilidade de seus pais e maridos. Liam, tocavam instrumentos, desenhavam, um conjunto de elementos que, agregados, década à década, no Brasil do século XIX, aproximavam as elites imperiais dos modelos burgueses”. (WITTER, 2011, p. 4). De acordo com Luiz Alencastro (apud WITTER, 2011, p. 5), a partir da década de 1850, se acelerou a assimilação da “europeização dos costumes” nas elites brasileiras, em particular, as tendências comportamentais vindas da França: “Desenhava-se a representação de uma sociedade rural francesa que aparecia como um paradigma de civilidade para a sociedade tropical e escravagista dos campos do Império”. Com certeza a família Amaral Lisboa não fazia parte da elite imperial, mas essa europeização dos costumes deve ter tido influência na educação em famílias no interior do país, como Rio Pardo.

---

<sup>14</sup> *A Semana Ilustrada* era publicada no Rio de Janeiro durante os anos 1860 até 1876. Segundo Rivaben Pereira, “[...] oferecia semanalmente oito páginas litografadas, quatro textuais e quatro imagéticas, e imprimia forte teor de ironia e jocosidade no tratamento de temas candentes. Ainda que no Rio de Janeiro a produção de imagens impressas e a circulação de periódicos de cunho humorístico não tenham começado com essa publicação, é fato que ela uniu, de forma inovadora, humor e ilustração”. (PEREIRA, Rivaben. O Rio de Janeiro de 1860 pela *Revista Semana Ilustrada: O progresso, os espaços públicos e os trabalhadores. Urbana*, v. 6, n. 9, p. 240, ago./dez. 2014). Já a *Revista Ilustrada*, que circulou entre 1876 e 1898, recebeu a influência do tom satírico da “*Semana*”, sendo “famosa por expressar todo o ímpeto político de seu proprietário, o caricaturista Agostini, e por militar em prol da proclamação da República”. (PEREIRA, 2014, p. 240). Em relação ao “*Novo Mundo*”, provavelmente Ana Aurora está se referindo ao periódico *O Novo Mundo: periódico ilustrado do progresso da idade* (1870-1879), sediado em Nova Iorque e publicado, aqui no país, mensalmente, no Rio de Janeiro. Esse periódico está catalogado no site da Biblioteca Nacional em seu acervo digital: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>. Infelizmente não foi encontrada qualquer informação sobre o *Ecko Americano*, citado pela professora. É possível que seja a *Revista Ilustração Brasileira* (RJ) [1854 a 1877], disponível no acervo digital do mesmo site da Biblioteca Nacional. (<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=758370&pagfis=60>).

Ana Aurora frequentou, juntamente com suas irmãs, o primário em uma escola próxima. Depois do primário, Ana Aurora decidiu estudar na Escola Normal: “Considerando-me muito feia e defeituosa, era muito desconfiada e retraída [...], mas o meu gosto pela leitura era inexcedível [e] o acontecimento principal de minha vida, foi a resolução que tomei de estudar na Escola Normal”.<sup>15</sup> Sua decisão de se formar no magistério foi influenciada pela professora do ensino primário e foi logo aceita por Joaquim, em meados de 1877. Ana Aurora foi estudante da Escola Normal em Porto Alegre entre os anos de 1879 e 1881, se estabelecendo, durante este período, na casa de parentes. (SPALDING, 1953, p. 18).

A Escola Normal de Porto Alegre formava, em sua maioria, mulheres para o magistério. Segundo Guacira Lopes Louro (1987, p. 26), era “uma possibilidade de profissionalização para esse estrato social, mas cercada por toda uma orientação que aproxima o mais possível a profissão de professora à função de mãe”. (LOURO, 1987, p. 15). Era uma realidade que as professoras das primeiras letras tivessem, predominantemente, o salário mais baixo, e os professores, os maiores salários.<sup>16</sup> (LOURO, 1987, p. 26). A ideia que norteava o magistério feminino compreendia que a “instrução seria algo mais adequado aos homens, ou melhor, algo perigoso para as mulheres, porque poderia colocá-las em posição semelhante à deles”.

O ideal de educação feminina buscava naturalizar o papel feminino em arquétipos de docilidade, obediência e dedicação submissa voltada para as funções do lar. Segundo Elisa Verona, o adequado para as mulheres seria um processo de educação propagandeado por textos médicos, literários e jornalísticos da época, em que a “prudência nos estímulos intelectuais os excessos de estímulos poderiam concorrer para o desajuste social das moças e, até mesmo, para uma disfunção nervosa”. (VERONA, 2013, p. 113). A partir de uma análise ampla do período

---

<sup>15</sup> Trechos da entrevista que Ana Aurora concedeu a Carlos Reverbel publicada na *Folha da Tarde*, em 11 de fevereiro de 1942, e que foi transcrita por Spalding (1953, p. 167).

<sup>16</sup> É interessante o relato de Guacira Louro (1987) sobre a Escola, como historiadora e ex-aluna desta instituição. Ela argumenta que era “não só a oportunidade de estudo para as meninas, mas também um espaço profissional para as mulheres (como professoras), o que é um avanço; mas de outro lado, os liceus, ginásios e academias ainda ficavam restritos aos rapazes, e supunha-se que o currículo das classes femininas deveria ser diferente (reduzido em alguns aspectos, inclusive) do dos meninos do mesmo nível. Note-se ainda que uma das diferenças no currículo era quanto à geometria, considerada desnecessária para as meninas (bastava que estas soubessem as quatro operações), e justamente geometria servia para distinguir dois níveis de salário para os professores; então, deste modo, ainda que por lei os salários devessem ser idênticos, os que lecionavam geometria (portanto, só os professores homens) receberiam maior pagamento”. (LOURO, 1987, p. 25).

oitocentista, Michelle Perrot (1988, p. 180), por sua vez, caracterizou de que forma o comportamento das mulheres era controlado:

Esboça-se um triplo movimento no século XIX: relativo retraimento das mulheres em relação ao espaço público; constituição de um espaço privado familiar predominantemente feminino; superinvestimento do imaginário e do simbólico masculino nas representações femininas.

Ana Aurora era católica atuante em sua comunidade. Nunca se casou e viveu após a morte de seus pais com suas irmãs Zamira e Carlota que também eram solteiras. ao casamento. Dissera Ana Aurora em uma entrevista ao Diretor da Rádio de Cachoeira do Sul, em 20 de outubro de 1944: “Tive vontade de entrar para um convento [...] se não entrei, foi mais pelo amor que tínhamos ao convívio da família”. (Acervo Ana Aurora do Amaral Lisboa, AHMRP). Mesmo não se tornando freira, sua vida foi regrada de forma muito semelhante ao sacerdócio<sup>17</sup>.

A partir de um trecho da poesia *Minha ambição* (1876), criada pouco tempo antes de entrar na Escola Normal, é possível ter uma ideia do que ela pensava à época:

Para a vil ambição de ter dinheiro  
o peito tive sempre bem fechado;  
mas por não possuí-lo é que não gozo  
o que tenho no mundo desejado.

Do saber a vontade em mim reside,  
mas não quero do luxo a ostentação;  
se penso em ilustrar meu pobre nome,  
da vaidade está longe o coração.

Se anelo as glórias que o estudo alcança,  
não invejo dos grandes a riqueza;  
e se ambiciono os louros do saber,  
detesto as opulências da grandeza  
se inda tenho esperanças de estudar  
de ganhar pra meu nome ilustração,  
não penso um só momento em conquistar  
por meio da riqueza – posição. (SPALING, 1953, p. 146)<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> Para análises de gênero mais vigorosas sobre a condição de solteira de Ana Aurora, ver DIAS, Carlos. *Mulheres em cena*. As trajetórias de Ana Aurora e Malvina no limiar do século XX. Curitiba: Editora Primas, 2016. Consultar também: LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 443-481.

<sup>18</sup> Trecho da poesia *Minha Ambição* (Chácara do Feliz Retiro, 15 de julho de 1876) e transcrita por Spaling.

Essa poesia foi publicada de forma inédita por Spalding. É uma das poesias mais antigas encontradas nos documentos de Ana Aurora. Spalding (1953, p. 146) a considerou como “um ato de fé, norma de vida”. Essa visão de Spalding não deixa de ser interessante, apesar de passar uma ideia de trajetória coerente e linear. A poesia aparenta ser uma declaração de voto de pobreza. O futuro trabalho de professora é percebido como uma missão, assim como há uma ambição de ser reconhecida socialmente como escritora.

Sentindo-se inadequada para uma vida matrimonial, um ideal de modelo normativo, talvez o magistério fosse visto por ela como uma escolha que a fizesse se sentir mais confortável consigo mesma. Para Guacira Lopes Louro (1997, p. 464), as “representações de professora tiveram um papel ativo na construção da professora, elas fabricaram professoras, elas deram significado e sentido ao que era e ao que é ser professora”. Portanto, é plausível que Ana Aurora, que se percebia enquanto uma mulher “retraída e feia”, visse o magistério como essa missão citada: “Assim, aquelas para quem a maternidade física parecia vedada estariam, de certa forma, cumprindo sua função feminina ao se tornarem, como professoras, mães espirituais de seus alunos e alunas”. (LOURO, 1997, p. 465).

Essa escolha pelo magistério pode não só trazer reflexões sobre sua condição social de professora e mulher solteira, mas também facilitar o entendimento de influências políticas e culturais em sua carreira como escritora. Walter Spalding (1953, p. 26) propôs que, durante esse curto período de estudos em Porto Alegre, ela provavelmente tenha frequentado espaços culturais importantes da época, como o Teatro São Pedro e a Sociedade Partenon Literário.

Essa hipótese faz sentido. Primeiramente, pela produção intelectual de Ana Aurora. Além do plausível consumo literário do gênero teatral, é provável que ela tenha assistido algumas peças encenadas naquele importante espaço da vida cultural do Rio Grande do Sul, o Teatro São Pedro, e que estas tenham servido como inspiração para suas criações teatrais posteriores.

Conforme Lothar Hessel (1976), o Partenon Literário foi fundado em 1868 e perdurou até 1885. Entre suas atividades estavam a fundação de um museu e uma biblioteca, assim como a criação de aulas noturnas, saraus literários, peças teatrais e da Revista Mensal da Sociedade Parthenon Literário. Frequentar a Sociedade Partenon Literário poderia ter sido uma influência para Ana Aurora no sentido de que

aquele espaço social, tão importante para fomentar a cultura e a política sul-riograndense, seria visto como um exemplo.

De acordo com Cássia Silveira (2016, p. 252), o Partenon poderia ser entendido como meio de apropriação “dos espaços destinados às diversões e exposições femininas, os saraus, e transformando-os em espaços nos quais a discussão política era possível às mulheres”. Não parece impossível que Ana Aurora percebesse a participação em sociedades como uma apropriação pelas “margens”, uma possibilidade de abordar assuntos que certamente seriam alvo de recriminações em outros palcos públicos de predominância masculina.

Após a conclusão dos estudos na Escola Normal de Porto Alegre (1881-1883), Ana Aurora esperou dois anos para ser chamada a atuar no magistério público como professora de “cadeira masculina”<sup>19</sup> em João Rodrigues, antigo distrito do Couto, município de Rio Pardo. Após assumir esta cadeira, ela se tornou regente da escola até meados de 1888. Neste ano, foi promovida para a docência na região central da cidade de Rio Pardo. Em 1891, dois anos após a proclamação da República, passou a lecionar para meninas. (SPALDING, 1953, p. 31).

Antes de abordar a saída de Aurora do magistério público e a fundação da Escola Amaral Lisboa, recuamos no tempo quase uma década, no período em que seu pai estava constantemente adoecido. Adolfo, irmão de Ana Aurora, já recebia algumas tarefas que competiam ao seu pai.<sup>20</sup> O irmão mais velho adquiria maior influência dentro do núcleo familiar: “[Ele] adquiriu, um prestígio tal que, mesmo depois de nossa maioridade, fazíamos questão de ouvir conselhos [...], por morte de meu pai, foi ele nomeado tutor dos irmãos menores”. (LISBOA, 1944, p. 11). Ana Aurora mostrava bastante afeto ao seu irmão Adolfo nos relatos autobiográficos trabalhados.

---

<sup>19</sup> Cadeira masculina era a turma composta por alunos do gênero masculino.

<sup>20</sup> Adolfo era quem se relacionava com os familiares de Porto Alegre para pagar a estadia de Ana Aurora. Outro exemplo de proximidade por ser encontrado quando Joaquim adoeceu gravemente e seu filho intercedeu junto aos seus contatos na capital para licenciar Ana Aurora. (SPALDING, 1953, p. 21).

“Illmo S<sup>a</sup>. Mariano José do Canto Filho  
Porto Alegre

Amigo e S<sup>a</sup>. Dirijo-me ao meu amigo para pedir-lhe o favor de influir para que seja concedida já uma licença de 15 dias que a minha mana D. Anna Aurora, professora de Couto, pede a S Ex<sup>a</sup>. O Sr. Conselheiro Presidente da Provincia p<sup>a</sup> tratar de sua saúde, o que lhe peço. O meu Pai tem estado gravemente enfermo, e minha mana quer estar junto delle, por isso que lhe rogo dar os passos financeiros para obter-se já a referida licença”. (LISBOA, Adolfo do Amaral. Carta para Mariano do Canto Filho. Rio Pardo, 25 de fevereiro de 1884. Copiador nº 1, Centro de Documentação e Memória – CEDOC/UNISC).

Assim como sua irmã, Adolfo também conservou suas correspondências.<sup>21</sup> Nessas cartas, a “Anoca”, apelido íntimo de Ana Aurora, era, entre todos os seus irmãos e irmãs, sua correspondente mais assídua. Um forte laço afetivo se estreitou nas correspondências desde que Adolfo se tornou o “representante” do pai no que se referia à estadia de sua irmã em Porto Alegre durante os estudos. Tamanha era a cumplicidade que foi Adolfo quem primeiro auxiliou Ana com publicações de poemas em jornais importantes da época, como jornal *O Conservador*, órgão oficial do partido Conservador.<sup>22</sup>

No início da década de 1880, era Adolfo seu principal contato na promoção de suas poesias na imprensa. Essa mediação de Adolfo justifica-se por suas relações com facções políticas locais. Assim como seu pai, Adolfo era membro dos Conservadores, sendo suplente de vereador na câmara municipal de Rio Pardo nos anos finais do regime imperial. (LISBOA, Adolfo do Amaral. Carta para Alcides de F. Cruz. Rio Pardo, 22 de dezembro de 1888. Copiador nº 1, Centro de Documentação e Memória – CEDOC/UNISC). Foi professor em Passo do Sobrado (atualmente município), então antigo distrito de Rio Pardo, entre 1890 e 1892.<sup>23</sup> Com o regime republicano instalado, Adolfo entrou para o Partido Republicano Rio-Grandense – PRR<sup>24</sup>. No conturbado governo estadual republicano e na instabilidade política nos

<sup>21</sup> Adolfo Lisboa preservou cópias de correspondências ativas ao longo da sua vida, divididas em três cadernos chamados de “Copiador”. Esses documentos foram doados por familiares para o CEDOC/UNISC em meados de julho de 2017.

<sup>22</sup> Foram encontradas nas correspondências de Adolfo duas cartas endereçadas ao redator do jornal, a primeira em 1881 e outra, no ano seguinte. Das duas, somente a segunda foi possível identificar a poesia publicada. “Illmo Sr. Carlos Augusto Candal de Carvalho. Inclusamente lhe remetto uma poesia de minha irmã D. Anna Aurora do Amaral Lisboa, a qual poesia lhe peça o favor de publicar em seu jornal Conservador. Rogo-lhe diser-me o valor da publicação para satisfazer-lh’o. Subscrevo-me, com estima e consideração, Rio Pardo 9 e Junho de 1881, Adolfo do Amaral Lisboa”. A outra carta, de 1882, traz o seguinte: “Já uma vez vali-me das columnas de seu conceituado jornal para publicar uma poesia de minha irmã D. Anna Aurora; e agora desejo que seja publicada uma outra poesia de minha mesma irmã, e por juntamente lhe envio a dita poesia, intitulada Vozes, cuja publicação lhe peço”. (Adolfo Amaral Lisboa. Carta para o redator do jornal Conservador. Rio Pardo. Copiador nº1, Centro de Documentação e Memória – CEDOC/UNISC).

<sup>23</sup> “Foi creada uma aula do sexo masculino no lugar denominado – Passo do Sobrado [atual cidade], - municipio de Rio Pardo e nomeado para interinamente regel-a o cidadão Adolpho do Amaral Lisboa” (*A Federação*, Porto Alegre, sexta-feira, 2 de maio de 1890, p. 1). O outro comprovante de sua docência, dois anos depois, traz a seguinte informação: “Obteve oxoneração de professor interino da cadeira do sexo masculino do Passo do Sobrado, em Rio Pardo, 2º Districto, o cidadão Adolpho Amaral Lisbôa”. (*A Federação*, Porto Alegre, terça feira, 7 de junho de 1892, p. 2).

<sup>24</sup> Adolfo fazia parte do Club Republicano de Rio Pardo, uma espécie de diretório municipal do PRR na localidade. Eis um telegrama do clube publicado no jornal *A Federação* após a proclamação da República (1889), para o primeiro governador do Rio Grande do Sul republicano, José Antônio da Câmara (\*1824/+1893), o “General Câmara”: “O partido republicano de Rio Pardo, verdadeiramente jubiloso com o grande acontecimento político que veio trazer á nossa querida pátria um esplendido clarão luminoso de gloria e de prosperidade futura, delega do seio dos membros – os cidadãos Antero Fontoura e H. Americano – para vos comprimentar pessoalmente.

primeiros anos da República no Rio Grande do Sul, antes de eclodir a Revolução Federalista (1893-1895), postulou alguns cargos burocráticos no município, até se fixar como contador e partidor, em 1891.<sup>25</sup>

O final do século XIX foi marcado, no Brasil, por forte instabilidade política. De acordo com Marcello Otávio Neri de Campos Basile (1990, p. 251-285), a década de 1880 foi um período de aceleração da derrocada do império brasileiro. O sistema político imperial fragilizado não conseguiria lidar com as novas demandas sociais e políticas que emergiram com enorme força. Entre as crises que foram fundamentais na desestabilização do regime estão a Guerra do Paraguai, a Questão Militar e a Questão Religiosa, a tensão diplomática com a Inglaterra devido às pressões dos ingleses por causa da *Bill Aberdeen* e as próprias influências do republicanismo em diversos setores da sociedade que eclodiram com maior força. Contudo, destaque para a escravidão como a estrutura e econômica e social fundamental na sustentação do regime imperial brasileiro.

Com a Lei Áurea, o Governo perdeu mais um de seus principais sustentáculos – os fazendeiros escravistas, sobretudo do Rio de Janeiro -, que, irritados com a Abolição e ainda mais com a maneira como foi feita, sem indenização ou qualquer medida compensatória, passaram, com grande parte, a se desinteressar pelo destino da Monarquia, quando não a engrossar as fileiras da oposição ao regime, aderindo ao movimento republicano. [...] os inimigos de véspera – abolicionistas e escravocratas – uniam-se agora em torno do ideal republicano. (BASILE, 1990, p. 289)<sup>26</sup>.

Essa trajetória política de Adolfo revela um suporte do irmão aos intentos de Ana Aurora em publicar seus escritos nos aparatos midiáticos que estariam sob o controle governamental. Porém, fracassaram as poucas tentativas de Adolfo em solicitar a publicação dos poemas da irmã no jornal *A Federação*, órgão oficial do Partido Republicano, de orientação positivista.

---

[...] – A directoria do club – Raphael Bandeira, Antero Fontoura, Adolpho Amaral Lisboa, 1º secretario, Pedro Peters, 2º secretario, José Pedro Lobo d'Avila, orador Affonso Pernido da Fonseca, tesoureiro, Antonio Candido Ribeiro de Andrade”. (*A Federação*, Porto Alegre, quinta-feira, 5 de dezembro de 1889, p. 1).

<sup>25</sup> “Servir vitaliciamente, na fórmula da lei, os officios de 1º partidor e contador do termo do Rio Pardo, creados por acto de 2 de setembro do anno findo” (*A Federação*. Porto Alegre, terça-feira, 27 de janeiro de 1891, p.3. Artigo “Secretaria do interior”, assinado por Alvaro Baptista). A função de partidor consistia em fazer partilhas judiciais

<sup>26</sup> Lilia Schwarcz e Heloisa Starling também discutem a crise da monarquia em *Brasil: uma biografia* (2015).

Illmo Sr. Candido Pacheco

Porto Alegre

Amigo e Sr

Desejando eu que sejam publicadas as poesias que juntamente lhe remetto, produção de minhas manas ao Illmo. Srs. DD Zamira, Carlota, Anna e Palmira Lisboa, peço-lhe o favor de imprimil-as na Federação jornal de que V.Sa. é digno gerente. Pedindo-lhe desculpa de minha importunação eu tenho a honra de subscrever-me. [...] Adolfo do Amaral Lisboa. (LISBOA, Adolfo do Amaral. Carta para Candido Pacheco. Rio Pardo, 2 de março de 1885. Copiador nº1, Centro de Documentação e Memória – CEDOC/UNISC).<sup>27</sup>

As correspondências passivas de Aurora foram preservadas por sua sobrinha Guiomar Lisboa e foram doadas para o Arquivo Municipal Histórico de Rio Pardo em meados do século XX. Não foi possível identificar correspondências anteriores à década de 1890. Nesse sentido, as cartas ativas de Adolfo auxiliaram a esclarecer alguns pontos da vida de Aurora nesse período.

O teor da poesia era uma homenagem ao falecido pai, escrita em conjunto com as irmãs Zamira e Palmira. As participações de Ana Aurora nos espaços de divulgação de trabalhos artísticos e intelectuais começaram em periódicos, através de poemas. Retomando as discussões relativas ao magistério, não é impossível imaginar que esse espaço da Escola Normal tenha facilitado, por meio de uma rede de solidariedade feminina de professoras e escritoras, sua entrada em outros espaços regionais do meio artístico, literário e político.

Por outro lado, um dos espaços mais importante para sua atuação como escritora foi o *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*. A Livraria Americana era uma importante casa de comércio de livros na capital do estado ainda no final do século XIX. O catálogo era variado e muito bem propagandeado. Conforme Elisabeth Torresini (2010, p. 245),

---

<sup>27</sup> Em outra carta, após não ter respondido o seu pedido, Adolfo redige o seguinte: “Ilmo Amigo e Sr. Affonso Vianna. Tem esta o objectivo de pedir-lhe um favor. No dia 28 de Fevereiro do corrente anno, premeiro anno (ilegível], do passamento do meu caro Pai, as minhas irmãs Zamira, Carlota, Anna e Palmira Lisboa compusaram poesias análogas a esse facto, e eu, desejando vel-as publicadas, escrevi em 2 de Março ao Sr. Candido Pacheco, então gerente da Federação, remetendo-lhe essas poesias e pedindo-lhe o faVor de mandar impressal-as naquelle jornal. Nunca foram publicadas, porem tenho certeza de que o Sr. Pacheco recebeu-as, porque minha carta que acompanhou-as, foi registrada, e á agencia do correio desta cidade veio o recibo da mesma. Peço pois ao meu amigo o obséquio de arrecadar essas poesias, que minhas irmãs me confiaram, para que não se percam: é esse o favor em que acima fallo. Agradeço-lhe o favor que me faz com esse serviço e tenho o praser de firmar-me. Adolfo do Amaral Lisboa”. (LISBOA, Adolfo do Amaral. Carta para Affonso Vianna. Rio Pardo, [18...?]. Copiador nº 1, Centro de Documentação e Memória – CEDOC/UNISC).

A Livraria Americana oferecia um estoque completo de livros de todas as categorias. Além dos anúncios extensos e variados em diversos jornais, publicou o Catálogo de livros da Livraria Americana, remetendo-o gratuitamente aos solicitantes. Em poucos anos, ampliou seus negócios, abrindo uma filial na cidade de Rio Grande.

Aberta a filial, a Livraria Americana passou a publicar o *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, dirigido por Alfredo Ferreira Rodrigues e publicado entre os anos de 1889 e 1917. O Almanaque publicou 29 edições. Conforme Cláudia Freitas (2007), o Almanaque foi um impulsionador da produção literária no Rio Grande do Sul, mantendo um forte vínculo entre imprensa e literatura. Foi um espaço importante de prestígio cultural por sua propagação dos estudos históricos, mas, principalmente, por seu caráter literário, através da divulgação de contos e poesias.

Seria enganosa a visão de que o Almanaque publicava produções de correntes ou tendências de forma homogênea. Ao estudar as representações de gênero no Almanaque Literário, Linara Segalin identificou oitenta escritoras que colaboraram ao longo da história do almanaque, sendo um espaço de “intensa disputa de poder de gênero e um espaço importante para a luta feminina por direitos sociais”. (SEGALIN, 2010, p. 127). Essas disputas eram percebidas no almanaque através de escritos de muitos de seus colaboradores:

Analisando os textos encontrados nos almanaques, é possível perceber, sim, um grande esforço em disciplinar a conduta feminina a partir do que se esperava das mulheres naquele momento de transição: a virada do século XIX para o século XX. Um discurso muito constante lembrava às mulheres suas obrigações como mãe, como protetora do lar e dos filhos. (SEGALIN, 2010, p. 147).

Segalin (2010, p. 148) aponta que havia, nas publicações do almanaque, “intensas relações de poder”, isso porque certas escritoras publicavam, “mesmo ainda envolvidas com o pensamento da época com relação ao papel de cada gênero na sociedade”, ideias relacionadas à defesa da educação para as mulheres.

Ana Aurora teve participação nesses anos de publicações do *Almanaque Literário e Estatístico*. De 1889 até 1893, a escritora havia contribuído com poesias, charadas e textos. Esse almanaque permitia que os colaboradores publicassem críticas às edições anteriores, tornando-se um espaço de debates impressos entre os escritores. A contribuição inicial de Ana Aurora no *Almanaque Literário* ocorreu no lançamento de sua primeira edição impressa, logo no começo do ano de 1889.

## A Prisão e a Escola

Eis a morada da treva  
 Em frente ao solio da luz!  
 [...]  
 Agora que jaz extinta,  
 A escravidão torpe e vil,  
 Uni-vos todos, ó filhos,  
 Para a gloria do Brazil!  
 Mostrai ao povo o caminho,  
 Dai-lhe as luzes da instrução,  
 E tornareis excusaveis  
 As muralhas da prisão.  
 [...]  
 Tornai as prisões inuteis,  
 Da escola alargando a acção;  
 Pois esta seduz e encanta,  
 E mette horror a prisão! (LISBOA, 1899, p. 45).

Poesias que tratam do meio educacional são recorrentes na obra de Ana Aurora e, assim como ela, suas irmãs Carlota e Zamira também colaboraram com o *Almanaque Literário e Estatístico*.<sup>28</sup> A parceria literária entre as três foi alvo da atenção de Spalding (1953, p. 52-53).<sup>29</sup> A poesia de Carlota seria mais “chistosa, tem mais simplicidade e raramente produz versos outros que as clássicas redondilhas ou setissílabo” (SPALDING, 1953, p. 53)<sup>30</sup>. Zamira, também professora, pendia para a “poesia familiar, social”.<sup>31</sup> Segundo Walter Spalding (1953, p. 53), a

<sup>28</sup> As informações sobre Zamira e Carlota perpassam a documentação referente a Ana Aurora, existindo, portanto, muitas lacunas sobre a vida das duas. Por isso, não há maiores informações sobre a educação formal de Zamira. As poesias das duas foram encontradas ao longo da pesquisa sobre Ana Aurora. Spalding afirmou que, quando levantou a documentação de Ana Aurora, no início década de 1950, a produção poética de Carlota tinha sido extraviada. (SPALDING, 1953, p. 54). Contudo, foram encontradas poesias das irmãs no *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*.

<sup>29</sup> Talvez tenham sido influências para Ana Aurora e suas irmãs na criação literária sua mãe, Maria Carlota, e os irmãos dela, os poetas Sebastião Xavier do Amaral Mena, Frederico Augusto e Francisco de Paula. As obras de Sebastião foram encontradas e publicadas por: LAYTANO, Dante. Sebastião Xavier do Amaral Sarmiento Mena – Obras completas. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1933.

<sup>30</sup> Redondilhas são versos que possuem cinco ou sete sílabas poéticas, setissílabo são versos com sete sílabas. Identificamos algumas poesias de Carlota no *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*. A primeira poesia foi publicada na segunda edição, de 1890. Intitulada *Receios*, uma homenagem “Ao meu irmão Odorico Lisboa”, essa poesia apresenta a apreensão da irmã com o quadro de saúde de seu irmão que faleceria um ano depois: “Mas sabes? Nesses momentos em que tristes pensamentos a mente me vêm turbar, a Deus eu peço, ansiosa, numa prece fervorosa, para teus passos guiar”. (LISBOA, 1890, p. 129). Outra poesia é da sexta edição, de 1895. *Amor de mãe* trata da dor materna diante da morte de um filho. (LISBOA, 1895, p. 165).

<sup>31</sup> Duas são as poesias de Zamira encontradas no *Almanaque Literário*. *Diplomacia infantil* foi publicada na segunda edição, em 1890. Em homenagem à irmã Ana Aurora, trata do processo de aprendizagem de crianças. (LISBOA, Zamira do Amaral. *Diplomacia infantil*. 2. ed. *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, 1890, p. 150). E a outra poesia, intitulada *A tua voz*, trata do tema materno-infantilfoi (LISBOA, Zamira do Amaral. *A tua voz*. 6. ed. *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, 1895, p. 165).

poesia de Ana Aurora seria mais “sisuda”, de cunho didático, “procurando inocular nos cérebros altas ideias e pensamentos de moral, de honra, de dever”.

Contudo, Spalding (1953) ignorou as inúmeras poesias de cunho político publicadas pelas irmãs, principalmente por Ana Aurora. A sua visão política aparecia de forma ainda tímida nas primeiras poesias, da década de 1880, se comparadas com as da década seguinte. Suas simpatias eram grandes pelas figuras do imperador Dom Pedro II e do líder liberal Gaspar Silveira Martins.<sup>32</sup>

Também encontramos participação de Ana Aurora no *Almanaque Popular Brasileiro*, de Pelotas, Rio Grande do Sul. Esse almanaque rivalizava com o *Literário e Estatístico*. Sua publicação ocorreu entre os anos de 1894 e 1908, editado por Echenique & Irmão pela Livraria Universal. O texto encontrado é de 1898, referente à educação das mulheres.

A educação da mulher deve, o mais possível tender, tender a colocá-la no caso de poder dispensar em qualquer situação o amparo do homem. Não reclamamos para o sexo a que pertencemos nenhum dos direitos civis e políticos que até aqui têm sido privilegio do outro sexo; não procuramos reivindicar a pretensa igualdade de aptidões intelectuais entre o homem e a mulher. Achamos, pelo contrário, que ela fica perfeitamente bem no plano secundário em que a colocam os sociais.

Entretanto, seja-nos permitido dizê-lo, julgamos justo que não se negue àquelas que, que por exceção da regra, receberam da natureza uma inteligência superior e aptidões incontestáveis, o direito de aproveitá-las e de tirar delas todas as vantagens possíveis para seu interesse próprio e da sociedade.

O que combatemos, e cada vez mais convictamente, é o erro em que laboram muitos pais, entendendo que a educação intelectual, aquela que melhor prepara o indivíduo para a luta da existência, merece menos cuidados, quando se trata das filhas do que dos filhos.

Justificam tão lamentável modo de pensar, afirmando que a mulher – esposa, mãe ou filha – está por natureza colocada sob a guarda e proteção do homem que tem o dever de prover-lhe a subsistência e velar pela sua honra e segurança.

Na verdade, se isso devesse suceder sempre assim, não exigiria grandes cuidados a educação da mulher: – algumas noções de civilidade e boas maneiras e as prendas domésticas indispensáveis a uma dona de casa, e ela estaria apta para desempenhar sua missão social, como a compreendem os intransigentes adversários da instrução da mulher.

Mas, senhores que assim argumentais, quem vos assegura que vossa filha encontrará esse protetor natural que contais? Que presciência tendes do futuro que vos garanta que essa filha não se verá um dia só no mundo, entregue à sua própria direção neste pélago de provações e enganões?

Não temeis que, vendo-se assim sem um guia, sem discernimento algum, sem as luzes que o desenvolvimento intelectual ministra ao ser humano, sucumba na luta, pobre vítima de incúria paterna? Nunca se vos apresenta á imaginação o espetáculo doloroso de vossa filha implorando a estranhos

<sup>32</sup> Segundo Walter Spalding (1953), as poesias de cunho político foram agrupadas por Ana Aurora no livro *Preitos à Liberdade*, publicado em 1899, contendo quatro sonetos em homenagem ao último imperador brasileiro.

um agasalho, vivendo na dependência, sujeitando-se a humilhações, porque não tem o preparo indispensável para dirigir-se na luta da existência? Se refletísseis maduramente, talvez chegásseis à conclusão de que, na incerteza do futuro, a educação das filhas merece cuidados mais solícitos do que a dos filhos.

Daí, pois, a vossas filhas uma instrução sólida, habilitai-as, preparai-as convenientemente para que elas possam em caso de necessidade, encarar com animo resoluto as vicissitudes da vida, contando com suas próprias forças e dispensando o amparo e proteção do homem.

E, ficais certo, a instrução em nada lhes diminuirá o encanto suave das virtudes domésticas que tanto amais em vossas esposas, e venerais em vossas mães. (LISBOA, 1898, p. 108).

Ana Aurora defende, nesse texto, maior atenção ao processo de instrução feminina como forma de evitar a dependência com relação aos homens, caso a mulher não tivesse contraído matrimônio. De certa maneira, é uma defesa de si mesma, de seu modo de viver perante os preconceitos sociais impostos por sua escolha como mulher e solteira.

É preciso, porém, dimensionar o posicionamento de Ana Aurora. Sua opinião é bastante reveladora da visão de educação para as mulheres no período. A escritora destaca que sua intenção não era protestar em favor da defesa dos direitos civis e políticos das mulheres, tidos como privilégio masculino. Além disso, tentou não afrontar a visão conservadora no que dizia respeito ao debate sobre os direitos das mulheres no Brasil.

Essa postura de Ana Aurora era semelhante ao de outras mulheres nesse período de final de século. De acordo com Norma Telles (1997, p. 406), a preocupação com a educação feminina “são ideias que até o final do século [séc. XIX] podem ser encontradas na obra de algumas escritoras brasileiras”. É o caso de Dionísia de Faria Rocha, escritora nascida no Rio Grande do Norte e que utilizava o pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta. Essa autora publicou o livro *Conselhos à minha filha* (1842), obra na qual “sua preocupação primeira é com a educação das mulheres [...] que o ensino poderia ser capaz de mudar as consciências e a vida material”. (TELLES, 1997, p. 406).

Com a morte de sua mãe, em 1891, Ana Aurora e suas irmãs Zamira e Carlota, também solteiras, decidem morar juntas, comprando, com partes de suas heranças, uma casa no centro da cidade de Rio Pardo. Somente Carlota, entre as três, não trabalhava como professora, mas realizava o trabalho doméstico da casa que as três dividiam. O novo local de trabalho, situado na região central de Rio Pardo, era privilegiado geograficamente em relação à antiga escola onde Ana

Aurora lecionava, tanto para realizar tarefas do cotidiano quanto pela proximidade maior com os parentes. (SPALDING, 1953, p. 120).

Contudo, Ana Aurora deveria acompanhar atenta, com certa aflição, os rumos instáveis da política nos últimos anos. Após a transição da monarquia brasileira para a república, se manifestou uma grave crise política. As tensões se localizavam tanto do plano nacional, mas, principalmente, na região, entre os grupos políticos com interesses divergentes

De acordo com Sandra Pesavento (1993, p. 14), o Partido Liberal, no Rio Grande do Sul, tinha como um de seus principais nomes Gaspar Silveira Martins. O Partido detinha maior poder na política gaúcha nos últimos instantes do período imperial. O adversário republicano sul-rio-grandense tinha ideias em sintonia com o descontente exército e possuía o positivismo de Augusto Comte como base filosófica-política. O Partido Republicano Rio-grandense (PRR), liderado por Júlio de Castilhos, surgiria “através de um grupo minoritário de jovens na década de 80, que retornaram ao sul após terminarem seus cursos no centro do país, sendo liderados por Júlio de Castilhos”.

Com o golpe de estado ocorrido em 1889, Deodoro da Fonseca se tornou o presidente da República. No Rio Grande do Sul, “processou-se o expurgo dos liberais, com a extradição de seus principais líderes, como Silveira Martins”. (PESAVENTO, 1983, p. 61). Diversos funcionários do Partido Liberal foram afastados do aparelho burocrático. “Delegados, bem como comandantes de unidades da Guarda Nacional, foram exonerados”. (LOVE, 1975, p. 43).

O governo de Visconde de Pelotas tinha o apoio de Júlio de Castilhos, que ocupava o cargo de secretário estadual de governo, sendo o influente articulador político do novo governo. O PRR não acolhia, em seu projeto, a maioria dos “representantes do setor agrário rio-grandense; desalojara mesmo do poder, com a República, o setor mais representativo dos proprietários de terra, arrematados no Partido Liberal”. (PESAVENTO, 1983, p. 61-62).

O PRR preocupou-se com o perigo dos opositores desalojados retornarem ao poder. Por isso, estrategicamente, visou cooptar diversas camadas das classes médias urbanas e a oligarquia rural, tanto das regiões do planalto, das colônias, da serra e do litoral. O Partido adotou a prática de distribuição de cargos na burocracia, como, por exemplo, posições nas justiças municipais para os correligionários. Após

a Assembleia Geral ter promulgado a Constituição de 1891<sup>33</sup>, por cinco anos, Júlio de Castilhos foi eleito Presidente do Estado por unanimidade. A nova Constituição estadual “institucionalizava o governo autoritário e centralizado [...], através do qual se possibilitava ao PRR o controle da oposição, mantendo-a afastada do poder. (PESAVENTO, 1983, p. 71). Pesavento (1983, p. 77) afirma que,

o PRR postulava uma combinação entre o federalismo e centralismo na mediação entre a política interna do estado e as relações com o poder central. Frente à União, defendiam o federalismo radical e, no governo regional, adotavam o centralismo de feição autoritária e positivista.

No plano nacional, o governo de Deodoro da Fonseca foi marcado pelo autoritarismo e por crises econômicas. Dentro da casa legislativa, grupos políticos descontentes apresentaram uma lei que limitava os poderes do presidente da República.

Como resposta, Deodoro da Fonseca fechou o Congresso. Aliado do presidente<sup>34</sup>, Júlio de Castilhos tinha como base política o Exército, e essa instituição estava apoiando a ascensão de Floriano Peixoto à presidência. Castilhos se posicionou de forma oscilante, mas apoiou Deodoro da Fonseca, o que foi considerado politicamente “um tiro no próprio pé”. Pressionado pela oposição, Castilhos renunciou no dia 21 de novembro de 1891. (PESAVENTO, 1983, p. 74-78).

O poder estadual ficou a cargo dos antigos dissidentes republicanos. Chamado de “Governicho”, título atribuído pejorativamente por Castilhos, os dissidentes comandaram o estado por um curto e conturbado período. Os principais líderes foram Joaquim Francisco de Assis Brasil e João de Barros Cassal, dissidentes republicanos do PRR.

No dia 4 de fevereiro de 1892, os castilhistas “havia tentado lançar o seu líder de volta ao poder, mas os únicos resultados de um levante [...] foram diversas

---

<sup>33</sup> Nessa Constituição, “o presidente do Estado podia nomear seu vice. Além disso, podia reeleger-se continuamente, desde que obtivesse três quartos da votação total. Vinculando este dispositivo com o fato de as eleições não serem secretas, pode-se ter uma ideia da fraude eleitoral que havia. [...] Na verdade, o governador podia praticamente “eternizar-se” no poder”. (PESAVENTO, 1983, p. 70).

<sup>34</sup> Deodoro da Fonseca “mantivera frequentes contatos com Castilhos durante os dias críticos da Questão Militar. Dois meses antes do golpe, em setembro, Deodoro havia expressado sua admiração por Castilhos, Assis Brasil e Barcelos, declarando que se estivesse no Rio Grande em agosto teria votado nos três nas eleições para o parlamento Imperial – mesmo sendo ele membro do Partido Conservador”. (LOVE, 1975, p. 41).

mortes em todo o Estado, muitas das quais de membros do PRR”. (LOVE, 1975, p. 54). Com a volta de Silveira Martins do exílio e a fundação do Partido Federalista, o PRR agitou-se e, num encontro secreto de dirigentes republicanos em *Monte Caseros*, na Argentina, planejaram tramar uma conspiração que restaurasse Júlio de Castilhos ao poder, mas no final das contas, este plano dos castilhistas não obteve êxito. (LOVE, 1975, p. 54-55).<sup>35</sup>

De maneira geral, as fileiras do corpo político do PRR, no período do “governicho”, fizeram ferrenha oposição aos governantes. Com a renúncia de Júlio de Castilhos, os militares do Exército não estavam contra Castilhos, mas contra Deodoro da Fonseca, portanto, havia interesses do Exército em apoiar o retorno de Castilhos ao poder. (PESAVENTO, 1983).

Em 17 de junho de 1892, Júlio Prates de Castilhos retornava ao poder apoiado pelo presidente, marechal Floriano Peixoto. Com o retorno do PRR de Castilhos comandando o estado, foi restaurada a Constituição positivista de 1891: “o Poder Executivo estadual [investiu] de formidáveis instrumentos de intervenção nos municípios e de controle do aparato estatal”. (AXT, p. 95-96). Júlio de Castilhos “se fez substituir por vices presidentes [Vitorino Monteiro e Fernando Abbott] que inauguraram um período de severa repressão aos adversários”. (FRANCO, 2007, p. 136). O PRR “reorganizara a Guarda Civil, transformando-a em Brigada Militar e aumentando a peça orçamentária estadual para os aparatos da repressão”. (FRANCO, 2007, p. 137).

Além dos dissidentes republicanos, a exclusão política gestada pela *ditadura científica* do PRR de Júlio de Castilhos fez com que os opositores do antigo Partido Liberal fundassem o Partido Federalista, em 1892.

A violência e as perseguições políticas se intensificaram, assim como exílios e deserções federalistas, em sua maioria em direção ao Uruguai. “Em fevereiro de 1893, depois de empossado Júlio de Castilhos na presidência do estado, a insurreição se declarava na região de Bagé, com a invasão do caudilho federalista Gumercindo Saraiva”. (FRANCO, 2007, p. 136).

---

<sup>35</sup> “Uma das razões pelas quais o *putsch* republicano de fevereiro fracassara era o fato de que as unidades militares regulares de Porto Alegre tinham permanecido leais ao Governador, o General Barreto Leite. Isto levou Castilhos a concluir que, se acaso desejasse recuperar o governo através do golpe, precisaria do apoio das unidades fundamentais do exército federal, o que significava o apoio de Floriano, sucessor de Deodoro no Rio”. (LOVE, 1975, p. 55).

Era comum o expurgo, ou o remanejamento, de servidores públicos indicados por antigos governos que apresentavam simpatias aos opositores do castilhismo. Em abril de 1893, por uma portaria do governo estadual, Ana Aurora seria transferida para o município de Vila Rica, hoje cidade de Júlio de Castilhos. Ofendida, enviou uma carta solicitando sua demissão do magistério público a Júlio de Castilhos no dia 10 de junho de 1893.

Cidadão Presidente. – Ana Aurora do Amaral Lisboa, professora da 1ª cadeira do sexo feminino da cidade de Rio Pardo, vem declarar-vos que não aceita sua remoção para Vila Rica e que nesta data vos apresenta a sua demissão [...]. Se a falta da demissionária é de ter promovido, nesta cidade, uma subscrição em favor dos feridos do EXÉRCITO LIBERTADOR, declara-vos a mesma que se orgulha de ser punida pelo vosso gôverno, [...]. Quando o Rio Grande voltar ao regime da Lei, voltará também a demissionária a ocupar o honroso posto de que é hoje arrancada, com violação da Lei. Deus vos guarde, cidadão Dr. Júlio Prates de Castilhos.<sup>36</sup> (SPALDING, 1953, p. 33).

Junto com sua irmã Zamira, fundou o Colégio Amaral Lisboa no mesmo ano de sua demissão do cargo público. Elas lecionaram para o ensino primário durante muitas décadas. Essa correspondência foi o primeiro registro de Ana Aurora participando ativamente em organizações com fins políticos, como o serviço para arrecadar fundos aos federalistas.

Segundo Walter Spalding (1953, p. 109), um dos prováveis motivos da transferência seriam as poesias de Ana Aurora sobre Dom Pedro II. A professora teria sido acusada por castilhistas locais de defender a restauração monárquica por meio de suas poesias e por se negar a prestar homenagens, com seus alunos, pelo dia da proclamação da República.

A transferência de Ana Aurora pode ser lida como um indicativo de ambiente de repressão política, assim como um reconhecimento e incômodo com relação a sua atuação, através de uma crescente articulação intelectual e política.

O próximo capítulo será voltado para a disputa política envolvendo Ana Aurora, que moldou sua trajetória política, e de que forma as relações familiares de Ana Aurora estava entrelaçada na política local de Rio Pardo.

---

<sup>36</sup> Carta de Ana Aurora do Amaral Lisboa à Júlio Prates de Castilhos em 10 de julho de 1893.

## CAPÍTULO 2: OS EMBATES DE ANA AURORA

Este capítulo tem por objetivo discutir o início da trajetória política de Ana Aurora e analisar os acontecimentos ocorridos durante a metade da década de 1890, ao longo da Revolução Federalista, e que marcaram sua imagem política e historiográfica.

### 2.1 O Contexto Regional

De acordo com Rodrigo Santos de Oliveira (2013, p. 137-147), a produção historiográfica sobre a Revolução Federalista pode ser classificada em grupos, haja vista a tendência de inclinações subjetivas de alguns autores. O primeiro grupo apontado é de “memórias”. Nesse grupo, destacam-se as narrativas do federalista Ângelo Dourado, que era médico, tenente-coronel e membro da coluna do federalista Gumercindo Saraiva. (DOURADO, 1977). Outro livro de memórias importante é o de Rafael Cabeda, chamado *Os crimes da ditadura*, um compilado de depoimentos sobre as perseguições e violências políticas sofridas pelos federalistas. (AXT; CABEDA; SEELIG, 2002).

Ainda do lado dos federalistas, um trabalho muito importante sobre a guerra é de Wenceslau Escobar, com o livro *Apontamento para a História da Revolução Rio-grandense de 1893*, publicado na década de 1920, gerando tal debate que o autor publicou, em seguida, o livro *Réplica a todos os contraditores de Meus Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893*. Do lado republicano, pode ser citada uma reprodução dos diários do tenente-coronel da Cavalaria da Brigada Militar Fabrício B. O. Pilar, intitulada *Memórias da Revolução de 1893*, organizada por Hélio Moro Mariante. ([2020?], p. 137-138).

Eduardo Rouston Junior (2016, p. 28), por sua vez, dividiu essa historiografia mais diletante em duas tendências: a primeira seria “dos autores vinculados à ideologia positivista e reprodutores do discurso oficial castilhistaborgista, a qual chamamos aqui de corrente castilhistaborgista”, relacionando nomes como Aquiles Porto Alegre, Othelo Rosa, Euclides Moura, Victor de Brito, João Pio de Almeida e Joaquim Luís Osório; a segunda, “a dos autores que se opuseram ao projeto político castilhista, que denominamos de vertente gasparista/assisista”. Nesta segunda tendência, encontram-se nomes já citados como de Wenceslau Escobar, Ângelo

Dourado e Rafael Cabeda, mas também autores como Gustavo Moritz, Olympio Duarte, Rodolpho Costa e Manoel da Costa Medeiros, “que esforçaram-se por denunciar a violência dos republicanos, defendendo o sistema parlamentarista e exaltando a biografia dos líderes federalista”. (ROUSTON JUNIOR, 2016, p. 28-29).

O segundo grupo apontado por Rodrigo Santos de Oliveira (2013, p. 138-139) seria o dos trabalhos acadêmicos, que podem ser classificados em dois tipos: um grupo de autores que apresentaram uma inclinação ideológica por uma das partes no conflito e outro grupo que não deixou transparecer um claro comprometimento ideológico com relação aos grupos em guerra.

No que se refere ao primeiro grupo, pode-se pensar nos autores José do Patrocínio Motta e Sérgio da Costa Franco. José Motta é o autor de *República Fraticida: as revoluções rio-grandenses (1835-1932)*, com um posicionamento a favor dos federalistas. Sérgio Franco, por sua vez, escreveu *Júlio de Castilhos e sua época* e *A Guerra Civil de 1893*, com uma narrativa favorável aos castilhistas. (OLIVEIRA, 2013, p. 139)<sup>1</sup>.

Nos trabalhos mais recentes, um claro posicionamento favorável aos federalistas é o de Ricardo Vélez Rodríguez (2007, p. 57-58), que tece críticas ao castilhismo e ao positivismo a partir de uma ótica liberal. O autor levanta questionamentos ao “patrimonialismo estamental”, no qual a intervenção estatal não modernizou uma economia capitalista aos moldes de uma república liberal.

Por outro lado, Mário Maestri (2003) apresenta uma defesa da consolidação do PRR após a Revolução Federalista (1893-1895) como uma vitória da “modernidade capitalista sobre o arcaísmo do latifúndio”. Relaciona as críticas ao castilhismo-borgismo como a “execração do direito e da obrigação do Estado de intervir em favor do desenvolvimento social e da apologia indireta das propostas neoliberais de internacionalização da economia e da sociedade”. (MAESTRI, 2003, p. 5).

Por fim, um segundo grupo seria o composto por trabalhos em que a subjetividade dos(as) autores(as) não interferiram de maneira tão clara em um posicionamento ideológico sobre o conflito. (OLIVEIRA, 2013, p. 139). Destacam-se,

---

<sup>1</sup> Ver obras: MOTTA, José do Patrocínio. *República Fraticida: revoluções rio-grandenses de 1835-1932*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989; FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 3. a ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996; FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

entre os autores destes trabalhos, Sandra Jatahy Pesavento, Moacyr Flores, Ilda Flores, Francisco das Neves Alves<sup>2</sup>.

O congresso de 1892, organizado por Gaspar Silveira Martins, resultou na fundação do Partido Federalista Brasileiro (PFB), no estado do Rio Grande do Sul. Segundo Sérgio da Costa Franco (2007, p. 134), o Partido Federalista “tinha em vista simultânea luta contra o castilhismo e contra o Governicho, e, obviamente, a participação nas eleições que se aproximavam, com uma defesa articulada dos princípios liberais”. Aclamando como candidato ao governo pelos federalistas João Nunes da Silva Tavaves, general Joca Tavares, a fundação do partido também marcou a conciliação entre Gaspar Silveira Martins e os antigos líderes conservadores do período imperial, em especial, a família Silva Tavares. (FRANCO, 2007, p. 134).

A Revolução Federalista de 1893-1895 pode ser vista como “uma história de intolerância, violência e fanatismo político”. (FLORES; FLORES, 2016, p. 39). Nascida em um contexto de grande instabilidade política e institucional no Rio Grande do Sul após a proclamação da República, a Revolução Federalistas estendeu-se até Santa Catarina e Paraná, relacionando-se com a Revolta da Armada, ocorrida no Rio de Janeiro pelos marinheiros.

Como aponta Moacyr Flores e Hilda Flores (2016, p. 39), a Revolução perdurou durante 31 meses, entre 1893 até 1895, e contabilizou entre 10 mil e 12 mil mortos como consequência do conflito, apresentando práticas brutais como a degola. Os grupos políticos organizados envolvidos nessa guerra civil foram os republicanos e os federalistas.

Os republicanos, liderados por Júlio de Castilhos, desenvolveram relações políticas e ideológicas com os militares através do positivismo, adaptando ideias da doutrina de Augusto Comte. Em relação ao positivismo, Joseph Love apontou as influências basilares do positivismo no castilhismo.

---

<sup>2</sup> Vide as seguintes obras: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1985; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Revolução Federalista: memória revisitada*. In: POSSAMAI, Zita (org). *Revolução Federalista de 1893*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993; FLORES, Hélio Alves. *No tempo das degolas: revoluções imperfeitas*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996; FLORES, Hilda Agnes Hübner; FLORES, Moacyr. *Rio Grande do Sul: aspectos da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993; FLORES, Hilda Agnes Hübner (org.). *Revolução Federalista – Estudos*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993; FLORES, Moacyr (org.). *1893-1895: a revolução dos Maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993. FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. 5. ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996; ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (org.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da Fundação Universidade de Rio Grande, 1993.

Castilhos extraiu de Comte a crença na forma de governo republicana e ditatorial: abraçou a fé de Comte pelo governo das classes conservadoras e defendeu fervorosamente a ordem como base do progresso social. “Conservar melhorando” transformou-se no lema de Castilhos; [...] Em particular, Castilhos e outros positivistas adotaram do filósofo as ideias de defesa das liberdades individuais e a condenação da escravidão, e suas exigências quanto à separação entre a Igreja e o Estado, à educação primária universal e à intervenção estatal para proteger os operários industriais. Nas questões políticas, Castilhos aderiu fielmente aos preceitos de Comte em relação à conduta e à organização governamental. Ao insistir no equilíbrio orçamentário, no Executivo funcionando através de plebiscito, no Legislativo com poderes limitados à aprovação da receita e da despesa e na estrita separação entre o poder espiritual e o temporal. (LOVE, 1973, p. 39).

De acordo com Sandra Pesavento (1983, p. 51), oriundos da Faculdade de Direito de São Paulo, os republicanos eram compostos por “jovens bacharéis recém-formados, geralmente filhos de estancieiros rio-grandenses” e muitos precediam do antigo partido conservador. A visão de estado dos republicanos positivistas compreendia a república como autoritária, liderada por notórios sábios, visando um desenvolvimento capitalista para o Rio Grande do Sul, que era uma economia predominantemente agrária-pastoril. (PESAVENTO, 1983, p. 49-61). Assim, ao assumir o poder do estado, o PRR adotou “uma forma de governo autoritário, inspirado na república ditatorial de Comte”. (PESAVENTO, 1983, p. 77).

O Partido Federalista Brasileiro (PFB) foi fundado em 1892, logo após o congresso federalista de Bagé. O congresso foi organizado por Gaspar Silveira Martins, que tinha retornado do exílio anistiado por Floriano Peixoto, após ter sido preso e exilado como um monarquista. O partido era composto, em sua maioria, por membros do antigo Partido Liberal e alguns ex-conservadores. A camada social mais significativa na composição das fileiras federalistas provinha da região da Campanha; eram indivíduos ligados à criação de ao gado, comércio e contrabando na região da fronteira, pertencentes a uma elite tradicional durante o período imperial. (FRANCO, 1967, p. 154-155). Loiva Otero Félix (1995, p. 19) afirma que “entre os federalistas encontrávamos desde monarquistas até republicanos dissidentes”.

Ao analisar o programa do Partido Federalista de 1892, Sérgio da Costa Franco (2007, p. 135) afirmou que se tratava “de um programa voltado para conjuntura do estado do Rio Grande do Sul, sem contemplar qualquer proposta de sentido nacional” e “o partido se formava mediante a aglutinação de várias

tendências”. Em relação a esse programa político dos federalistas, o mesmo autor transcreveu alguns trechos que valem a pena ser reproduzidos:

A) substituição da Constituição comtista do estado por uma Constituição republicana representativa modelada segundo os princípios do governo parlamentar; B) eleição do o presidente por 4 anos, não podendo ser reeleito para o período seguinte; C) eleição da Câmara pelo período de 4 anos, por distritos eleitorais, voto incompleto, renovação do mandato bianualmente por metade; D) iniciativa do governo e Câmara na apresentação das leis, com exceção das que competirem exclusivamente a esta; E) autonomia municipal; F) poder judiciário do estado; juizes municipais ou distritais nomeados pelos governos Municipais; juizes de direito nomeados pelo governo do estado, conforme as determinações da lei; G) liberdade de imprensa, sujeito o julgamento das publicações criminais a aos tribunais ordinários”. (FRANCO, 2007, p. 134-135).

A preocupação em organizar politicamente um programa partidário para o pleito que se avizinhava, em 1892, de nada adiantou, eleitoralmente, quando Júlio de Castilhos retornou ao poder. Castilhos logo se fez substituir por vices presidentes do estado, contando com o apoio do novo presidente, marechal Floriano Peixoto. (FRANCO, 2007, p. 134-137).

Ainda no período imperial, Gaspar Silveira Martins, líder dos liberais no Rio Grande do Sul, articulou a “aliança gasparista”, objetivando a hegemonia política do Partido Liberal na província do Rio Grande do Sul, através de medidas econômicas paliativas, como a “vista grossa” para o contrabando na fronteira, a preferência pela pecuária e medidas liberais, como redução de impostos alfandegários aos comerciantes do Litoral. Contudo, este conjunto de medidas “não atingia o cerne da questão, que era a modernização ou renovação da estrutura produtora agrícola”. (PESAVENTO, 1983, p. 47-48).

No aspecto político, os liberais ampliaram a massa eleitoral através do voto aos estrangeiros naturalizados brasileiros e aos não católicos e incentivaram mediações políticas com representantes econômicos das regiões das colônias de imigração alemã e italiana. (PESAVENTO, 1983, p. 48-49). Apeados do poder com a instauração do regime republicano, os federalistas buscaram nas armas uma forma de retornar ao poder após a impossibilidade de negociar uma transição política com os republicanos.

Segundo Sandra Pesavento (1983, p. 49-71), a guerra civil ocorreu entre uma classe dominante rural, que foi deposta do poder após o fim da monarquia brasileira, e, de outro lado, uma classe dominante oriunda do norte do estado,

organizada no Partido Republicano Rio-grandense, juntamente com outras camadas sociais. A autora afirma que a Revolução Federalista de 1893-95, entre republicanos e federalistas, pode ser vista como um “conflito interclasse”, visando o domínio do aparelho estatal do Rio Grande do Sul. Refletindo sobre as motivações do conflito, Loiva Otero Félix (1995, p. 20) entende que a Revolução Federalista não foi causada somente por questões políticas, mas também pelo projeto político-econômico que cada grupo defendia. Alçados ao poder, os castilhistas pretendiam combater os “pontos centrais do ‘pacto imperial’ que beneficiava os estancieiros da fronteira, é por isto que esta oposição ressurgiu em 1923 [...], a questão econômica estava subjacente à questão política, colocada como central na disputa pelo domínio do Estado”. (FÉLIX, 1995, p. 20). Ainda, de acordo com Loiva Otero Félix (1995, p. 22),

o objetivo da luta era o esmagamento do castilhismo pelo que ele representava de opressão política e de perda econômica, na medida em que os republicanos castilhistas criticavam o centralismo (que no Império, beneficiava os “notáveis” da província) e o regime de privilégio. O positivismo advogava para o Estado uma atuação que garantisse a igualdade de competição contra os privilégios econômicos, que estabelecesse um sistema de impostos diretos que cerceasse a ampliação do latifúndio e das posses indevidas de terras, atingindo, dessa forma, os coronéis que não poderiam ter a mesma autonomia de ação.

Loiva Otero Félix (1995) considera que a Revolução Federalista foi um “divisor de águas” do sistema coronelista do período imperial para a continuação desse sistema como coronelismo castilhista-borgista. A autora lança questionamentos sobre a modernização do estado após a consolidação do PRR, ressaltando que tal está vinculada a uma historiografia que glorificou o PRR e personagens como Júlio de Castilhos. Logo, sua crítica se refere ao autoritarismo e aos arranjos sócio-políticos através de práticas coronelísticas de poder, marcantes no período do PRR à frente do comando do estado. (FÉLIX, 1997; 1995).

Segundo Luiz Roberto Pecoits Targa (2003, p. 134), em suma, a “Constituição positivista sul-rio-grandense fundou uma nova ordem jurídica”, gerando “um regime político único no Brasil como no mundo”. Ao refletir sobre as interpretações do conflito e sobre o sentido da escalada de violência gerada na Revolução Federalista, o mencionado autor Pecoits Targa considera que a guerra civil foi uma “reação militar de uma classe proprietária e dominante que desejava recuperar o status que possuía antes da revolução política realizada pela vanguarda positivista que impusera uma nova ordem constitucional”. (TARGA, 2003, p. 135). Ou seja, houve

uma mudança brusca na sociedade e na economia do Rio Grande do Sul, de tal modo que o conflito ocorreu entre “uma classe que desejava que a sociedade, a economia e a política do Estado permanecessem iguais ao que haviam sido no passado e um grupo voluntarioso de indivíduos que desejavam mudar a sociedade, a economia e a natureza do Estado”. (TARGA, 2003, p. 136).

Sandra Pesavento (1983, p. 9) considera que a Revolução Federalista foi caracterizada por “atos de violência e barbárie de ambas as facções”, o que contribuiu para a “radicalização política”. Para Luiz Roberto Pecoits Targa (2003, p. 136), por sua vez, “a violência foi ela mesma e principalmente o resultado da radicalização política”.

Para Ieda Gutfreind (1995), o fator ideológico foi um importante componente na justificativa da guerra. Nesse sentido, a reposta dos liberais ao declararem guerra aos republicanos permite inferir que, quer no campo político, social e/ou econômico, eram “defensores intransigentes da liberdade individual”. (GUTFREIND, 1995, p. 145).

Sobre o projeto federalista, Luiz Roberto Pecoits Targa (2003, p. 138) afirma que ele traduzia somente as “reivindicações da oligarquia rural gaúcha, a qual não fazia senão se repetir enfadonhamente desde o início do século XIX”. Nesse sentido, argumenta sobre as diferenças de projetos entre os federalistas e os republicanos:

O nó do conflito entre os dois projetos econômicos: o projeto oligárquico tinha por objetivo salva guardar, exclusivamente, os interesses da classe dos grandes pecuaristas (projeto que somente poderia prolongar a agonia dessa classe); quanto ao outro projeto, ele se voltava para o conjunto da sociedade meridional e conduzia a uma maior diversificação social. (TARGA, 2003, p. 138).

Na ótica de Sérgio da Costa Franco, a Revolução Federalista pode ser interpretada também pelo o que ela não foi. Ela não foi estritamente um conflito entre duas classes sociais, nem duas formas de organização política no que tange à administração (centralismo x autonomia), nem o antagonismo de dois regimes políticos (presidencialismo x parlamentarismo), nem a disputa entre dois personagens políticos (Júlio de Castilhos x Gaspar Silveira Martins). Para o mesmo autor, o conflito foi uma disputa no interior da oligarquia gaúcha, tendo como finalidade o poder do aparelho estatal. (FRANCO, 1967; 1995).

Contudo, Sérgio da Costa Franco limitou sua análise a uma disputa eleitoral pelas camadas sociais que emergiram na vida política. Para o autor, “[...] não

decorreu alteração substancial do esquema de dominação político-social. Dominantes continuaram sendo as mesmas camadas sociais do período do Império, apenas mais capilarizadas, e agora obrigadas a uma eficiente captação de voto das clientelas”. (FRANCO, 1993, p. 11-12). Nesse sentido, o autor aponta uma das principais críticas ao PRR e sua hegemonia política:

O que de grave pode imputar ao Partido Republicano Riograndense é o ter cultivado a fraude eleitoral como um instrumento rotineiro de conquista e garantia do poder e o ter erigido a docilidade e o servilismo aos chefes, numa liminar condição de sucesso político. Esta última, aliás, é uma enfermidade inerente aos regimes de autoridade unipessoal, um câncer corriqueiro no organismo das ditaduras. (FRANCO, 1995, p. 2004).

Nesse sentido, concordamos com Luiz Roberto Pecoits Targa (2003, p. 139) de que a guerra civil não pode ser vista como somente como “uma disputa entre republicanos e federalistas em torno desse novo eleitorado emergente”, sendo a brutalidade e a violência praticadas fruto de uma “alma bárbara” dos sul-riograndenses. Baseando sua interpretação na leitura da obra de Sérgio da Costa Franco, Targa ainda considera que o principal argumento da análise de Franco resume-se ao conflito no qual “não ultrapassava o nível de uma rivalidade no seio mesmo da oligarquia”, negando, com isso, possíveis mudanças, “seja no nível do sistema de dominação, seja no nível da estrutura social do Rio Grande do Sul. (TARGA, 2003, p. 139).

Não houve transformações políticas tão notáveis com a subida ao poder do PRR no Rio Grande do Sul, uma vez que os republicanos e os federalistas apresentavam semelhanças no que concerne aos objetivos eleitorais de ambos, conforme considera Sérgio da Costa Franco (2004).

A finalidade do conflito não pode ser apenas interpretada como a busca pelo controle de uma clientela eleitoral entre os republicanos e federalistas, haja vista que o cerne da disputa, durante o período imperial, entre liberais e conservadores, tinha essa característica e não houve um conflito civil. (TARGA, 2003, p. 140-141). As divergências políticas entre os republicanos e federalistas justificaram a guerra.

A originalidade do PRR no cenário nacional é que este foi o único partido a conseguir implementar tanto o Imposto Territorial sobre a grande propriedade, quanto promover a reforma fiscal demandada pelo estado burguês em formação, aliviando, desse modo, o erário público da dependência do imposto de exportação. [...] Com efeito, foi necessário que se cumprissem algumas condições no cenário social e político meridional

que vieram a remover as barreiras que impediram a realização da reforma. E a grande barreira foi sempre representada pelos interesses dos grandes proprietários latifundiários. (TARGA, 2007, p. 250).

Para Franco (1967, p. 19), a política dos positivistas sufocava a ação, nos espaços legais da política, da oposição federalista, fazendo com que os opositores recorressem à guerra civil. Não negando as práticas autoritárias do PRR, por outro lado, Targa argumenta que a proposta dos federalistas não buscava uma liberdade nas dinâmicas políticas do funcionamento do estado, pois esses se opunham às mudanças econômicas e políticas. A luta pela bandeira de liberdade dos federalistas objetivava “poder continuar a praticar os atos arbitrários que eram próprios à sua classe social e ao tipo de dominação patrimonial que eles exerciam (eles lutavam somente pela sua liberdade exclusiva, o que subentendia a não-liberdade dos demais)”. (TARGA, 2003, p. 142).

Nesse mesmo sentido, Joseph Love (1977, p. 17) considera que a guerra civil e as arbitrariedades cometidas foram uma reação das oligarquias tradicionais, que não estavam dispostas a perder o poder político do estado. Já para Rodrigo Santos de Oliveira (2013, p. 146), a Revolução Federalista foi um “movimento de elites, como a maioria das “revoluções” no Brasil”, com o enfrentamento de dois grupos, “disputando a hegemonia do poder, uma representava a elite tradicional e retrógrada e a outra, mais nova e mais dinâmica, defendia uma forma singular de fazer política, e que, triunfando no conflito, teve possibilidade de impor-se à sociedade”. Findado o conflito, o PRR se solidificou como força política que perdurou por décadas, sendo o Estado positivista instituído “representativo dos interesses do capital: agrário, comercial, industrial e financeiro”. (PESAVENTO, 1983, p. 61).

No decorrer do ano de 1895, a morte dos principais líderes revoltosos – Gumercindo Saraiva, Saldanha da Gama – de uma certa forma favoreceu as negociações de paz”. (PESAVENTO, 1983, p. 95). De acordo com Rodrigo dos Santos de Oliveira (2013, p. 145), a última fase da Revolução foi marcada por conturbados movimentos de guerrilhas e pelo início das pacificações:

Na convenção de Pelotas, em 23 de agosto de 1895, ocorreu o encontro do general Inocêncio Galvão de Queirós, novo comandante do Distrito Militar, com Silva Tavares. Este propõe várias condições para a pacificação, que desagradaram Castilhos e os republicanos rio-grandenses. Mas o novo presidente, Prudente de Moraes, mesmo sem estar sintonizado com Castilhos, apoiou que a pacificação ocorresse com a submissão dos rebeldes.

De acordo com Gunter Axt (2018), Júlio de Castilhos fora obrigado a aceitar o tratado de paz e anistiar os rebeldes federalistas, permanecendo no poder estadual até o ano de 1897. Além disso, Júlio de Castilhos evitou uma intervenção do governo federal de Campos Salles (hostil ao positivista), na qual revisasse a Constituição Positivista estadual, no Congresso Nacional, como os federalistas desejavam.

Os federalistas tiveram sua força militar e política quase que totalmente esmagada, realocando-se como uma oposição fragilizada e pouco expressiva nos anos de governo positiva. Sendo assim, a Revolução Federalista não foi concluída de forma que apaziguasse os anseios políticos e econômicos dos perdedores. Pode-se afirmar que a Revolução de 1923 foi um conflito gestado pela Revolução Federalista<sup>3</sup>.

Em 1895, o ano em que se iniciou, como vimos, o período de apaziguamento das forças envolvidas na Revolução Federalista e a consolidação dos republicanos no poder estadual, Ana Aurora foi absolvida em inquérito relacionado às questões políticas aqui destacadas. No próximo subcapítulo, iremos explorar o processo-crime que levou Ana Aurora a ser denunciada como ré em 1893, numa tentativa de homicídio, no contexto do início da Revolução Federalista.

## **2.2 A Vingança de Ana Aurora**

Por volta das oito e meia da noite do dia 24 de setembro de 1894, período este marcado pela Revolução Federalista, cinco mulheres se dirigiam para a casa de negócios do Major Antero Adolfo da Fontoura, na cidade de Rio Pardo, interior do Rio Grande do Sul<sup>4</sup>. Entre as cinco mulheres estava Ana Aurora, que carregava uma arma escondida em seu casaco. Ao seu redor caminhavam duas de suas irmãs, Carlota do Amaral Lisboa e Zamira do Amaral Lisboa. Junto a elas estavam também sua sobrinha Marcelina Lisboa e a amiga Rita Cardoso, outra professora. Antero Fontoura era proprietário de um estabelecimento de uma casa de negócio de secos e molhados, tinha sido membro do conselho municipal no início da década de 1890.

---

<sup>3</sup> A Revolução de 1923 ocorreu no ano de 1923, no Rio Grande do Sul. Um conflito entre o PRR, liderado por Borges de Medeiros à frente do Estado gaúcho; e de outro lado, os aliados de Joaquim Francisco de Assis Brasil, chamados Assisistas e o Maragatos.

<sup>4</sup> Antero Adolpho da Fontoura é o nome conforme grafia original, mas optei por atualizar em acordo com o uso atual da ortografia.

Enquanto isso, na loja, Antero Fontoura conversava com amigos em volta de uma das mesas de seu *bolicho*<sup>5</sup>. Estavam na casa de negócio de Antero Fontoura os seguintes indivíduos: Antonio Manoel Simões Pires, Manoel Osório Simões Pires, Antonio Sabino de Oliveira, Afonso Franco de Moraes, José Manoel Franco Alves, José Carlos Simões Pires e João Carlos de Matos Bittencourt<sup>6</sup>. Foi Afonso Franco, que se encontrava de pé ao lado de uma das portas do recinto, quem primeiro avistou o grupo de mulheres lideradas por Ana Aurora a adentrar o estabelecimento. Ana Aurora se encaminhou diretamente para um dos homens à vista, perguntando a Manoel Osório se ele, o Major, estava ali. Surpreendido pela mulher, Manoel Osório respondeu que sim e, nessa ocasião, o major Fontoura levantou-se da cadeira que estava a poucos passos do balcão e se dirigiu a ela. Só quando o viu, Ana Aurora perguntou se Antero lembrava-se de que dia era aquele. Major Antero Fontoura lhe respondeu que não. Algumas testemunhas presentes ouviram que Ana Aurora lhe disse, assim mesmo, que, naquela data, completaria um ano que seus irmãos Alberto, Alfredo e Frederico do Amaral Lisboa haviam sido presos por culpa de Antero Fontoura. Ela dizia isso enquanto revelava o revólver escondido em suas vestes e apontava o cano da arma na direção de Antero Fontoura, dizendo que vinha pagar-lhe uma dívida. Com a arma apontada em sua direção, Antero Fontoura tratou de fugir correndo para os fundos do *bolicho*, enquanto Ana Aurora ainda lhe perseguia de arma em punho. Segundo o testemunho de Antonio Sabino, Antero Fontoura abaixou-se atrás do balcão da loja e ali tentava se esconder, disparando para os fundos da loja. Antonio Manuel e seu afilhado, Antonio Sabino, reagiram e seguraram pelos braços a mulher. Ana Aurora lhes entregou o revólver sem grandes resistências. A arma foi apresentada, na mesma noite, ao intendente municipal e, a partir de então, ficou aos cuidados da polícia<sup>7</sup>.

Essa “reconstituição” foi baseada nos primeiros relatos das testemunhas e da denúncia de Antero feitos à justiça, como tentativa de homicídio por Ana Aurora contra Antero Fontoura, em 24 de setembro de 1894. O processo em questão está preservado no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS).

<sup>5</sup> Chamados de vendas ou bolichos, eram lugares tanto de compras de produtos do cotidiano, como pontos de encontro que fortaleciam laços de sociabilidades entre os frequentadores.

<sup>6</sup> No mesmo caso dos anteriores, optamos por atualizar as grafias dos nomes. Os nomes originais são: Antonio Manoel Simões Pires, Manoel Ozorio Simões Pires, Antonio Sabino d'Oliveira, Affonso Franco de Moraes, José Carlos Simões Pires e João Carlos de Mattos Bittencourt.

<sup>7</sup> Esse relato é baseado nas primeiras versões da denúncia do Processo Judicial/Crime nº 4868, Prédio 2, Estande 143º, ano 189 da Comarca de Rio Pardo, Vara Cível e Crime Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

Antes de explorarmos melhor esse processo-crime, convém dialogar com a historiografia. O uso dessa fonte na historiografia brasileira para análises interpretativas notabilizou-se a partir da década de 1980, através da História Social, em obras como *Homens livres na ordem escravocrata* (1983), de Maria Sylvia de Carvalho Franco; *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo: 1880-1924* (1984), de Boris Fausto; e *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque* (2001), de Sidney Chalhoub. Também se notabilizou, neste período, a discussão sobre o uso de metodologias de análise no que se referia às possibilidades de utilização das fontes judiciais em pesquisas historiográficas

Ao analisar testemunhos coletados de um processo-crime, deve-se ter em mente a relatividade de sua linguagem e das informações ali apresentadas. Em um texto hoje referente [O nome e o como], Carlo Ginzburg (2007, p. 284) aconselha o pesquisador a procurar em um documento a voz dos sujeitos silenciados de um processo judicial. Em sua analogia entre a ação do inquisidor como um antropólogo, o mesmo autor problematiza sobre os contextos e as interpretações elaboradas pelo criador do documento judicial.

Os apontamentos de Ginzburg sobre a leitura e a interpretação de documentos inquisitivos como os processos-crime podem ser complementados pela análise de Sidney Chalhoub em *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Nesta obra Chalhoub aponta que ao analisar, nos relatos, as versões diferentes dadas pelos agentes sociais, o importante em “cada história abordada não é descobrir ‘o que realmente se passou’ – apesar de, como indicado, isto ser possível em alguma medida –, e sim tentar compreender como se produzem e se explicam” as possíveis versões contraditórias encontradas na leitura de um processo-crime. (CHALHOUB, 2001, p. 40).

Para Dante Gallian (1992, p. 93-103), a vontade de descobrir a verdade por parte do inquisidor (do juiz e do escrivão) é diferente dos motivos de análise do historiador no caso, porque tais testemunhos podem ter sido produzidos a partir de uma prática de coerção ou violência ou constrangimento de pessoas (1992, p. 93-103). O que leva ao constante questionamento sobre a validade do que é dito por estas vozes. Seria possível, até considerar as ações e interesses dos envolvidos em dizer algo ou não dizer, o que revela a riqueza de uma análise documental que se dedique também a propor o não dito.

Keila Grinberg (2009, p. 122), ao trabalhar com processos criminais chama a atenção para a noção de ‘crime’ merecer atenção em sua definição. Para não aceitar passivamente uma visão de senso comum com relação à criminalidade, o questionamento do historiador(a) parte do que “é considerado crime em diferentes sociedades e como se dá, em diferentes contextos e temporalidades, o andamento de uma investigação criminal, no âmbito do poder judiciário. Para Keila Grinberg (2009, p. 128), “não existem fatos criminais em si, mas um julgamento criminal que os funda, e um discurso criminal que o fundamenta”.

De acordo com Cláudia Mauch (2013, p. 28-29), o procedimento padrão de processamento da denúncia, averiguação, questionamento das partes envolvidas, exame de corpo de delito e, finalmente, a instalação do inquérito, constituem procedimentos de ritualização judiciária sobre as práticas criminais. Nesse teatro judicial, tanto os réus, como as testemunhas e a vítima, tomavam parte e eram condicionados a agir a partir de suas definições. Da materialidade e temporalidade de um inquérito aos modos de linguagem entre vítima e juiz, réu e juiz, testemunha e juiz, as relações sobre os possíveis ditos e não ditos são variáveis. À vítima cabe a responsabilidades de provar, assim como ao réu, de justificar, o ato produtor do processo. Contudo, a variedade de um processo se encontra sempre nos testemunhos. Estes teriam, por definição, descrever a realidade dos fatos de modo objetivo, sem que os seus interesses sobre o caso – como o é para o réu e a vítima – sejam demonstrados.

Dessa forma, por mais que sejam variados os objetos para os que trabalham com processos criminais, a busca por “informações estarão marcadas pelo conflito e provavelmente pela violência fundadora do ato que foi classificado como crime e gerou um processo”. (MAUCH, 2009, p. 28). Ou seja, é impossível desconsideramos os ânimos, os sentimentos, as relações de proximidade física e cultural entre os sujeitos envolvidos em uma ação. Ana Aurora era de família conhecida e respeitada em sua cidade, como também as relações de Antero Fontoura com os envolvidos no caso não poderiam ser ignoradas.

Segundo Mariza Correa (1983), considerando o caráter conflituoso que constitui um processo-crime, um fator importante a considerar é a dimensão retórica, protagonizada pelos “manipuladores técnicos”. Manipuladores técnicos são os “atores principais de um processo penal: o advogado, o promotor e o juiz, que detém o conhecimento dos recursos legais possíveis em cada caso e no âmbito de sua

manipulação”. (CORREA, 1983, p. 25). Estes manipuladores são figuras recorrentes no processo, como o promotor público, Josué José Barbosa, e o advogado da defesa, Luiz Fortunato Barreto. Esses são agentes jurídicos que buscam preencher os “espaços vazios” do processo judicial, para “transformar o real específico numa realidade manipulável, flexível”. (CORREA, 1983, p. 25-26).

Segundo Claudia Mauch (2013), o governo do PRR tencionou um processo de burocratização do aparato policial e jurídico, que foi mais acentuado a partir da década de 1920, durante o período final do governo borgista. A partir dessa data, a linguagem e transcrição dos agentes produtores dos processos criminais começaram a ser homogeneizadas. Assim, processos-crime como o analisado nessa pesquisa, do final século XIX, eventualmente podem ser mais ricos em detalhes sobre as experiências sociais da época em questão. (MAUCH, 2013, p. 25).

Já o debate sobre honra torna-se importante nessa pesquisa, pois Ana Aurora alegou que agiu legítima defesa da honra contras às ofensas a ela a sua família. O trabalho de maior notoriedade e influência no Brasil, *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro: 1918-1940* (2000), de Sueann Caulfield, foca sua análise na defesa da honra sexual da mulher, com uma análise quantitativa sobre as ações de coerção e controle dos corpos e da sexualidade feminina no Brasil no início do século XX.

Na maioria dos casos, as obras que se dedicam a análise desta questão se caracterizam por articular as fontes de forma serializadas e em diálogo com relatos de casos usando os processos criminais. Nesses estudos, as temáticas mais comuns são estupro, defloração de mulheres virgens, crimes sexuais, crimes cometidos por vítimas em legítima defesa da honra sexual, além de casos de punições de mulheres vítimas que agiam dentro ou fora dos discursos de moralidade sexual imposta pelo Estado que culminavam em muitas absolvições, na Justiça, de réus acusados. (BORBA, 2007; RAMOS, 2012; ROBL, 2009; TRINDADE, 2013).

Fabíola Rohden (2006) afirma que a honra não pode ser vista como um valor social, de caráter de valor universal, imutável e estático, ignorando o contexto social, as ressignificações de conceitos e as mudanças sociais. Por outro lado, a honra é capaz de associar muitos núcleos simbólicos, perpassando por temáticas de gênero, política, religião ou família.

Para Julian Pitt-Rivers (1968, p. 22), a “honra é o valor de uma pessoa aos seus próprios olhos, mas também aos olhos da sociedade”. A honra do sujeito

também a reivindicação ao orgulho pessoal mediante o reconhecimento de atributos sociais aos olhos de sua comunidade. Já, para Fabiola Rohden, (2006, p. 104), a honra “deixa de ser conceituada só em termos de demonstração de precedência ou poder e passa a ser considerado o fato de que o controle de sua definição é também um meio de obtê-la e mantê-la”.

Em se tratando de honra familiar, as relações sociais em sociedades pequenas, como a Rio Pardo do século XIX, na qual as relações pessoais são construídas cara-a-cara, o senso de honra e vergonha são preocupações cotidianas. De acordo com John Peristiany (1968, p. 15) “quando a honra é herdada com o nome da família, deve ser constantemente afirmada e reivindicada. Aceitar isso é aceitar a onipotência da opinião pública, ao invés de aceitar uma outra superioridade hierárquica”. A difamação contra a honra de uma pessoa é uma difamação contra sua família ou seu clã familiar. Registrou Ana Aurora (1895, p. 22) em seu livro *A minha defeza*: “Herdeira de um nome citado como o de um prototipo da honradez, fiz sempre consistir todo o meu dever em honrar esse nome”.

\*

Voltando ao processo judicial, nos autos da acusação do promotor público, a Ana Aurora era acusada, pois desejava “aproximar-se de sua vítima para firmar a pontaria e fazer o disparo com ezito”. Também se afirmava que tentou matar premeditadamente o major por “motivo frívolo”, sem uma justificativa convincente<sup>8</sup>. Constam ainda, na denúncia, os possíveis atos agravantes de Ana Aurora: por ter premeditado a ação, por possuir superioridade em armas e seu oponente estar desarmado e por considerar que ela agiu com “crueldade” ao perseguir o major em sua loja<sup>9</sup>. De acordo com Mariza Corrêa (1983, p. 69), essa postura de acusação é

---

<sup>8</sup> Processo Judicial/Crime nº 4868 da Comarca de Rio Pardo (1899 – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - APERS). A denúncia baseava-se no art.º 13º do Código Penal da época, em que a intenção de matar configurava-se como início de execução, logo, sendo passível de punição. O artigo 13º pertencia ao Código Penal dos Estados Unidos do Brazil, de 1890. Em consonância com a promulgação da Constituição dos Estados Unidos do Brazil, de 1891, o primeiro da República brasileira.

<sup>9</sup> Os incisos que o promotor considerou agravantes como pena de crime do artigo 39º: “§ 1º Ter o delinquente procurado a noite, ou o lugar ermo, para mais facilmente perpetrar o crime; § 2º Ter sido o crime commettido com premeditação, mediante entre a deliberação criminosa e a execução o espaço, pelo menos, de 24 horas; § 3º Ter o delinquente commettido o crime por meio de veneno, substancias anesthesicas, incendio, asphyxia ou inundação; § 4º Ter o delinquente sido impellido por motivo reprovado ou frívolo; § 5º Ter o delinquente superioridade em sexo, força ou armas, de modo que o offendido não pudesse defender-se com probabilidade de repellar a ofensa”. (Codigo Penal dos Estados Unidos do Brazil, 1890, art. 39º).

consonante com a ideia de que os promotores, em seu *modus operandi*, geralmente estipulam uma pena mais rígida para garantir, pelo menos, uma punição.

O inquérito policial iniciou três dias depois do ocorrido, encabeçado pelo primeiro suplente de delegado, Pedro Peters<sup>10</sup>. Os depoimentos ocorreram nos dias 27 e 28 de setembro de 1894, na sala da Intendência Municipal de Rio Pardo.

O primeiro a ser ouvido foi Antonio Manoel Simões Pires, com sessenta e seis anos na época, casado e fazendeiro. O segundo depoente foi seu filho, Manoel Osório Simões Pires, então com trinta e nove anos de idade, casado, morava em Capivari e era criador de gado. A terceira pessoa a testemunhar foi Antonio Sabino de Oliveira, afilhado de Antonio Manoel Simões Pires, tinha quarenta e um anos de idade, era viúvo, lavrador e morava no município de Encruzilhada. O quarto a depor foi Afonso Franco de Moraes, com trinta e sete anos de idade, solteiro, morador de Rio Pardo. O quinto, José Manoel Franco Alves, com trinta e um anos de idade, também solteiro e morador em Rio Pardo. Além destes, José Carlos Simões Pires e João Carlos de Matos Bittencourt (testemunha informante), com dezoito anos de idade, solteiro, lavrador e residente em Encruzilhada. Afonso Franco de Moraes foi o único a afirmar ter “relação de amizade contada” com Antero Fontoura. Os outros não disseram que eram amigos de Antero e afirmaram que não conheciam Ana Aurora<sup>11</sup>.

As versões das testemunhas, no inquérito policial, se caracterizaram pela semelhança dos relatos com relação à denúncia apresentada por Antero Fontoura<sup>12</sup>. Na denúncia, Antero afirmava que Ana Aurora esteve em sua loja para vingar-se da prisão de seus três irmãos, situação na qual ela atribuía a ele a culpa. Porém, em uma análise mais atenta dos testemunhos, na outra etapa do processo, percebem-se omissões de detalhes em diversos relatos, assim como incoerências que foram

---

<sup>10</sup> Os atores jurídicos do processo, como Pedro Peters, serão melhor apresentados no próximo subcapítulo. Pedro Peters, subdelegado de polícia de Rio Pardo em 1894, iniciou sua carreira em postos político-burocráticos da cidade após a ascensão do PRR. Em 1891, foi nomeado para “servir vitaliciamente, na forma da lei, os officios de 1º partidor e contador do termo do Rio Pardo, creados por acto de 2 de setembro do anno findos”. Foi um dos membros da junta municipal que trabalhou no pleito estadual quando da promulgação da “Constituição Positivista”, em 1891. (*A Federação*, Porto Alegre, terça-feira, 27 de janeiro de 1891, p. 3. Artigo *Secretaria do interior*, assinado por Alvaro Baptista). Informações coletadas no jornal *A Federação*, acervo digital da Biblioteca Nacional, pelo site <http://memoria.bn.br/DocRuieader/DocReader.aspx?bib=388653&pesq=a%20federa%C3%A7%C3%A3o>.

<sup>11</sup> Depoimento de Afonso Franco de Moraes (Processo Judicial/Crime nº 4868, 1899).

<sup>12</sup> Analisamos o inquérito policial anexado junto ao processo-crime.

exploradas por Ana Aurora durante as partes da investigação, bem como por seus advogados na argumentação da defesa nos autos.

Essa afinidade entre as versões das testemunhas e a denúncia de Antero pode ser compreendida a partir dos testemunhos de Osório Simões Pires e Afonso Franco de Moraes. Os dois afirmaram que Ana Aurora resistiu ao entregar a arma, dando a entender que estava obstinada em matar Antero. Afirmou Afonso Franco de Moraes que “a accusada entregou a arma forçada” e que “quem esta armado não se desarma voluntariamente”. (Processo Judicial/Crime nº 4868, 1899, APERS). Versão contrária a esta apresentaram Antonio Manoel Simões Pires, Antonio Sabino de Oliveira e José Carlos Simões Pires. Esses afirmaram a falta de resistência de Ana Aurora ao ser desarmada.

Sempre próximo ao final dos depoimentos, era concedida à Ana Aurora a palavra para se manifestar. Ela concordou serem verdadeiras as versões das testemunhas sobre sua chegada perguntando por Antero, assim como sua afirmativa em dizer ao seu desafeto que ele era o responsável pela prisão de seus irmãos. Todas as testemunhas foram questionadas por Ana Aurora. Segundo Mariza Correa, normalmente, a personagem acusada vai se expressar durante o processo judicial através de representantes jurídicos, geralmente referida na terceira pessoa do singular e do passado. Nos depoimentos, “registram apenas as respostas na linguagem de quem dita – o delegado ou o juiz – as perguntas, [...] todas as interferências de sua parte no processo são feitas por seu advogado, na maioria das vezes sem o seu conhecimento”. (CORREA, 1983, p. 40).

Ao olhar por essa ótica jurídica, chama atenção a participação mais ativa de Ana Aurora, nos autos, para uma ré, questionando as testemunhas tanto no inquérito policial quanto nos depoimentos do sumário de culpa. A principal pergunta da professora era saber se as testemunhas ouviram a conversa dela com Antero, logo após ela ser desarmada. Duas respostas foram dadas para esta indagação: “não prestei atenção” e “não me recordo”. (Processo Judicial/Crime nº 4868, 1899, APERS). Para a quarta testemunha, Afonso Franco de Moraes, ela indagou o seguinte:

Dada a palavra a accusada [Ana Aurora] para contestar o depoimento a testemunha por ella foi dito que contesta em parte por não ser verdadeiro e pediu a testemunha para declarar se Antonio Manoel Simões Pires assistiu o facto assentado até o momento de se tirar o revolver. Respondeu que sim, perguntado mais se elle testemunha se achava ali quando accusada se

retirou, respondeu que estava. Perguntado se não ouviu a explicação que teve accusada com Antero Fontoura? Respondeu que nada ouviu porque continuava em pé na porta [...] E que a testemunha dice que accusada ofereceu resistencia por que na opinião della testemunha quem esta armado não se desarma voluntariamente. (Processo Judicial/Crime nº 4868, 1899, APERS).

Ana Aurora não revelou – nesse processo de coleta de relatos das testemunhas – sobre a sua conversa com Antero, que alegava ter ocorrido logo após ter sido desarmada e sobre a qual as testemunhas indagadas disseram que não ter ouvido ou que não se lembravam. O teor desse diálogo foi apresentado pelos advogados de Ana Aurora no decorrer do processo. As indagações de Ana Aurora registradas foram, provavelmente, no intuito de deixar implícita, nos autos, a cumplicidade entre as testemunhas e Antero Fontoura, de modo que houvesse uma tentativa de incriminá-la.

Depois de concluído a investigação, seguiu-se com a instalação do sumário de culpa. Nesta etapa, ocorreu a qualificação da acusada e partes envolvidas, bem como o interrogatório das testemunhas arroladas. Conforme Keila Grinberg (2009, p. 122), o processo-crime inicia-se com a queixa ou denúncia de um crime, quando se constrói o sumário de culpa. Antes desse sumário, seria realizado um inquérito policial, a fim de provar a efetiva ocorrência do delito. Assim, ter-se-ia a denúncia realizada pelos agentes do Estado, como o promotor público, o delegado e/ou subdelegado de polícia, o juiz de paz, os inspetores de quarteirão e, até mesmo, a vítima do processo. Os trâmites legais continuariam com o auto de corpo de delito, a qualificação do acusado e das partes envolvidas, assim como os testemunhos coletados. A finalização do processo ocorreria após a autoridade do caso dar seguimento ao pronunciar o acusado, ou, caso contrário, houvesse a rejeição das acusações pelo juiz responsável, encerrando o processo.

Os interrogatórios foram marcados por Francisco de Paula Leivas<sup>13</sup>, juiz distrital da cidade de Rio Pardo, para as 11 horas do dia 8 de novembro de 1894, na

---

<sup>13</sup> Francisco de Paula Leivas Junior era da cidade de Santo Ângelo e correligionário do PRR. Foi nomeado juiz distrital do distrito da sede na cidade de Rio Pardo em janeiro de 1893. (*A Federação*, terça-feira, 31 de janeiro de 1893, p. 2). Antes disso, era juiz municipal e de órfãos em São Francisco de Assis. Sua passagem por Rio Pardo acabou sendo breve e, em 1899, já era juiz da comarca de São Sebastião do Cai. (*A Federação*, sexta-feira, 25 de agosto de 1899, p. 3). As últimas informações encontradas sobre esse juiz remetem a dezembro de 1899, quando este pediu transferência para a comarca de São Jerônimo. (*A Federação*, 27 de dezembro de 1899, p. 2). Sobre os juizes distritais, Gunter Axt (2007, p. 92) afirma que as nomeações “tendiam a se fazer com base em informações sugeridas pelos políticos e poderosos locais. Eram uma forma de barganha que se estabelecia entre o poder estadual e os coronéis locais”.

antiga Casa do Conselho Municipal. Além do juiz, estiveram presentes nos depoimentos das testemunhas o promotor público, Josué José Barbosa, o advogado de defesa, Fortunato Barreto, e Ana Aurora do Amaral Lisboa.

O primeiro a testemunhar na Casa de Conselho, no dia 8 de novembro, foi José Manuel Franco Alves, seguido pela testemunha informante, Afonso Franco de Moraes. As testemunhas do município de Encruzilhada demoraram a prestar os depoimentos. No dia 3 de novembro testemunharam Antonio Manoel Simões Pires, Antonio Sabino de Oliveira, João Carlos de Mattos Bittencourt. No dia quatro de novembro, foi ouvido apenas Manoel Osório Simões Pires. Somente no dia 17 de janeiro de 1895, José Carlos Simões Pires prestou seu depoimento. Dois dias depois, no dia 19 de janeiro, ocorreu o interrogatório de Ana Aurora do Amaral Lisboa.

Nesta etapa, acentuaram-se as contestações de Ana Aurora referentes a diversos aspectos dos depoimentos das testemunhas e às oscilações nas versões de algumas delas. A maioria das testemunhas enfatizou que Ana Aurora teria apresentado, como motivo de sua desforra, a vingança contra Antero por ela considerar que o major fora o responsável pela prisão de Alberto, Alfredo e Frederico do Amaral Lisboa, em 1893. (Processo Judicial/Crime nº 4868, 1899).

Ana Aurora acabou sendo mais incisiva ao contestar as testemunhas sobre o motivo da vingança. Além dela, seu advogado também questionava o grupo de homens que havia estado presente na casa de negócio. (Processo Judicial/Crime nº 4868, 1899). Além de José Manuel Franco Alves, outras testemunhas foram contestadas pela ré em relação à parte da explicação sobre a prisão de seus irmãos: Afonso Franco de Moraes, Manuel Osório Simões Pires, Afonso Franco de Moraes e João Carlos de Mattos Bittencourt.

O advogado Fortunato Barreto perguntava às testemunhas se elas escutaram a conversa de Ana Aurora com o major Antero, logo após a tomada do revólver por uma das testemunhas. Novamente, a maioria havia dito que não ouviu ou não sabia dizer o teor daquela conversa. (Processo Judicial/Crime nº 4868, 1899).

Antonio Manoel Simões Pires, em um testemunho, apresentou mudança em seu relato em comparação com o inquérito. No primeiro, tinha afirmado que segurou Ana Aurora pelo braço, pedindo-lhe a devolução da arma, até chamar seu afilhado, Antonio Sabino de Oliveira, para desarmá-la, afirmando que não houve resistência de Ana Aurora. Num segundo momento, registrou que não sabia se ela tinha

relutado ao entregar a arma. Algumas testemunhas acrescentaram, ainda, que, sem a ação de Antonio Sabino, ela mataria Antero.

O advogado Fortunato Barreto afirmou que as testemunhas estariam se omitindo de dizer toda a verdade com relação aos fatos ocorridos, supondo um acordo. É provável que esse acordo tinha por objetivo não falar sobre a vingança, justificativa utilizada pela professora. As motivações familiares e pessoais não deveriam ser reveladas, nem mesmo o fato de Aurora buscar vingança. Assim escreveu Fortunato Barreto<sup>14</sup> na peça jurídica:

Todas parciais não são, entretanto, uniformes os seus depoimentos. [...]. Procurando aparentar uma imparcialidade que não têm, trahem-se constantemente e todos os seus depoimentos são atestados veementes das suas sympathias e intuitos da parte queixosa... Nesse intuito só ouviram e viram o que entendem ser útil ao queixoso, o contrário dá-se quando pensão que favorecem a parte contraria. Chegam até a dizer em seus depoimentos que achavam – mas não viram – que ouviram – mas não entenderam, (consta dos autos) sem se lembrarem que quanto mais parciais se mostrarem tanto menos valor dariam a seus depoimentos. (Processo Judicial/Crime nº 4868, 1899).

Em resposta ao advogado Fortunato, Josué Barbosa, o promotor público do caso<sup>15</sup>, argumentou que ele “esforça-se para convencer que – a causa impulsora do procedimento da accusada, fôra, não a prisão de seus irmãos, della, mas injurias pessoaes”. (Processo Judicial/Crime nº 4868, 1899). Na verdade, segundo o promotor Josué José Barbosa, “a accusada foi no firme proposito de matar o Major Antero para vingar a prisão sofrida por seus irmãos, dellla, um anno antes e attribuida a influencia d’aquelle”. (Processo Judicial/Crime nº 4868, 1899).

Os personagens presentes no processo-crime, tanto como advogado de Ana Aurora, Fortunato Barreto; tanto como o promotor público, Josué Barbosa, o delegado vigente Pedro Peters, o Intendente Municipal Francisco Azambuja, assim como Antero Fontoura e Adolfo Lisboa faziam parte também do cenário político local. Por isso, elaboramos fragmentos biográficos desses sujeitos que nos permitiram conhecer melhor as tensões políticas envoltas do processo-crime contra Ana Aurora.

---

<sup>14</sup> Fortunato Barreto foi advogado de defesa de Ana Aurora.

<sup>15</sup> Josué José Barbosa, promotor público da Comarca de Rio Pardo, peça de acusação.

### 2.3 Retalhos do *Club Republicano*

Adolfo Lisboa tinha galgado o posto de delegado em Rio Pardo em 1893. Seu suplente, na época, era Pedro Peters, subdelegado de polícia responsável quando do incidente envolvendo Ana Aurora e Antero, em Rio Pardo, naquela noite. Em 1894, no processo judicial em questão, a queixa do crime partiu da vítima, o major Antero da Fontoura. A autoridade competente no caso, o delegado titular de polícia do município, o também major Adolfo do Amaral Lisboa, que também era republicano castilhista, estava nas fileiras das tropas do governo estadual do PRR na guerra civil que assolava o estado. Adolfo era irmão da acusada, Ana Aurora do Amaral Lisboa, e Pedro Peters, o subdelegado de polícia de Rio Pardo, assumiu a responsabilidade. Em nenhum momento do processo, somente nos debates midiáticos em 1895, a proximidade de Ana Aurora com o delegado da cidade, seu irmão, é relatada.

Contudo, esse silêncio poderia, talvez, indicar exatamente o poder de seu irmão como autoridade – apesar de estar temporariamente ausente – durante o processo. Este não é chamado ao centro das investigações, apesar de também ter tido irmãos presos, supostamente por causa do conselheiro da cidade, Major Fontoura.

Apesar de Adolfo Lisboa estar combatendo na Revolução Federalista, o silêncio quanto a seu possível envolvimento ou apoio a Ana Aurora durante o processo (pelos menos em suas correspondências ativas), poderia indicar uma certa influência sua “pairando” sobre o processo. A inexistência de informações sobre o irmão de Ana Aurora, delegado, parece confirmar o seu apoio à irmã, mesmo estando distante. A ausência pode ser vista como uma estratégia para não prejudicar a investida pública da irmã em relação ao major Antero Fontoura.

Demandar satisfação como forma de uma contra ofensiva por parte de Ana Aurora, na casa de negócio de Antero, nesse caso particular por ser uma mulher que praticou o ato de vingança, podia ter um peso maior enquanto ato de humilhação e vingança contra Antero Fontoura.

Muitos dos personagens jurídicos desse processo-crime ocuparam cargos políticos do executivo e do judiciário, de maior relevância, em Rio Pardo, a partir de 1893, no governo do PRR de Júlio de Castilhos. Adolfo do Amaral Lisboa (delegado de polícia), Josué José Barbosa (promotor público), Antero Fontoura (comerciante e

conselheiro municipal) e Pedro Peters (subdelegado de polícia) faziam parte do *Club Republicano de Rio Pardo*, que era o núcleo político local do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Os fragmentos biográficos desses personagens do Club foram levantados, em sua maioria, através do Jornal *A Federação*, órgão oficial do Partido Republicano Rio-grandense, ao longo do período de publicação do jornal <sup>16</sup>.

Em um telegrama publicado no jornal *A Federação* pelo Clube Republicano, após a proclamação da República (1889), endereçada para o primeiro governador do Rio Grande do Sul, José Antônio da Câmara (\*1824/+1893), o General Câmara, foi possível identificar esses personagens na esfera política.

O partido republicano de Rio Pardo, verdadeiramente jubiloso com o grande acontecimento político que veio trazer á nossa querida pátria um esplendido clarão luminoso de gloria e de prosperidade futura, delega do seio dos membros – os cidadãos Antero Fontoura e H. Americano – para vos cumprimentar pessoalmente. [...] – *A directoria do club – Raphael Bandeira, Antero Fontoura, Adolpho Amaral Lisboa, 1º secretario, Pedro Peters, 2º secretario, José Pedro Lobo d’Avila, orador Affonso Pernido da Fonseca, tesoureiro, Antonio Candido Ribeiro de Andrade.* (*A Federação*, Porto Alegre, quinta-feira, 5 de dezembro de 1889, p. 1, grifo nosso).

O *Club Republicano de Rio Pardo* foi fundado em 28 de fevereiro de 1884. Entre os presentes na inauguração estavam Ernesto Alves, que presidiu a reunião de inauguração, Joaquim Correa Vasques e Antero Adolfo Fontoura.<sup>17</sup> (*A Federação*, Porto Alegre, sexta-feira, 7 de março de 1884, p. 2). Com a proclamação da República, o número de adeptos aos partidos republicanos aumentou. Em 1889, o *Clube Republicano de Rio Pardo* resolveu extinguir sua diretoria para criar uma comissão executiva do Partido Republicano de Rio Pardo e uma comissão regional do mesmo para cada distrito da localidade. Na comissão executiva, o presidente era “Antonio Candido Ribeiro de Andrade e Silva, entre os ajudantes do presidente estavam Francisco Alves de Azambuja e Antero Fontoura. (*A Federação*, Porto Alegre, quarta-feira, 1 de janeiro de 1899, p. 2).

Conforme Tassiana Maria Parcianello Saccol (2014, p. 59), os clubes republicanos fundados ao longo de década de 1880, como o de Rio Pardo, em 1884, eram o resultado dos esforços da “elite da propaganda republicana rio-grandense”.

<sup>16</sup> O *Jornal A Federação* circulou de 1884 até 1937. Era o órgão oficial do Partido Republicano Rio-grandense – PRR. Nos primeiros anos o jornal era de segundas a sábados. Entre responsáveis, editores, redatores e colaboradores que passaram pelo jornal foram: Venâncio Aires, Júlio Prates de Castilhos, Lindolfo Collor, Pinto da Rocha, Ernesto Alves, Barros Cassal, Pedro Moacyr, Eduardo Guimarães, Getúlio Vargas, Ramiro Barcellos, Demétrio Ribeiro.

<sup>17</sup> Estas informações foram baseadas na matéria *Republicanos em Rio Pardo*.

Esses propagandistas tinham criado o Partido Republicano Rio-grandense em 1882. Entre os principais nomes estavam Assis Brasil, Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Demétrio Ribeiro, Pinheiro Machado, Ramiro Barcellos, Venâncio Ayres, Ernesto Alves. Esses homens pertenciam à “elite econômica da província e que tinham plenas condições materiais de manifestar suas opiniões, financiando jornais, organizando conferências públicas, investindo em candidaturas e excursões eleitorais”. (SACCOL, 2014, p. 59).

O coronel Francisco Alves de Azambuja nasceu em 1844, natural de Rio Pardo. Foi intendente municipal de Rio Pardo durante o período de 1892-1900 e 1904-1908. Era filho de Rafael Pinto de Azambuja e Maria Luiza Mena de Borba e primo, por parte de mãe, dos irmãos Amaral Lisboa. Francisco Alves Azambuja era casado com Maria Leopoldina Gomes, filha do coronel João Luiz Gomes, chefe político, em Rio Pardo, do Partido Conservador durante as últimas décadas do regime imperial.

Ao analisar os propagandistas do republicanismo no Rio Grande do Sul, Saccol (2014, p. 63) discutiu as formulações da historiografia tradicional sul-rio-grandense, nas quais era concebido que o republicanismo representava a classe média, assim como os líderes republicanos não possuíam ligação com as oligarquias rurais que comandavam a política. Porém, ao analisar a elite da propaganda republicana através do método prosopográfico, a autora percebeu que

os propagandistas republicanos possuíam muito mais em comum com os monarquistas do que acreditava a historiografia tradicional do estado. Eles possuíam, no seu círculo parental mais próximo, nobres monarquistas, ricos escravistas e membros da elite política provincial e imperial. Portanto, não estavam tão excluídos dos centros de poder político e não eram socialmente desprestigiados. (SACCOL, 2014, p. 72).

Portanto, mesmo que Francisco Alves Azambuja não tenha sido um dos fundadores do Clube Republicano de Rio Pardo (1884), se tornou uma das autoridades políticas mais relevantes no município durante alguns anos, no período da Primeira República, como intendente. Talvez isto seja explicado por suas relações familiares, como uma “herança” política de seu sogro, o conservador João Luiz Gomes. Conforme a análise de Saccol (2014, p. 60), era recorrente a ascendência aos quadros republicanos de antigos membros ou de familiares de conservadores.

Aparentemente, as relações sociais entre Francisco Azambuja e seus correligionários republicanos citados nesse processo-crime estão inseridas em relações de coronelismo. De acordo com Maria de Lourdes Mônaco Janotti (1981, p. 11), o coronelismo “se expressa num encadeamento rígido de tráfico de influências”, na qual forma-se uma verdadeira “pirâmide de compromissos recíprocos entre o eleitorado, o Coronel, o poder municipal, o poder estadual e o poder federal”. Essa pirâmide de compromissos citadas por Maria Janotti está contextualizada na criação da Guarda Nacional ainda no período imperial.

Com a implementação da república, o coronelismo não foi abolido, conforme José Murilo de Carvalho (1997, p. 1-2). No período republicano, os governantes estaduais eram eleitos a partir das máquinas partidárias, em muitas vezes uma predominância de partidos únicos em cada estado. Em torno dos chefes políticos estaduais se arregimentavam as oligarquias locais, das quais os coronéis eram os principais representantes”. Seguindo essa linha de pensamento, “o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. (CARVALHO, 1997, p. 2).

Conforme Victor Nunes Leal (1997, p. 23), o coronelismo pode ser considerado “um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras”.

Em *Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política*, Loiva Otero Felix (1987, p. 15-16) compreende o coronelismo como “o poder exercido por chefes políticos sobre certo número de pessoas que deles dependem”, tendo sua “autoridade reconhecida pelo consenso do grupo social de base local, distrital ou municipal e, algumas vezes, regional, geralmente devido ao seu poder econômico de grandes estancieiros ou grandes proprietários”.

Em se tratando de coronelismo no Rio Grande do Sul, Felix buscou refletir sobre o fenômeno no período republicano, quando o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) esteve no poder estadual. A autora constatou que houve o fenômeno do coronelismo no Rio Grande do Sul, contrariando o senso historiográfico em voga entre as décadas de 1960 e 1980, quando era descartada a hipótese desse sistema político no estado gaúcho. Em sua análise, Loiva Felix (1987, p. 16) afirma que, o período em que o PRR ascendeu ao poder, “não significou o fim do coronelismo, mas, ao contrário, desenvolveu mecanismos de

cooptação das bases políticas locais que, aliadas a mecanismos jurídicos, justificadores da coerção, permitiam a hegemonia do PRR”.

Para esse sistema político funcionar, era fundamental a cooptação política, “o processo de absorção de novos elementos na liderança ou na estrutura partidária como meio de serem evitadas ameaças à estabilidade ou à existência da organização do aparelho do Estado”. (FELIX, 1987, p. 16). Era nesse sentido que Francisco Alves de Azambuja estava situado em meio ao sistema político da época. Como uma autoridade política e social, ele poderia ter proposto um acordo entre as partes envolvidas (Antero Fontoura e Ana Aurora), antes e até mesmo depois do ato gerador do processo-crime, já que o Intendente era primo de Ana Aurora e companheiro de partido de Antero.

O subdelegado de polícia em 1894, Pedro Peters, iniciou sua carreira em postos político-burocráticos da cidade de Rio Pardo após proclamação da república, através da ascensão de seu partido. Consta na *Federação* que, em 1891, Pedro Peters foi nomeado para “servir vitaliciamente, na forma da lei, os officios de 1º partidor e contador do termo do Rio Pardo, creados por acto de 2 de setembro do anno findo”<sup>18</sup>. (A *Federação*, Porto Alegre, terça-feira, 27 de janeiro de 1891, p. 3). No mesmo ano, Pedro Peters participou da Junta Municipal de Rio Pardo. (A *Federação*, Porto Alegre, 30 de junho de 1891, p. 1). Essa junta, composta por Pedro Peters e mais quatro membros, estava comemorando, a partir da publicação na *Federação*, no artigo *Congratulações*, uma série de telegramas de juntas municipais direcionadas ao governo do estado por conceber a Constituição estadual de 1891, a “Constituição Positivista” do Partido Republicano Rio-grandense. Nessa Constituição, conforme Sandra Pesavento (1983, p. 70):

o presidente do Estado podia nomear seu vice. Além disso, podia reeleger-se continuamente, desde que obtivesse três quartos da votação total. Vinculando este dispositivo com o fato de as eleições não serem secretas, pode-se ter uma ideia da fraude eleitoral que havia. [...] Na verdade, o governador podia praticamente “eternizar-se” no poder”.

A junta municipal de Rio Pardo era composta por cinco membros, entre eles Pedro Peters. De acordo com Gunter Axt, as ações das juntas municipais ficaram marcadas pela organização, o alistamento e a contagem de votos, na qual muitas

---

<sup>18</sup> Artigo *Secretaria do interior*, assinado por Alvaro Baptista.

vezes o processo eleitoral “abria ensejo a toda sorte de fraudes e manipulações”. (AXT, 2007, p. 92).

Foi realizada, no dia 26 do mês de setembro de 1891, a eleição para o Conselho Municipal, o que seria equivalente, hoje, à Câmara de Vereadores, porém com poderes mais limitados. O Partido Republicano de Rio Pardo indicou 7 nomes para o pleito, entre eles, o de Antero Fontoura. (*A Federação*, Porto Alegre, sexta-feira, 28 de agosto de 1891, p. 1). De acordo com Marcos Cesar Cadore (2016, p. 33-34), o intendente era o chefe administrativo do município, com a competência de fiscalizar, dirigir e defender os interesses do município,

Bem como organizar, reformar e suprimir os serviços orçamentário, ou seja, assim como o Presidente do Estado detinha o poder executivo e legislativo. Era o próprio intendente que administrava o orçamento de quase 22% do total de impostos arrecadados, convocava o Conselho Municipal para somente apreciar, aprovar suas contas referentes ao ano de administração, votar o orçamento para o próximo período e isso ocorria em poucas sessões, geralmente realizadas nos meses de outubro ou novembro.

Outra função cabível ao Conselho Municipal era o manuseio de taxas municipais (aumento, criação e suprimimento), sendo elas os “impostos sobre criação e abate de gado, sobre indústria e profissões, predial, territorial”. (CARDORE, 2016, p. 33).

O que sabemos dos fragmentos biográficos de Antero Fontoura foram encontrados no jornal *A Federação*. O major Antero Adolfo Fontoura casou-se com Camilla Augusta Ferreira, em 1884. Era dono de um estabelecimento comercial e um dos membros fundadores do Clube Republicano de Rio Pardo. Até onde sabemos, em 1889, Antero ocupou o cargo de presidente do Club e foi um dos secretários da Comissão executiva do Partido Republicano de Rio Pardo<sup>19</sup>. (*A Federação*, Porto Alegre, Quarta-feira, 1 de janeiro de 1890, p. 2).

Republicano desde a fundação do Partido em Rio Pardo, Antero Fontoura recebeu a nomeação, em 23 de novembro de 1889, para o cargo de segundo suplente de delegado de polícia do 1º distrito de Rio Pardo. (*A Federação*, Porto Alegre, Sábado, 23 de novembro de 1889, p. 2). Porém, no mês de abril de 1890, Antero foi dispensado do cargo. (*A Federação*, Porto Alegre, terça-feira, 22 de abril de 1890, p. 2).

---

<sup>19</sup> Nas poucas informações pessoais sobre Antero encontradas no *Jornal d'A Federação*, ainda encontramos, por exemplo, a notícia do dia 17 de fevereiro de 1891, quando ele recebeu as condolências do *Jornal d'A Federação* pela morte de sua irmã, Marfiza Cruz.

Ao lado de mais cinco correligionários, Antero Fontoura elegeu-se conselheiro municipal. O mandato de conselheiro foi curto, pois os acontecimentos políticos mudaram os rumos, com a renúncia de Júlio de Castilhos do governo republicano. Portanto, Antero não ocupou nenhum cargo público durante o chamado “Governicho”. Essa foi a designação pejorativa dos castilhistas sobre as juntas estaduais e governantes republicanos dissidentes que comandaram o estado por um curto período. Os principais líderes foram Assis Brasil e Barros Cassal, dissidentes republicanos do PRR. Ao contrário do PRR, esses governantes não tinham tanto apoio, como a máquina partidária republicana, nos municípios do interior. O “Governicho” logo acabou anulando a “Constituição Positivista” de 1891, sendo derrubados os municipais fiéis a Castilhos. No novo governo, Antero Fontoura foi exonerado do cargo de conselheiro municipal. Durante esse período do “Governicho”, Antero entrou em conflitos políticos. Em 9 de março de 1892, o jornal *A Federação* publicou esta reportagem:

Os dignos agentes que o escandaloso governicho tem em Rio Pardo, acabam tambem de forjar, á ultima hora, uma sedição. O coronel Pedra denunciou o nosso amigo honrado comerciante d’aquella praça, cidadão [Antero] Adolpho da Fontoura, por crime de suborno de sargentos, para sedição. N’esse sentido officiou ao juiz municipal, que mandou dar vista ao promotor/ este, dócil instrumento, deu denuncia, improcedente. O distincto cidadão Antero Fontoura, atrabiliariamente incriminado, é um commerciante acreditado, pela sua incontestada honradez. É uma vilesa que estão praticando contra elle adversários políticos sem escrúpulos. O promotor publico ao dar a denuncia, pediu a prisão dos imaginários réos de conspiração. [...] no que diz respeito aos militares envolvidos n’ella, vai ser affecta ao commandante deste districto. [...] ao menos por esse lado não surtirá o desejado effeito a odienta politicagem governichista. (*A Federação*, 1892, p. 1).<sup>20</sup>

No final do mês de março de 1892, o major Antero prestou esclarecimentos ao tribunal do júri em Porto Alegre: “Acha-se n’esta capital, procedente de Rio Pardo, onde a politicagem governativa o envolveu em um irrisorio processo por conspiração, a principio de sedição”. (*A Federação*, Porto Alegre, quarta-feira, 23 de março de 1892, p. 1). Não há mais informações sobre este caso, e nem é o objetivo buscá-lo nesta pesquisa, mas há de se fazer considerações sobre esse episódio. No dia 4 de fevereiro de 1892, os castilhistas “havia tentado lançar o seu líder de volta

<sup>20</sup> Está em colchetes o nome de Antero porque o jornal errou seu nome, escrevendo Antonio. “O nome d’este brioso militar saiu errado na comunicação telegráfica que inserimos hontem, endereçada do Rio Pardo pelos nossos amigos Pedro Nolasco e tenente-coronel Antonio Candido Ribeiro”.

ao poder, mas os únicos resultados de um levante [...] foram diversas mortes em todo o Estado, muitas das quais de membros do PRR”. (LOVE, 1975, p. 54). Com a volta do exílio de Silveira Martins e a fundação do Partido Federalista, o PRR agitou-se e, num encontro secreto de dirigentes republicanos em *Monte Caseros*, na Argentina, planejaram uma conspiração que restaurasse Júlio de Castilhos ao poder. Enquanto isso, em Porto Alegre, Castilhos e um general castilhista elaboravam estratégias de incorporar à essa conspiração o exército. (LOVE, 1975, p. 54). A suposta ação – denunciada em março –, de Antero estava em sintonia com as ações do PRR. No final das contas, este plano dos castilhistas não obtivera êxito. (LOVE, 1975, p. 55). Quando Júlio Prestes de Castilhos retornava ao poder, em julho de 1892, restaurando a Constituição de 1891, Antero Fontoura retornava como conselheiro municipal em Rio Pardo.

Josué José Barbosa, o promotor público que apresentou a denúncia contra Ana Aurora, era membro do PRR, tenente e professor público<sup>21</sup>. Foi figura importante no *Club Republicano* e, posteriormente, na comissão do partido em Rio Pardo<sup>22</sup>. Com o retorno do PRR de Castilhos ao poder em 1892, foi “dispensado o cidadão Heraclito Americano de Oliveira do cargo de promotor público da comarca de Rio Pardo e nomeado em substituição o tenente-coronel Josué José Barbosa”<sup>23</sup>. (*A Federação*, Porto Alegre, sexta-feira, 11 de agosto de 1892, p. 2). Estas nomeações eram consequência da política do governo castilhista. Conforme Gunter Axt (2007, p. 95-96), as exonerações e nomeações de servidores por questões políticas em cargos públicos do governo estadual ocorriam na política do governo castilhista. Com a restauração da Constituição positivista de 1891, “o Poder Executivo estadual [investiu] de formidáveis instrumentos de intervenção nos municípios e de controle do aparato estatal”.

O nome de Fortunato Luiz Barreto é constatado a partir de sua atuação política, atuando no congresso federalista de 1901 como membro do Diretório Federalista, em Bagé, após o manifesto do testamento político de Gaspar Silveira Martins. (FRANCO, 2007, p. 147). Outras informações biográficas sobre Fortunato Barreto foram encontradas de maneira fragmentada ao longo dessa pesquisa.

---

<sup>21</sup> A notícia sobre ser tenente está em *A Federação* na edição de sexta-feira, 14 de março de 1884, p. 1 e sobre ser professor público na edição de quinta-feira, 23 de dezembro de 1886, p. 1.

<sup>22</sup> Entre os principais nomes do PRR em Rio Pardo estão Adolfo Lisboa Antero Fontoura, Antonio Candido, Francisco Alves de Azambuja, Joaquim Eugenio da Silva Barreto.

<sup>23</sup> Este anúncio se encontra na coluna *Actos Officiaes*, na qual se publicou diversas dispensas e nomeações nos postos do judiciário.

Sabemos que Fortunato era bacharel em direito, como apontou seu rival político, Josué José Barbosa, nos autos do processo-crime<sup>24</sup>. Era estancieiro em Rio Pardo, na região de Capivari, e conhecia a família Amaral Lisboa pelo menos desde a década de 1880<sup>25</sup>. Na carta de 9 de julho de 1884, de Adolfo do Amaral Lisboa endereçada à Fortunato Barreto, são reveladas as relações comerciais que ambos possuíam, quando Adolfo administrava os negócios da família: “O objeto desta é pedir-lhe que dê suas ordens para o pagamento da carne que tenho fornecida à casa de Exma. Sra. sua mana”. (Correspondência de Adolfo do Amaral Lisboa. Rio Pardo, 9 de julho de 1884. Copiador nº 1 – 1979-1899). Nesse sentido, as relações sociais foram fundamentais para a própria composição da defesa de Ana Aurora nesse processo-crime. Assim como muitos desses personagens estavam envolvidos diretamente como a Revolução Federalista, de maneira que as tensões políticas respingam nas relações entre os agentes de justiça com a ré e o acusado.

## 2.4 Demanda e Reparação

Nos autos do processo-crime, Fortunato Barreto questionou os pormenores das ações ocorridas no instante em que Ana Aurora apontou a arma, Antero fugiu e se deu o fim da rápida ação, com o desarmamento de Ana Aurora. Sua intenção era encontrar incoerências nos depoimentos, deflagrando que Ana Aurora não queria atirar em Antero, mas assustá-lo como forma de desforra.

O objetivo de Ana Aurora era humilhar e demandar reparação pelas ofensas e não matar Antero Fontoura. Fato a ser destacado foi a imposição de Ana Aurora em questionar algumas testemunhas que alegavam ser o motivo de sua vingança a prisão, que fazia aniversário de um ano, dos três irmãos Amaral Lisboa. Assim como a professora, os três eram também federalistas.

No livro *A grande mestra*, a prisão de Alberto, Alfredo e Frederico Lisboa é apenas mencionada rapidamente por Spalding na forma de uma citação do livro *A minha defeza*, de Ana Aurora, uma coletânea de artigos publicados no jornal *O Patriota* de Rio Pardo em 1895. Na referida biografia, não foi possível identificar o mês e o ano da mesma, mas, ao que tudo indica, foi no início da Revolução

---

<sup>24</sup> “Fortunato Barreto – bacharel em direito –, respondo-lhe mais prolixamente fazendo-lhe as seguintes interrogações”. (texto de Josué José Barbosa. Processo Judicial/Crime, nº 4868, 1899).

<sup>25</sup> Por falta de tempo e por não ser o foco da pesquisa, acabamos não trabalhando com documentos públicos sobre Fortunato Barreto, como inventários.

Federalista e foi o primeiro caso conhecido da tensa relação entre os membros federalistas da família Amaral Lisboa com o governo castilhista no município.

Alberto Lisboa foi o primeiro a sofrer as consequências de não pensar como os sectários do governo. Chamado à policia, acusado falsamente de fazer desertar os *patriotas* acampados na Boa Vista, foi retido na sua chácara durante mais de um mez, com prejuizo de seus interesses. (LISBOA, 1895, p. 10).

Antero Fontoura não abordou essa prisão de Alberto em seus textos. O promotor público e o advogado também não o fizeram nos autos. Pode-se pensar que essa omissão por parte do major denunciaria um envolvimento dele na prisão, já que possuía uma posição de destaque na comissão regional do PRR e se incumbia como conselheiro na então casa de Conselho Municipal, cujas atividades estavam suspensas devido à guerra civil que eclodira. Ou, talvez, o major tenha simplesmente ignorado, por não participar da prisão de Alberto. Ana Aurora (1895, p. 9-10) articulou uma justificativa antes de adentrar na poesia que foi considerada por Spalding como o “fósforo poético”:

Meus irmãos Alfredo, Alberto e Frederico Lisboa, são adversários políticos do actual governo do Rio Grande do Sul; é sabido de todo o publico desta cidade, para o qual escrevo. Nunca lhes faltou a altivez essa considerada um crime pelo espirito tacanho de certos indivíduos, que julgam bem servir ao governo procurando punir nos adversarios o crime de ter idéas próprias. Sim, porque de mais nada eram culpados meus irmãos para que se lhes movesse a perseguição de que foram victimas. [...] ninguem lhes daria, entretanto, lições no cumprimento dos deveres do cidadão: foram, são e serão submissos cumpridores da lei e respeitadores das autoridades.

Como resposta, Antero Fontoura (*A Federação*, 27 de abril de 1895, p. 2) afirmou que nunca teve desavenças com os irmãos de Ana Aurora a tal ponto de perseguir os três irmãos Amaral Lisboa pelo seu posicionamento político:

Isto não é razão sensata, porquanto a exma. mesmo declara que eles não são políticos extremados, só tem suas opiniões pessoaes, e ainda que fossem, não era razão para externar-me d'elles inimigo, porquanto entretenho relações com eles, com partidarios adversos, extremados, e altamente colocados em seus postos, tratando-os tão bem quanto sou por eles tratado. A vossos irmãos é que havia de escolher inimigos? Porque?

Percebemos, a partir destes fragmentos, que os discursos de ambos trazem, em sua tônica, uma ferrenha disputa política. Junto com a guerra civil, a suspeição de direitos, a repressão aos opositores.

A história da prisão dos irmãos de Ana Aurora começou no mês de setembro de 1893, Alfredo do Amaral Lisboa mostrou a poesia escrita por sua irmã Carlota na casa de seu vizinho Guilherme Fahrion, na qual estavam presentes outros senhores federalistas. Um hóspede na casa de Fahrion chamado Neumann, “ao ouvir a leitura da poesia, ficou entusiasmado e pediu-a para traduzi-la em alemão”. (SPALDING, 1953, p. 40-41). Alfredo entregou-lhe a poesia original. Segundo Spalding (1953, p. 41), “Neumann, entretanto, ao que tudo indica, nada mais era espião do chefe republicano do Rio Pardo, certo comerciante amigo íntimo do Prefeito (então Intendente) do Município, e levou-lhe a poesia”. O comerciante amigo íntimo do coronel Francisco Azambuja era o major Antero Fontoura.

Commetteu meu irmão a imprudência de acceder ao seu peito, não julgando talvez, que o possuir uma poesia fosse considerado um *crime*; teve, comtudo, a cautela de suprimir-lhe a assignatura. Imagine-se a sua surpresa, quando sabe que Neumann fôra apresentar ao intendente a aludida poesia, como quem tivesse descoberto a prova de um delicto! Indignado, communica o occorrido a Fahrion, e ambos resolvem obrigar Neumann a restituir-lhe a poesia. Encontrando-o nas proximidades da Escola de Tiro, pediram-lh'a, e elle, ou por vontade ou contra a vontade, entregou-lhes um papel. Examinando-o, notou meu irmão que não era o original da poesia e sim uma copia.– Esta não é a que lhe entreguei: eu quero o original, disse-lhe meu irmão. – *O original ficou em poder do Sr. Antero Fontoura; elle mandou-me mostrar esta*, foi a resposta do alemão. Tal resposta foi uma revelação! Aconteceu isto no dia 21 de Setembro. (LISBOA, 1895, p. 10-11).

O major Antero explicou sua versão sobre a poesia que acabou nas mãos do “alemão” Neumann da seguinte forma:

Parar combater essas contradições e falta de verdade, ainda não falei do ponto que já devia mencionar, o qual é o da poesia, que o alemão não julgando fazer-se agradável, a mostrou ao cidadão intendente. Estando a conversar em uma casa de negocio com alguns amigos, entre os quaes os cidadãos Eduardo Laranja, e capitão Perciliano e Bello, chegou o dito Neuma e disse; “Querem ver uma poesia que vim de mostrar ao sr. Intendente? Uma poesia dedicada a Gomercindo” – De quem? Perguntamos. – “Foi o Alfredo Lisboa que deu-me para traduzir para o allemão, afim de ser distribuída nas colonias, e eu vim consultar com o intendente se haverá para mim alguma responsabilidade, respondendo-me elle que sim, eu a vou levar para o Alfredo.” Então pedimos para tirar copia como fizemos, e estendemos nossa opinião, censurando vosso irmão que se dizia não ser politico entusiasta, apenas partidario simples, levar o entusiasmo a tal ponto. Não só nós como muitas outras pessoas, possuem até hoje copia de tal poesia. Porque mesmo era uma HONRA, cada um possuir. (FONTOURA, Antero. *A Federação*, 27 de abril de 1895, p. 2).

Pouco tempo depois, Alfredo Lisboa e Guilherme Fahrion foram intimados a se apresentarem à delegacia de polícia, “acusados por Neumann de o terem

assaltado para *roubarem-lhe* uma carteira com dinheiro”. (LISBOA, 1895, p. 11). Esse suposto assalto teria ocorrido no momento que Alfredo e Guilherme exigiram a dita poesia. Os dois foram presos no dia 22 de setembro de 1893 e soltos no dia seguinte. Ana Aurora, em seu artigo, afirmou que Alfredo não teve uma declaração ou motivo oficial que justificasse sua prisão e de seu amigo, inclusive, Alfredo Lisboa foi aconselhado pelas autoridades a não indagar mais sobre o ocorrido. A professora comentou, em um diálogo que teve com seu primo, coronel Azambuja, que “o próprio intendente confessou-me ser absurda e inacreditável” a prisão de Alfredo e Guilherme. (LISBOA, 1895, p. 11).

- Eu não seria capaz – disse-me – de mandar metter na cadeia o meu parente, compadre e amigo Alfredo Lisboa, pelo crime de roubo, porque isso ninguém admite. – Mas de que o accusou o allemão? – O allemão disse que elle o assaltou para roubar, mas nós sabemos que foi para tirar a poesia. – Mas é crime ter uma poesia? – Não é crime, pois eu não estou vendo todos os dias poesias nos jornaes? Confesso que, diante de semelhante logica, achei-me sem argumentos para *continuar a discussão*. (LISBOA, 1895, p. 12).

Para completar, Ana Aurora abordou, em seu discurso, de forma irônica, “quem o aconselhou ou mandou [Neumann], mostrar a poesia ao intendente, não seria o mesmo que lhe insuflou a audaciosa idéa de apresentar-se victima de um roubo, um desgraçado que não tinha com que pagar o que comia?”. (LISBOA, 1895, p. 12-13).

Afirmou, também, que não escreveu a poesia e sim sua irmã, Carlota, mas que concordava com as ideias políticas da poesia. Relembrou que seu irmão Adolfo era o responsável, na data, pela delegacia de polícia, que “desgostoso com aquelle incidente, quis elle deixar o cargo de delegado e offereceu-o a diversos dos seus co-religionarios, que o não aceitaram”. (LISBOA, 1895, p. 13). Seria importante compreender por que ninguém quis aceitar o cargo de delegado oferecido pelo próprio. Ana Aurora declarou que Adolfo “era uma garantia de ordem para a localidade e seus próprios adversários o reconheciam”. (LISBOA, 1895, p. 13).

Este apontamento de Ana Aurora sobre a função de seu irmão Adolfo como delegado será, mais tarde, um novo ponto de debate entre ela e seu desafeto Antero, e o próprio Adolfo irá participar publicamente desta discussão. Mas, porquanto, Antero (*A Federação*, 27 de abril de 1895, p. 2) respondeu que “é irrisorio, celebre d. Anna Aurora! E ainda se torna mais irrisorio vosso imponente

escripto quando dizeis que fui dizer a vosso irmão major Adolpho Lisboa, que estava prompto a acceitar a delegacia"! Continuou Antero (*A Federação*, 27 de abril de 1895, p. 2) sua defesa:

Duvido, embora digais serem palavras de vosso irmão major Adolpho Lisboa, este não podia dizer semelhante inverdade, isto só pode ser asseverado pela VERDADEIRISSIMA d. Anna Aurora porquanto em presença de muitos amigos, em reunião em casa do cidadão intendente Francisco A. de Azambuja, o major Adolpho Lisboa, dizendo querer renunciar aquele cargo, indicou-me para substituí-lo o qual recusei, e pedimos para elle continuar, si eu estivesse tão empenhado em querer aquelle cargo, com fins de perseguir vossos irmãos, occasião era oportuna, me era oferecido o lugar. Como eu ir offerecer-me? Torno a repetir – o major Adolpho Lisboa, colocado no seu elevado posto de honradez, probo e consciencioso, não podia affirmar semelhante cousa.

Apesar de Adolfo Lisboa pertencer ao PRR em Rio Pardo, que era liderado pelo seu primo, intendente Francisco Azambuja, contexto qual deveria haver um histórico de costuras e estratégias familiares para ocupar os espaços do poder político, deve ter sido grande o seu [de Adolfo Lisboa] sentimento de desgosto, de constrangimento e de desonra ao ver seus irmãos presos, mesmo que, provavelmente, tivesse eventuais desavenças ou tensões políticas com eles no ambiente familiar. Ao oferecer aos colegas partidários o seu cargo, ele poderia, ainda, estar pensando em negociar uma condição com o possível futuro delegado, uma espécie de proteção aos irmãos, caso eclodisse uma nova tensão política desta mesma envergadura. Seus irmãos federalistas, é importante sublinhar, não obtiveram a imunidade jurídica que ele, Adolfo, detinha, por ter a patente da Guarda Nacional, sendo, assim, isento de certos processos criminais.

Nesse sentido, é possível que Adolfo Lisboa, mesmo combatendo pelos republicanos junto ao batalhão do coronel Santos Filho na guerra civil, tenha, de algum modo, interferido nos bastidores da política em 1894, para a absolvição de sua irmã quando esta iria ser julgada. Isto nos faz pensar que pode ter havido uma disputa política no núcleo dirigente do PRR rio-pardense, mais especificamente, entre os maiores Adolfo Lisboa e Antero Fontoura.

Sendo assim, parece plausível o major Antero Fontoura tivesse ambições por maior influência política, através de ações que prejudicassem seu concorrente Adolfo Lisboa, exatamente explorando a aparente "fraqueza" do grupo familiar, isto é, os federalistas da família de Adolfo Lisboa.

Alfredo, Alberto e Frederico estavam à procura do alemão Neumann quando souberam que este se encontrava na Estação de Couto – Ramiz Galvão – rumo à Margem. Chegaram à Estação junto com os três irmãos, Reinaldo e Bernardo Silva, funcionários balconistas de Alberto. Até este ponto, as versões dos fatos coincidem. Ana Aurora declarou que Alfredo e irmãos queriam obstruir a partida de Neumann para outra cidade.

Ahi chegados, expuseram, no mais commedidos termos, ao agente o que pretendiam: que os acompanhasse a esta cidade o allemão Neumann, contra o qual queria meu irmão dar queixa. Se meus irmãos estavam ou não no direito, assim procedendo, não sei; porque não conheço códigos, nem entendo de leis; não tenho, porém, duvida de que, em sua consciencia, dar-lhes-á razão todo o homem que prezar a honra de seu nome e a santidade dos laços de familia. Meu irmão Alberto, interpelado pelo Sr. intendente, que dizia *desconhecel-o*, por vel-o envolvido naquelle facto, respondeu-lhe: - Se longe daqui, alguém lhe contasse o que se passou com meu irmão, e lhe dissessem que *eu* não fizera o que fiz, dar-lhe-ia licença para me desconhecer; hoje não. (LISBOA, 1895, p. 14).

Como resposta, Antero Fontoura (*A Federação*, 27 de abril de 1895, p. 2) assegurou que “sobre a prisão de vossos irmãos, extremosíssima sra. d. Anna Auroram nada tenho que tomar de mim, pois está conhecida a causa que foi affecta ás autoridades”. Explanou mais: “quanto a quererdes tornar-me um instigador occulto do allemão Neuma, fazendo-o como diz, meu vil instrumento, é puramente o dardo da culumnia que tão bem manejaes”. “Verdadeirissima exma. sra. d. Anna Aurora do Amaral Lisboa, si eu quisesse perseguir vossos irmãos, precisava a sombra mesquinha de um homem como Neumann?”. (FONTOURA, 1895, p. 2).

Antero continuou seu discurso, refutando alguns pontos levantados por Ana Aurora. Sobre os irmãos dela serem “respeitadores das autoridades e cumpridores da lei”, o major escreveu:

[...] como se esqueceram da lei, e foram invadir uma repartição publica? Porque, se tinham queixas de Neuma, não o denunciaram ás autoridades? Porque foram acompanhados de muitos outros, quando elle era só? E tal tumulto fizeram que foi preciso o agente da estação telegrafar ás auctoridades, e quando esta lá chegou, elle, o agente, confirmou melhor a agressão. Vós conhecestes tanto a falta de verdade, o exagero da vossa linguagem que, chegando a culpa no ponto que todos conhecem, dissestes: “não sei si meus irmãos fizeram bem ou mal, porque desconheço leis e codigo.” Pois esta violência que commetteram vossos irmãos não está ao alcance de vossa tão grande intelligência e perspicácia admiraveis? (FONTOURA, *A Federação*, 27 de abril de 1895, p. 2).

Segundo o major Antero Fontoura, quando os irmãos Amaral Lisboa foram levados para delegacia, o delegado era Adolfo, que, recusando prender os irmãos, pediu para que o intendente Azambuja desse voz de prisão. Afirmou Antero (*A Federação*, 27 de abril de 1895, p. 2) que o intendente municipal Francisco Azambuja efetuou a prisão dos três de forma comedida, “sem a menor violência, no entanto, a exma. afirma que seus irmãos vieram maltratados, humilhados, debaixo de insultos! Torno a repetir – é uma crassa mentira e uma vil accusação”. Ana Aurora teria ido ao encontro de seus irmãos na rua, quando estavam sendo levados para a delegacia e, assim que a viram, os irmãos Amaral Lisboa “possuíram-se de entusiasmo, e logo um d’elles ergueu um viva acintoso ao governo, o qual foi pelos outros correspondido. O que se depreende de tão abusivo proceder? E vinham humilhados vossos irmãos?”. (FONTOURA, *A Federação*, 27 de abril de 1895, p. 2). Ainda, segundo o major Antero (1895, *A Federação*, 27 de abril de 1895, p. 2),

[...] não estava presente mas contou-me o distinto cidadão intendente em quem confio na veracidade de suas palavras. Isso não é desatender autoridades? É ser cumpridor da lei? Erguer viva acintosos ao governo, em face de um agente do mesmo? Se o crime que acarreto é este de censuravos, e a vossos irmãos, n’este, e n’aquelle acto selvagem, e indigno de cidadãos considerados, e que se tem por moralizados, abusando assim das autoridades e sociedade, então a exma. teria de criminar a muitos, porque foram inúmeros os que censuraram o procedimento de vossos irmãos sobre o atentado á estação e o vosso tresloucado encontro; até co-regilionarios vossos a mim censuraram, dizendo que ereis os únicos perturbadores da paz rio-pardense.

Além dos irmãos Lisboa, foi preso o filho de Guilherme Fahrion – o amigo da família que havia sido preso com Alfredo Lisboa –, Leopoldo Fahrion. As cenas dessas prisões ocorreram por volta das sete horas da noite. A pior sorte se abateu sobre os elos mais fracos: Bernardo e Reinaldo acabaram sendo mandados para Porto Alegre, para “sentarem praça na brigada militar”. (LISBOA, 1895, p. 15). Discursou com apelo sentimental Ana Aurora (1895, p. 15), para explicar este agravante que se delineava no quadro de seus irmãos:

Que sentimentos pungentes dilaceravam-me a alma em tão angustiosos momentos! Indignação, receio, dor, cholera, - ódio, talvez – desassossego, e sobrepujando a todos, o pezar, a dor intraduzível de ver, ao lado dos que tão encarniçadamente perseguiam seus irmãos, o meu irmão Adolfo, preso pelo que elle chamava dever; elle tão bom irmão e tão mal comprehendido por aquelles que só vem a superfície das cousas sem lhes sondar o fundo! – Horrivel a alternativa de quem se ve colocado entre estes dous sentimentos, quando elles se acham em opposição: - o dever partidário e o amor à família!

Assim escreveu Ana Aurora para explicar-se, ou, como ela própria escrevera, “ao ponto donde explicar ao publico do meu Rio Pardo as explicações promettidas sobre meu attentado contra a pessoa do prestimoso cidadão major Antero da Fontoura”. (LISBOA, 1895, p. 16). Ao criar esse acontecimento midiático, Ana Aurora representou a sua família e a si mesma. Segundo Peristiany (1968, p. 15):

Quando o indivíduo emerge com uma forte personalidade social própria, sua honra é de seu exclusivo cuidado. [...] o indivíduo se vê obrigado constantemente a provar a si mesmo e a fazer valer seus direitos tanto como protagonista de seu grupo quanto como cuidar de si mesmo, pois está em permanente exibição, sempre cotejando a opinião pública entre seus iguais, de modo que estes possam proclamar lhe digno.

A questão é que tanto a noção de indivíduo quanto essa postura acerca da honra relatada por Peristiany são arquétipos masculinos<sup>26</sup>. Nesse ponto, Ana Aurora ultrapassa simbolicamente este papel social de honra, de tal modo que uma das representações correlacionadas à imagem de Ana Aurora era a de 'mulher-homem'. Certamente percebida para muitos conterrâneos como desviante, Ana Aurora, assim como outras mulheres de sua época, “escapavam à representação do senso comum sobre o ser feminino, escapavam da representação que detinha a autoridade para dizer o que era ser mulher. (LOURO, 2004, p. 479).

Para finalizar, a narrativa elaborada pelo major Antero Fontoura se baseia na defesa do estabelecimento da ordem imposta, de forma que, ao contar sua versão da história, afirma que os irmãos da família Amaral Lisboa foram desordeiros por supostamente agredirem o alemão Neumann e infringirem as normas e leis da ordem pública. Oposta a esta narrativa, Ana Aurora concebeu seus irmãos como vítimas das tramoias políticas de seus adversários no governo.

Pensar as motivações que orientaram o uso da violência por parte de Ana Aurora, a partir dos documentos coletados no levam a inferir que a prisão dos três irmãos Lisboa era algo que atingia o nome da família, o próprio prestígio familiar na comunidade. Esse prestígio social não afeta apenas um indivíduo de um núcleo familiar. Motivo pelo qual não podemos apenas ver como injúrias pessoais as ofensas contra Ana Aurora, mas como um ataque também à honra familiar.

\*

---

<sup>26</sup> Sobre o processo histórico de masculinização do protótipo de indivíduo ver SCOTT, Joan W. *A cidadã paradoxal – as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Mulheres, 2002.

Após apontar incoerências nos depoimentos das testemunhas na peça de defesa de Fortunato Luiz Barreto, o advogado propôs analisar em pormenores os relatos de duas testemunhas (Antonio Manoel Simões Pires e Antonio Sabino de Oliveira) do sumário de culpa. Através destes, a defesa alegou ter encontrado a verdade dos fatos, pois essas testemunhas não afirmaram que fora por causa da prisão dos irmãos Amaral Lisboa que Ana Aurora conclamou sua desforra como justificativa. O motivo alegado por Ana Aurora seria uma carta anônima recebida, contendo insultos a sua honra.

Na manhã do dia seguinte à prisão dos irmãos – estes ficaram três dias na cadeia, Ana Aurora estava abrindo as portas de sua escola quando recebeu de seu irmão Adolfo uma carta anônima deixada nas frestas da porta de sua casa. A referida carta continha ataques injuriosos a sua honra. A existência e o teor desta carta não foi divulgada aos seus irmãos mais velhos, mas somente as suas confidentes, suas irmãs, com quem morava, conforme afirmou Ana Aurora (1895, p. 21-22):

uma idéia fixa absorvia inteiramente o meu espírito: aquela carta infame. Esforçava-me por adivinhar quem seria o seu autor [...]. Dias depois, reunidas em família, falávamos sobre a prisão de meus irmãos, quando meu irmão Alfredo diz de repente: - De uma cousa tenho-me admirado: F. não se deu por achado com a poesia que lhe enviei! - Enviaste alguma poesia a F.? - Enviei, não; pretendia entregar-lha em mão própria; como, pórem, ele estivesse muito acompanhado, deixei-a cair no corredor de sua casa. Não ficou ele com a outra que o alemão levou: É porque gosta de poesia; e a minha intenção era ir-lhe mandando aos poucos todas as que possuo para que ele ficasse com a coleção. Disse-nos mais meu irmão que fizera acompanhar a referida poesia da seguinte nota: - *Já que tanto gosta de poesias, receba mais esta, podendo, se quiser, mandar mostral-a tambem ao nosso morubixaba.*

A carta anônima recebida por Ana Aurora possuía como destinatário o “Senhor F.”. O teor da carta era de ofensa à honra de Ana Aurora, que este pensava se tratar da verdadeira autora da poesia.

Devolvo-lhe a poesia que anonymamente dirijiu-me. Sei que é da lavra Lisboa, nella a primeira vista conhece-se o estilo acostumado, alto talento, única intelligencia que a todos offusca com seus raios de sabedoria!!... Dizeis que como gosto de poesia que m’os remette podendo eu se quiser mandar ao morubixaba do Rio Grande, nunca lhes communiquei meus gostos... e além disto como o bandido Gomercindo julgo ser este alludido, e de quem sois advogada, não devia incumbir-me para fazer chegar a seu conhecimento, seus versos. Vos que trabalhaes com todo afã em beneficio d’aquelle facinora, devíeis ir em pessoa levar-lhes esse produto de sua fértil intelligencia, devia mais ir verbalmente mostrar-lhe o quanto o admirais

como verdadeira adepta dizer-lhe como tem feito a propaganda do banditismo. E para coroar todos estes gloriosos feitos devíeis e vossas irmãs, oferecer-lhes para prehencher o numero de das mulheres que elle o sultão do Rio Grande precisa em seu serralho e vereies como haveis de ter uma remuneração de vossos serviços. Sim vós é que devíeis estar com aquelle bandido servir lhe mesmo para suas cucumbinas, visto que o achaes heróe, que o elevais, quando as mãos d'aquelle infame estão tintas no sangue de tantos patriotas inermes, nossas patricias que se veem algemadas arrastadas ao acampamento daquelle desalmado deixando seus desgraçados pais nadando em sangue, e ellas são sem pena e nem crime desonradas no meio da quella turma de malvados, nesse caso como isso é honra e gloria vos as applaudidoras da deshonor daquellas infelizes que lhe tem cahido em seus poder é eu devíeis lá estar. É para admirar que talentos raros como o vosso não dê para pensar, que essa não é a missão da mulher deixar o lar domestico, parar vir entrometter-se em politica, com tanto cultivo de intelligencia não pensais que a mulher, principalmente a solteira e sem pai não deve arrojarse a vir provocar homens? Não penseis que a mulher deve em todo o tempo dar-se ao respeito? Para ser respeitada? E desde que se dispa do recato de uma senhora para vir provocar homens, principalmente quem nunca lhes offendeu, deixa de ser uma senhora, é uma mulher qualquer? Assim é bom que serve o debique, que por emquanto me limito a responder seus versos por esse meio. (LISBOA, 1895, p.17-18).

A misoginia do major Antero da Fontoura em sua carta anônima direcionada à Ana Aurora revela a gritante desigualdade nas relações entre homens e mulheres daquela época. De acordo com Carlos Dias (2016, p. 182), “ao se intrometer em assuntos ‘que não lhe diziam respeito’, Ana Aurora acabou duplamente repreendida: por ser uma mulher que ousou assumir um papel masculino e por ser solteira”. Em relação aos artigos de Antero, dos três assinados no jornal *A Federação*, dois dirigiam-se como resposta aos de Ana Aurora no jornal *O Patriota*, intitulados de *Ao publico de Rio Pardo*. O outro era uma resposta ao texto de Adolfo Lisboa publicado no *Jornal do Commercio*. O major Antero (*A Federação*, 27 de abril de 1895, p. 2) explicou sua versão, respondendo a Ana Aurora: “que persistis que seja minha, representando a razão, que vosso irmão Alfredo tinha atirado para dentro de minha casa uma poesia, acompanhada de uma nota e da qual dei resposta à dita anonyma”:

Sem duvida, vosso irmão Alfredo, sentindo-se entusiasmado com a tal poesia, tomasse em regozijo alguma substancia forte, que entorpecesse suas idéas, a ponto de tomar por minha casa alguma outra, é o que posso colligir, porque em minha casa tal poesia não apareceu. E por essa suspeita fui alvo de planejadas vinganças. Não sei como dar credito; a exma. inventora diz que recebeu das mãos do major Adolpho a dita carta, que este encontrará de manhã posta por baixo da porta. Vosso EXCELLENTE irmão Arthur disse ao cidadão intendente que, si a exma. tinha ido á minha casa tirar desforra, era porque sabia que eu era o auctor da tal carta, porquanto a exma. por uma acaso viu quando estavam introduzindo a carta, e foi a tempo de abrir a porta e reconhecer a pessoa, que era da minha casa, e

que, assustada, dissera que tinha sido mandada por mim ali colocar. Quem mente? Vós ou o vosso EXCELENTE irmão Arthur? Contradições? Mentiras crassas!<sup>27</sup> (FONTOURA, *A Federação*, 29 de abril de 1895, p. 2).

Como defesa, Antero Fontoura negou receber o bilhete de Alfredo e, conseqüentemente, ter escrito a carta anônima. Sua maior justificativa era em relação à postura de Ana Aurora: “Não posso concordar com vosso receio, de contar, a vossos irmãos do recebimento da tal carta; até era do vosso rigoroso dever pedir para desafrontal-a, desde que tinheis certeza quem era o auctor”. (FONTOURA, *A Federação*, Porto Alegre, segunda-feira, 29 de abril de 1895, p. 2). Esse trecho é relevante, pois assinala o momento em que o major concordaria com a prática social de duelo em defesa da honra, sendo desafiado em público por um dos irmãos Lisboa, que, na época (setembro de 1894), estavam ausentes, visto que Adolfo estava nas fileiras do coronel Santos Filhos, na guerra civil pelos republicanos, e Alfredo, Alberto e Frederico eram presos políticos do governo.

Esse desafio de Arthur Lisboa foi descrito pelo próprio Antero Fontoura e deve ter ocorrido em abril ou maio de 1895. “Covarde, infame e miserável é o homem que vindo insultar outro, mandado por alguém, diz: “Se és homem acompanha-me”, puxa pelo chicote, que se limita a erguer, para, em seguida, assim que vê o outro pôr-se em defesa, sair correndo vertiginosamente, depois de provocar”. (FONTOURA, *A Federação*, Porto Alegre, Segunda-feira, 29 de abril de 1895, p. 2). Outra referência a esse acontecimento aconteceu em publicação de Antero n’*A Federação*, como resposta a um artigo de Adolfo Lisboa no *Jornal do Comércio* de Porto Alegre. “O tiro que seu irmão Arthur se gaba de ter levado, desfechado por mim, segundo elle disse, cujo facto teve lugar, na opinião d’elle Adolpho, sem provocação de seu irmão, o ofendido”. (FONTOURA, *A Federação*, Porto Alegre, Sexta-feira, 10 de maio de 1895, p. 2).

Maíra Vendrame (2016, p. 318), considera que a busca de reparação à justiça era a última estância acionada pelos envolvidos. Normalmente, havia outras formas de resolver questões de honra como conciliações propostas por líderes comunitários e/ou os ataques físicos entre os envolvidos. No caso de Arthur, sua ação foi depois de Antero ir à justiça. Essa forma de buscar reparar a honra familiar ofendida, como Arthur Lisboa buscou ao desafiar Antero Fontoura, pode ser compreendida como uma “colaboração de amigos e parentes presentes no momento dos conflitos,

---

<sup>27</sup> Artigo *Ao publico de Rio Pardo (Conclusão)*.

auxiliando ativamente com atos de contra ofensa e atitudes punitivas. (VENDRAME, 2016, p. 318).

O silêncio do major Antero em se defender, em refutar a acusação de ser o autor das cartas, ficou evidenciado pelos próprios artigos escritos no jornal, nos quais abordou timidamente esse tema. Mas o não-dito, neste caso, é que Antero talvez preferiria ser desafiado por um dos irmãos Lisboa do que ser surpreendido pelo ato de vingança da professora, pois seria menos vergonhoso.

A conversa entre Ana Aurora e o major Antero referente a esta carta anônima ocorrida na casa de negócio logo após a desarmarem e o major retornar ao balcão de negócios foi omitida pelas testemunhas.

- “D. Ana Aurora, disse-me elle, não sei a causa deste odio que a senhora tem de mim”!
  - “Atreve-se a dizer-me semelhante cousa, quando me dirigiu aquella carta infame em que tanto me insultava”!
  - “Eu dirigi-lhe carta, eu”?
  - “Sim, o senhor, e sabe perfeitamente que eu tenho provas de que foi o senhor mesmo”.
  - “A senhora tem provas de que fui eu que lhe remeti aquella carta, como”? Expuz lhe então o que [...] se passou sobre a tal carta, e elle, depois de ouvir-me, concluiu por estas palavras:
  - “Está bem; a senhora quer que fosse eu, fui”!
  - “Escolher para mandar-me aquella carta justamente quando meus irmãos estavam presos e eu não tinha quem me defendesse”!
- (Foi só nesse ponto que aludi á prisão de meus irmãos.)
- “Collocou na Boa-Vista aquella espião para prender meus irmãos, e, não satisfeito com a prisão deles, insulta-me com aquella carta, sabendo que sou *solteira e sem pai* (Estas ultimas palavras disse-as eu intencionalmente)”.
- Disse-me elle eu sabia que eu tinha o coração duro bastante para essas cousas, eu para isso bastava eu ser maragata. Respondi lhe que, para fazer justiça a...um *homem de bem* como elle, não me faltava coragem. (LISBOA, 1895, p. 38).

As arguições do promotor público coincidem com a postura das testemunhas, considerando um “motivo frívolo” a justificativa de Ana Aurora. Aliás, um dos pontos mais acentuados na argumentação de Josué Barbosa foi a discussão com o advogado e federalista Fortunato Barreto. Mas, o principal estrategema era incutir as paixões políticas no veredito final do juiz. Não foram raras as referências políticas à guerra civil que transcorria, enfatizando, principalmente, em diversos momentos, a admiração de Ana Aurora pelo líder federalista Gumercindo Saraiva, demonizado pelos dirigentes republicanos.

Outro, ou outros, trez cartas dirigidas pela accusada a trez diferentes cidadãos que, como ella, adoraram o bandido Gomercindo como um santo, exaltando os seus feitos e ainda adoram sua memoria... As respostas dessas cartas tem por objectivo – destruir depoimentos em juizo e afirmar que a accusada não atirou no Major Antero – por que não quis. Não necessita commentarios... (Processo Judicial/Crime nº 4868, 1899, p. 65).<sup>28</sup>

Os três depoimentos a que o promotor se referiu foram apresentados por Fortunato Barreto como provas que contestavam as testemunhas presentes em juízo. Esses depoimentos foram produzidos em espécie de cartas. Leongildo Vernes afirmou que estava na “Pharmacia da Viuva Alves de Sousa ouvindo algumas vozes prestámos attenção e verificámos que era na casa de negocio de Antero Fontoura”. (Processo Judicial/Crime nº 4868, 1899, p. 65). Aproximando-se, Vernes afirmou que Ana Aurora discutia com Antero, “porem, não ouvindo o que diziam, tendo apenas notado que a Senhora fallava em uma carta, [...] dizendo Antero não ser elle o autor d'ella”. (Processo Judicial/Crime nº 4868, 1899, p. 65). Carlos Vernes concluiu sua carta, a pedido de Ana Aurora, assegurando que “ouvindo dizer mais tarde que a Senhora tinha puxado um revolver para Antero, – não com o fim de offendel-o, mas sim com o firme proposito de assustal-o, como se verifica pelo que disse o Cap. Antonio Manoel ao Cap. M. Soares”.<sup>29</sup> (Processo Judicial/Crime nº 4868, 1899, p. 65).

Celcino Borba havia dito que estava em companhia de Vernes e afirmou o mesmo que seu parceiro. Por último, o capitão Joaquim Alves da Costa Freire garantiu estar, no dia 25 de setembro de 1894, na casa de negócio de um senhor chamado Ignacio d'Azambuja. Estava presente neste dia a testemunha do processo Antonio Manoel Simões Pires. Ao ser inquerido pelo dono da casa comercial, Simões Pires relatou sua versão dos fatos de maneira similar ao que havia dito nos autos do processo. Joaquim Alves afirmou ter ouvido de Antonio Simões Pires “que lhe parecia, ella [Ana Aurora] não ter querido dar-lhe um tiro algum, visto ter havido muito tempo para isso”<sup>30</sup>. (Processo Judicial/Crime nº 4868, 1899, p. 65). “Perguntou-lhe mais Ignacio, se aquillo não era uma vergonha para um homem disparar de uma Senhora, respondeu Simão Pires que aquillo era uma covardia muito grande da parte de Antero Fontoura, e que este não deveria dar parte de

---

<sup>28</sup> Acusação do promotor público Josué José Barbosa no sumário de culpa.

<sup>29</sup> Autos da defesa apresentada por Fortunato Barreto, Carta de Leongildo Carlos Vernes.

<sup>30</sup> Autos da defesa apresentada por Fortunato Barreto, Cartas de Celcino Borba e Joaquim Alves da Costa Freire.

semelhante facto, e se tornaria feio para ele”<sup>31</sup>. (Processo Judicial/Crime nº 4868, 1899). O que caracterizaria uma vergonha para o major, segundo a defesa de Ana Aurora, era a exposição pública de um ato desonroso do Major, abalando um princípio moral de honra no sistema simbólico do século XIX. Segundo Julian Pitt-Rivers (2011, p. 227):

A honra masculina é uma questão de precedência em primeiro lugar e o homem de honra se esforça para estabelecer seu nome na vanguarda de seu grupo, a honra das mulheres é mais uma questão de virtude e pureza sexual. A primeira é ativa e positiva, uma questão de alcançar ou herdar status e prestígio ou o respeito de honoráveis de seu grupo [...]. O segundo é negativo e passivo, uma questão de evitar qualquer ação que possa manchar a reputação da família. A honra masculina é algo a ser ganhado, aumentado, e defendido de encontro a um rival; honra feminina é algo a ser conservado e protegido.

Os ataques entre Ana Aurora do Amaral Lisboa e Antero Fontoura incidiram exatamente na tentativa de descrédito das reputações a partir de cada representação social de homem e de mulher honrados. Por um lado, a professora “serve-se espertamente de estereótipos da época, alegando uma ‘natural’ fragilidade física com o intuito de ‘desmasculinizar’ o oponente (representado como covarde e medroso)” (DIAS, 2016, p. 183), como observamos no trecho a seguir:

Oh! Vós, pais de familia a quem o meu procedimento susceptibilisou, pesastes alguma vez na vossa consciencia, no vosso coração, o meu soffrimento? Calculastes as lagrimas de togo que aquelles insultos immerecidos me arrancaram? Sois de opinião que uma mulher não deveras fazer o que eu fiz, não é assim? Mas o que querieis que fizesse uma mulher no meu caso, solteira e sem pai, que se vê covardemente insultada como eu fui? Chorar, - não é assim? – e deixar que impunemente aquele que a insultou continuasse a fazer daquilo que uma mulher tem de mais precioso – a sua virtude – um objeto de zombaria? [...] Mulher solteira e sem pai, quer dizer que não tem defensores legítimos, não é isso, Sr. Antero Fontoura? Mas o que não esperaveis, talvez, era que uma moça solteira e sem pai soubesse desagrar-se por suas próprias mãos de injurias tão covardes. Já sabeis que neste ponto vos enganastes. O que eu queria era dizer com a eloquência dos factos ao intrépido Major Antero Adolpho da Fontoura: - Nem sempre é seguro contar com a fraqueza daqueles a quem se deseja insultar impunemente: sou solteira e sem pai, mas, veja bem, a sua vida esteve entre as minhas mãos: não o matei porque não quiz. (LISBOA, 1895, p. 26-29).

Pelo outro lado, o major alegou, como defesa às críticas, sua “admirável prudência”. O principal sentido narrativo nos artigos foi “acusar” ao público leitor a transgressão que Ana Aurora cometeu enquanto uma mulher.

---

<sup>31</sup> Autos da defesa apresentada por Fortunato Barreto, Carta de Joaquim Alves da Costa Freire.

Bem sabia o que merecia; era enxotal-a d'ali a chibatadas, porque desde que, transviada de seu papel de senhora de sociedade, de uma educadora de meninas, entrou de revolver em punho, desempenhando o papel de assassina, porta dentro da casa de um cidadão que fez seu inimigo a politica, embora negue, para tirar vinganças de cousas atribuídas a elle, tinha de aguentar com as consequências. [...] Boa e moralizadora educanda de meninas! Tinheis este elevado cargo para salientar-vos, não precisaveis aparecer empunhando a arma assassina! (FONTOURA, Antero. *A Federação*, 9 de maio de 1895, p. 2).

Na arena midiática, outros eventos complementares foram abordados, tanto por Ana Aurora, como pelo major Fontoura. O caso do irmão Arthur Lisboa, o qual, dirigindo-se a Antero, foi tirar-lhe satisfação, de chicote em punho, logo após a noite da vingança de Ana Aurora. O irmão de Ana Aurora foi prestar queixa na polícia, pois Antero, de arma em punho, atirou em sua direção durante o quase duelo público. Outro evento se referia ao delegado Adolfo. Ana Aurora afirmou que o major pediu a vaga de delegado quando Adolfo a ofereceu a seus correligionários logo após a prisão dos três irmãos Lisboa. Antero, por sua vez, afirmou que Adolfo foi expulso de casa pela irmã Ana Aurora no início de 1893, ridicularizando-o por não ser o chefe da família Amaral Lisboa, mas sim Ana Aurora. E foi nesse tom que Antero (*A Federação*, Porto Alegre, 29 de abril de 1895, p. 2) comparou Ana Aurora com outra notável mulher da alta sociedade rio-pardense:

Alguem contou-me que a exma. dissera: "Pois bem, já que querem que eu seja politica, serei uma segunda Adelaide Meirelles". Mas oh! Dista muito d'aquella senhora d. Anna Aurora. D. Adelaide Meirelles elevou-se em politica porque ella aparecia só para fazer beneficios e, modesta, ocultava, como até hoje, essa influencia que exercia. D. Adelaide Meirelles, boa, carinhosa, despida de vaidades, prompta sempre a socorrer os infelizes, risonha e modesta para todos, não olhando a sua elevada posição, sem ao menos salientar o orgulho que podia possuir de seu progenitor ser uma das glorias do Brazil, credora, enfim, de muitissimos affectos, fugindo sempre de apparecer, é para ser comparada com a maligna, mordaz, rancorosa d. Anna Aurora? Que quereis ser politica está patente há muito tempo. Quem organizou aqui uma comissão para os feridos federalistas? Vós, que saistes com vossa irmã e ainda a vossa amiga d. Rita Cardoso. Si o fim era humanitário e não politico, como exclui casas republicanas? Desde que fôra uma acção movida pela caridade não devia haver exceção, mas vós vos encarregastes de dizer que o partido federal é que só concorreria, que não queria esmolos dos miseraveis republicanos.

A exclusão da cidadania às mulheres se torna evidente neste trecho, aliada ao fato da "constituição de um espaço privado familiar predominantemente feminino; superinvestimento do imaginário e do simbólico masculino nas representações femininas". (PERROT, 1998, p. 180).

Para autores como Peristiany e Pitt-Rivers, a prática de defender a honra era vista comumente como ação de homens. Numa sociedade como a sul-rio-grandense no final do século XIX, pode-se pensar que a reparação da honra deveria ser efetivada por homens e não pela própria mulher que sofreu injuriosas ofensas. Assim, defender a honra de uma das mulheres da família era uma tarefa que devia ser assumida pelos homens do grupo familiar, sua prática detinha toda uma ritualização simbólica de sua virilidade/masculinidade. Para Margarita Ramos (2012, p. 53-73), que refletiu sobre uso defesa da honra como um processo histórico discursivo, a honra era vista pelo próprio Estado brasileiro como um bem jurídico sob tutela, assim, a honra masculina se tornaria um forte mecanismo de anulação e silenciamento das mulheres. Contudo, há de se ressaltar que essa análise se limita em uma ótica discursiva e não abrange o potencial que as práticas do uso da defesa da honra em processos-crimes podem revelar. O caso de Ana Aurora está inserido em um contexto em que as mulheres buscavam também defender a honra individual e familiar, tanto as mulheres de elite como as populares.

Mesmo que houvesse uma luta discursiva entre Ana Aurora e Antero Fontoura, por outro lado, chama nossa atenção para a situação em si, conforme Maira Vendrame (2016, p. 277), o fato de demandar satisfação em público, revelando assim disputas privadas e políticas locais entre as partes para “restabelecer o equilíbrio social e harmonia local”.

Apesar de ser revelado que Arthur Lisboa também foi tirar satisfação com Antero Lisboa, durante o processo-crime em andamento, não sabemos em que medida Ana Aurora poderia contar com alguns de seus irmãos em meio a prisão dos três irmãos Lisboa e na defesa da honra de Ana Aurora após receber a carta anônima. Contudo, chama nossa atenção à ritualização que foi a prisão dos irmãos de Ana Aurora. Nos parece que essa prisão assumiu um sentido simbólico, demonstrando a gravidade que teve o ato para honra da família Amaral Lisboa.

A pecha de covarde e de desonrado foi creditada ao major Antero em virtude da carta anônima enviada a Ana Aurora. A performance de Ana Aurora em vingar-se, apontando uma arma em sua direção, poderia ter incriminado a sua reputação de homem honrado. Certos códigos acusariam, aos olhos da comunidade, um sentimento de falta de honra ao homem caso este levasse o caso à Justiça antes de aceitar um desafio, desafiar outro homem que o ofendeu ou, pior, não seria

considerado honrado levar adiante um caso judicial contra alguém que não estava na mesma posição de igualdade. (PITT-RIVERS, 1992, p. 17-32).

Portanto, a respeitabilidade e a título de “honorável” cidadão de Rio Pardo que Antero Fontoura possuía talvez tenha sido corrompida, não somente pelo uso de sua influência política na tentativa de omitir – através das testemunhas – informações sobre a carta anônima, mesmo que sua intenção fosse somente retaliar Ana Aurora e a família Amaral Lisboa. Nessa lógica, a principal questão, seria levar à Justiça a professora “solteira e sem pai”. De acordo com Peter Gay (1988, p. 128), “uma mulher que abandonasse sua própria esfera constituía não apenas uma anomalia, uma mulher-macho; mais do que isso, levantava incômodas questões quanto ao papel masculino”. Uma forçada alteridade que questionava os papéis estereotipados dos gêneros masculino e feminino

A exposição de um impasse privado entre os integrantes da família de Ana Aurora e Antero Fontoura se tornou pública, motivo pelo qual a abertura do processo-crime pode ser vista como uma ação que se encontra ligada a não resolução dos impasses entre as famílias. Frente a isso, tornou-se necessário apresentação da denúncia como uma maneira de levar os impasses não resolvidos privadamente para a esfera judicial.

Concordamos com Maíra Vendrame (2016, p. 277-319), no sentido que o caso de Ana Aurora se referiu à busca por reparação à honra ofendida, seja através de exigências de explicação pública como foi feito por Ana Aurora e Antero nos jornais, seja por meio da denúncia às instâncias judiciais. Esse acontecimento do processo-crime surgiu também como uma estratégia de defender o prestígio (individual e familiar) e como um recurso de restauração dos equilíbrios de poder entre grupos que participavam da luta política e partidária local.

É interessante ressaltar que, através da justificativa da defesa da honra individual e da família, Ana Aurora buscou reforçar o quanto a sua busca pela reparação pública as ofensas eram legítimas e necessárias para garantir a restauração de uma relativa paz entre indivíduos e famílias em Rio Pardo. Demandar satisfação pelos fatos tidos como injuriosos através de contra ofensa era um caminho que propiciava o restabelecimento do equilíbrio de forças entre os grupos que disputavam por prestígio, controle e poder político local.

É interessante notar o fato de que Ana Aurora, uma mulher, apareceu armada em um espaço público e buscou defender a sua honra e dos integrantes do

seu grupo familiar. Podemos indagar que essa denúncia contra Ana Aurora pode ser vista como uma forma de lançar uma contra ofensa, retaliação ou até mesmo uma reparação pela afronta lançada por ela no espaço público em que estava.

Podemos interpretar os autos do processo-crime por uma outra ótica que não se limite aos fatos discutidos. Nesse sentido, a apresentação da denúncia diante da justiça não significa afirmar que Antero Fontoura buscasse a punição da ré por parte da justiça do Estado. Recorrer à justiça poderia ser um último recurso para restabelecer equilíbrios locais, seja político ou mesmo conseguir uma reparação pública da honra. Ela também podia se apresentar como uma maneira de causar prejuízos morais e econômicos ao oponente através apresentação da denúncia judicial. (VENDRAME, 2016)<sup>32</sup>. Mais do que isso, o conflito da maragata Ana Aurora contra o republicano Antero também pode ser compreendido como uma forma – ao seu modo – de participar da Revolução Federalista. Fazendo de sua arguição escrita sua arma contra seu rival. Por essa ótica compreende-se de sua fama posterior entre os federalistas.

O caso encerrou-se na justiça em fevereiro de 1895. Na análise final do juiz, os depoimentos poderiam estar “corrompidos”, com testemunhos contraditórios pelos estreitos laços entre testemunhas e vítima, assim como pela amizade política com o promotor público.

O processo-crime representou um evento que pôs em evidência o início da trajetória política de Ana Aurora para o público regional. Isso se dá, em medida, pelo fato de que os limites do processo-crime foram ultrapassados e foram debatidos esses acontecimentos na imprensa por Ana Aurora e Antero Fontoura, através dos jornais *O Patriota*, de Rio Pardo, e *A Federação*, de Porto Alegre, a partir de abril deste mesmo ano. Esse assunto será mais bem discutido no próximo capítulo. A própria historiografia diletante (SPALDING; VELLINHO; 1954), do início do século XX vai destacar esse evento como um símbolo de reconhecimento da trajetória de Ana Aurora.

No próximo capítulo iremos discutir a participação de Ana Aurora na imprensa, desde os artigos que se defendeu de Antero no jornal local (*O Patriota*),

---

<sup>32</sup> Sobre as estratégias de reparação da honra familiar e usos do recurso da justiça como uma maneira de causar prejuízos morais e econômicos, ver: VENDRAME, Máira Ines. *O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)*. 1. ed. São Leopoldo/Porto Alegre: OIKOS/Coleção ANPUH-RS, 2016.

que depois será publicado em livro como *A minha defeza* (1895), até como colaboradora do jornal *Gaspar Martins*, de Santa Maria.

### CAPÍTULO 3: A MARAGATA DA VELHA GUARDA

Este capítulo tem por objetivo analisar os debates midiáticos entre Ana Aurora e Antero Fontoura e a atuação política de Ana Aurora na imprensa federalista através do jornal *Gaspar Martins*.

#### 3.1 Uma Ferrenha Maragata

A respeito da imprensa oitocentista, Tania Regina de Luca (2006, p. 134) afirma que “o caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público caracterizaram a imprensa brasileira de grande parte do século XIX”. Havia, porém, com um limitado público leitor, já que eram muito altas as taxas de analfabetismo naquela época.

De acordo com Francisco das Neves Alves (2001, 103), os jornais gaúchos desse período eram caracterizados pelos confrontos político-partidários “típicos da formação republicana gaúcha [que] encontrariam eco através das páginas dos jornais que reproduziram, por meio de um conflito discursivo, os debates em torno daquelas disputas”. Os jornais comerciais, mas principalmente os órgãos oficiais dos partidos políticos, eram meios de disputa pelo controle de narrativas políticas, “gerando-se um confronto intra-oligárquico que marcaria toda a vida política sul-riograndense, ao tempo da República Velha”. (ALVES, 2001, p. 100).

Admitindo que esta desavença entre Antero e Ana Aurora era uma pequena fração de conflitos gerados na época da Revolução Federalista não deixa de ser singular a disputa pública entre um homem e uma mulher em fins do século XIX. Essa rivalidade não aparece claramente nas fontes anteriores ao processo-crime. Contudo, é de se supor uma indisposição iniciada com o início do reconhecimento de Ana Aurora como uma mulher que se posicionava politicamente contra o PRR, sendo irmã e prima de quadros republicanos da localidade. Afirmou Ana Aurora, em sua série de artigos coletados no livro *A minha defeza* (1895, p. 7-8.), o seguinte:

Admittindo que eu tome parte activa na politica, o que é falsíssimo, não há lei, que eu conheça pelo menos, que véde á mulher este direito; há sim, o preconceito social do qual sou acerrima defensora de que a missão da mulher deve restringir-se aos deveres do lar. Quanto a tomar o mais vivo interesse pelo que se passa em sua Pátria, pelo desenrolar dos acontecimentos que hão de constituir mais um período da história d’essa Pátria, sustento que a mulher que tem alguma instrucção e patriotismo, tem,

não o direito, mas o dever de fazel-o, mormente quando essa mulher escolheu a missão de educadora da mocidade: para que então esse dever é imprescindível.

Esta citação foi o início do artigo escrito por Ana Aurora, publicado no último dia de março de 1895, no jornal *O Patriota*. Esse trecho do texto apresenta semelhança com textos publicados por ela nos almanaques literários. O teor da defesa da instrução da mulher e de sua participação no palco político é semelhante a outros textos de mulheres escritoras do final do século XIX. (MUZART, 1999). Mas também poderia ser um texto que buscasse justificar sua ação, calculando os efeitos que sua escola poderia sofrer em represália, como a transferência de matrículas de alunos de filhos de republicanos rio-pardenses.

Durval Muniz Albuquerque Junior (2009), refletiu que fontes textuais como os jornais devem ser analisados com cuidados por conta do caráter retórico dos artigos de jornais que denotam paixões políticas e rivalidades<sup>1</sup>. Percebe-se isso tanto nos textos de Ana Aurora como nos de Antero Fontoura. Este último iniciou sua versão assim:

Sempre detestei discussões pela imprensa, e não viria contra esse meu pensar, si o dever de dignidade, a que tenho jús, não me impusesse. Discussão pela imprensa, a meu fraco pensar, só é admissivel quando grandes talentos se batem por causas salientes. Ora, eu com meu cultivo intellectual tão acanhado, com minha profissão de comerciante tão diversa, sobretudo o nenhum DESEJO DE APPARECER, vim obrigado somente repelir os ataques insultuosos que me atira a GRANDE HEROINA da época, a exma. sra. d. Anna Aurora do Amaral Lisboa, a qual se constituiu minha gratuita inimiga. (FONTOURA, Antero. *A Federação*, 27 de abril de 1895, p. 2).

A Revolução Federalista (1893-95), de acordo com Rodrigo Santos de Oliveira (2013, p. 143-144), apresentou quatro fases da guerra civil. A primeira foi caracterizada pelos rebeldes evitando combates diretos, optando por ações rápidas. A segunda fase da guerra se caracterizou pelo combate de guerrilhas e o enfraquecimento dos rebeldes federalistas. A terceira fase ficou marcada pela

---

<sup>1</sup> Por discurso entendemos “uma peça oratória proferida em público ou escrita como se fosse para ser lida para um dado público [...], o discurso que, uma vez escrito, nunca chegou a ser lido ou que já foi escrito destinado a um público leitor e não ouvinte. Podem ser incluídos no rol um arrazoado ou peroração sobre um dado assunto, a abordagem extensa e argumentada, ou raciocínio sobre uma dada temática, muitas vezes, adquirindo um tom moralizante e admoestador, mas que pressupõe sempre estar falando para uma dada audiência, expor e se expor para uma determinada platéia, cuja opinião procurará cativar e convencer” (vide ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Discursos e Pronunciamentos: A dimensão retórica da historiografia*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 223-224).

segunda invasão federalista, sendo as colunas de Gumerindo e do Coronel Salgado perseguidas, ambas avançando ao norte até chegar no Paraná. A quarta fase da guerra culminou no fim dos movimentos de guerrilha e o início do período de pacificações.

Foi no período final da guerra civil que Ana Aurora interveio na imprensa local adentrando em espaços políticos possíveis para as mulheres. Já Antero Fontoura exerceu sua influência política publicando no jornal *d'a Federação*. Conforme Spalding (1953, p. 38), “Dona Ana Aurora não se havia imiscuido abertamente nas questões partidárias. Sua atuação, exclusivamente poética, limitava-se tão só no combate à política do marechal Floriano Peixoto”. Em 1893, “sua irmã Carlota do Amaral Lisboa, como ela poetisa e ardorosa partidária de Gaspar Martins, haveria, sem o querer, de por fogo na fogueira que se estava erguendo na tradicional e histórica cidade de Rio Pardo”. (SPALDING, Op. Cit. 1953, p. 38). Carlota escreveu uma poesia intitulada “Salve! Ao general Gumerindo Saraiva”:

Salve! Chefe denodado!  
 Salve! Valente soldado!  
 Salve! Herói nobre e sublime!  
 Ó tu, que neste momento  
 Inspiras um sentimento  
 Que em palavras não se exprime!  
 [...]  
 Cada teu feito é uma glória,  
 Que nas páginas da História  
 Um dia fulgurará.  
 E teu nome em letras d'ouro  
 Será, Saraiva, um tesouro  
 Que a Pátria venerará. (SPALDING, 1953, p. 42-44).

Conforme Walter Spalding (1953), a poesia criada por Carlota do Amaral Lisboa influenciou “o ingresso, forçado pelo fato, de Dona Ana Aurora nas fileiras revolucionárias do partido federalista” e que depois de ser “ofendida em seus brios de professora pública com a transferência de Rio Pardo para Vila Rica por causa dos diz-que-diz-que, fôra, de certo modo, lançada oficialmente nas hostes federalistas”. (SPALDING, 1953, p. 39-40).

Este trecho apresenta uma preocupação de desvincular a trajetória de Ana Aurora com seu engajamento político. É sublinhado o fato de Ana Aurora somente se introduzir no palco político por forças externas e que não dependiam, portanto, de circunstâncias como seus desejos, motivações ou ações de caráter político, mas ela

era forçada a tal iniciativa por um pretexto único da defesa da honra, sem considerar a própria dimensão política que essa defesa da honra estava entrelaçada.

### 3.2 D. Aurora é uma Mulher Muito Homem para Isto

Pelas fontes analisadas, o conflito político-familiar de Ana Aurora do Amaral Lisboa com Antero da Fontoura gerou uma notável repercussão e, de certa forma, “abriu portas” para atividade intelectual e política de Ana Aurora. Sua atuação política e literária após a Revolução Federalista ficou marcada pela postura de defesa da honra através de seus escritos, da literatura melancólica e de artigos políticos.

Os escritos de Ana Aurora encontram-se de maneira dispersa, contudo, depois da publicação de *A minha defeza* (1895), encontramos *A calúnia* (1931), uma peça de teatro que permite relacionar a ficção de Ana Aurora com as experiências vividas na defesa de sua honra durante a Revolução Federalista.

Paulo de Castro anuncia seu futuro casamento com Adelaide de Mendonça à Sra. Mariana de Sousa, amiga da família. Esta, pretendo vingar sua filha que forá preterida por ele, calunia Adelaide. Depois de algum tempo, Paulo descobre a verdade. Mas já é tarde, pois Adelaide, após ser abandonada, está muito doente e morre, perdoando seu ex-noivo. A verdade é ao final estabelecida e a vilã, desmascarada. (LISBOA, 1931, p. 25).

Esse prologo do livro *A calúnia* apresenta uma perspectiva da mulher que fora caluniada, tal qual Ana Autora expressa referindo-se a si mesma ao longo de seus artigos que resultaram em *A minha defeza*.

Outro texto com o mesmo teor é *A culpa dos pais*, também publicado no livro *Teatro de Dona Ana Aurora do Amaral Lisboa* (1931). De acordo com Carlos Dias (2016), essa peça de Ana Aurora reflete o tema da injustiça, da mulher que fora desonrada. No livro, *As heroínas são ‘mulheres-anjo’, cheias de virtudes, colocadas diante de condições sociais opressoras*. (DIAS, 2016, p. 240). Conforme Zahidé Muzart (1999, p. 879), as peças de Ana Aurora, “invariavelmente, têm um final triste, com muita morte, choros e gritos, na melhor tradição folhetinesca da época”.

Ao refletir sobre esses escritos de Ana Aurora, Walter Spalding (1953, p. 59), considerou que seus dramas, “de um modo geral, fazem a defesa da mulher e de seus direitos”. Nesse sentido, Carlos Dias (2016, p. 241) afirma que a análise de

Walter Spalding em *A grande mestra*, sedimentou a designação de Ana Aurora como a “primeira feminista” do Rio Grande do Sul.<sup>2</sup>

Carlos Dias (2016) analisa a problemática do feminismo de Ana Aurora em *Mulheres em cena*. Na reflexão, o autor dialoga com Joan Scott, a partir de seu livro *A cidadã paradoxal* (2002), no qual o grande dilema das ativistas feministas seria o debate sobre igualdade e diferença. Conforme Joan Scott (2002, p. 162),

A história do feminismo é a história de mulheres que só tiveram a oferecer paradoxos, não porque – como queriam os críticos misóginos – a capacidade racional da mulher seja fundamentalmente diferente, nem porque o feminismo, de algum modo, não conseguiu alinhar teoria com prática, mas porque o feminismo ocidental e historicamente moderno é constituído por práticas discursivas de política democrática que igualaram individualidade e masculinidade.

De acordo com June Hahner (1981, p. 25), na segunda metade do século XIX, surgiram reivindicações pioneiras, no Brasil, de mulheres propondo novos modelos de leis e costumes referentes às mulheres, porém, as reivindicações representavam uma pequena parcela social, de maneira que o impacto ainda era modesto. Esses grupos pioneiros de mulheres agiam por meio de “jornais editados por mulheres”, surgidos, na maior parte, na região centro-sul do país, através dos quais elas “procuravam despertar outras mulheres para seu potencial de auto progresso e para elevar seu nível de aspirações”. (HAHNER, 1981, p. 25).

Segundo Carlos Dias (2016, p. 165), as experiências de Ana Aurora podem ser analisadas a partir de reconfigurações de certas premissas como a do espaço público como sendo majoritariamente masculino. Nesse sentido, a inserção das mulheres na vida a partir de outras esferas que não a doméstica “demonstra o quanto a demarcação entre o público e o privado é móvel e porosa, permitindo a conformação de um espaço em que as relações entre homens e mulheres se tensionam e, muitas vezes modificam-se”. (DIAS, 2016, p. 165-166).

Logo após o fim da Revolução Federalista, a atuação de Ana Aurora nos jornais tornou-se maior. Mesmo que as fontes encontradas sobre o desempenho da professora estejam dispersas, é possível perceber que as principais contribuições dela foram nos jornais *A Reforma* (Porto Alegre), *Gaspar Martins* (Santa Maria) e *O*

---

<sup>2</sup> Carlos Dias (2016) vai analisar a pecha colocada em Ana Aurora de ser a “primeira feminista do Rio Grande do Sul”, dialogando com Johan Scott. Para saber mais sobre o debate em relação ao feminismo de Ana Aurora, é essencial a própria leitura de DIAS, Carlos. *Mulheres em cena: as trajetórias de Ana Aurora e Malvina no limiar do século XX*. Curitiba: Prismas, 2016.

*Patriota* (Rio Pardo). Infelizmente, não foram encontrados em arquivos os exemplares desse jornal de Rio Pardo, apenas os artigos que foram publicados no livro *A minha defeza* (1895). Os escritos de Ana Aurora no jornal *A Reforma* foram encontrados a partir da repercussão de suas publicações, principalmente no jornal *A Federação*, órgão oficial do PRR<sup>3</sup>.

Contudo, em uma entrevista publicada no *Jornal Folha da Tarde*, em 1942, o jornalista Carlos Reverbel entrevistou Ana Aurora. Transcrita por Walter Spalding (1953), a entrevista trouxe, entre outros assuntos, um relato de Ana Aurora sobre sua participação no jornal *A Reforma*. Perguntada por Carlos Reverbel sobre como ela desenvolveu suas atividades no jornal, Ana Aurora respondeu:

Eu escrevi sob diversos pseudônimos e alguns de meus artigos saíam como da redação. Então o dr. Adriano Ribeiro, diretor da “Reforma”, apanhava por mim. Faltavam colaboradores à “Reforma”: todos tinham medo das amabilidades da “A Federação”, o que me revoltava até o ponto que não sei exprimir. Multiplique-me em diversos pseudônimos de modo a nunca faltar colaboração para a “Reforma”. Por diversas vezes tive que denunciar-me, vendo o receio de algum correligionário a quem a “Federação” atribuía alguma produção minha, para ver se o acusado cometia a má ação de denunciar-me. Redobrei de esforços quando o dr. Adriano Ribeiro deixou a redação da “Reforma”, da qual se encarregou Júlio Magalhães. (SPALDING, 1953, p. 166).<sup>4</sup>

Esse relato de Ana Aurora demonstra, seja como colaboradora ou até mesmo como redatora do jornal, uma proximidade com os jornalistas do partido federalista. Essa aproximação de Ana Aurora com os escritores federalistas pode ser um indício de uma sociabilidade através da escrita na mídia e da escrita epistolar. Antes de adentrarmos nas correspondências, é preciso continuar a perseguir os rastros de Ana Aurora nesse jornal.

Como afirmado pela própria Ana Aurora, seus artigos nesse jornal foram escritos, em muitas ocasiões, para confrontar os castilhistas da “Federação”. Em 1895, o jornal *d’A Federação* publicou poemas celebrando a morte do chefe militar dos federalistas, Gumercindo Saraiva. O redator do jornal era Pinto da Rocha, então republicano castilhista e, possivelmente, autor dessa poesia publicada em agosto de 1894, durante a guerra:

---

<sup>3</sup> Não pudemos ter maior acesso ao jornal *A Reforma*, órgão oficial do partido Liberal de Porto Alegre (RS). O jornal está custodiado no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa. Durante o período de coleta das fontes, o Museu estava fechado para a pesquisa de historiadores.

<sup>4</sup> Entrevista de Ana Aurora do Amaral Lisboa para Carlos Reverbel na *Folha da Tarde*, 1942 e Transcrita por Spalding.

Miseravel! Pesada como os Andes, te seja a terra que generosamente cobre teu cadáver maldito. Caiam sobre esta cova asquerosa todas as penas concentradas das mães que sacrificastes, das virgens que violaste, besta fera do sul, verdugo do Rio Grande. [...] Morto o bandido é preciso enterrá-lo bem fundo na execração pública, para que as exalações daquela monstruosidade humana não vão emprestar as páginas da história da brava gente gaúcha, maldita seja sempre a memória do bandido. (*A Federação*, Porto Alegre, 17 de julho de 1897, p. 2).

Esse relato teve a resposta de Ana Aurora n'*A Reforma* e, posteriormente, na publicação de livro de poemas chamado *Preitos à Liberdade* (1900). Esse livro continha os cinco poemas publicados por Ana Aurora na imprensa federalista durante cinco anos, exatamente na data da morte do presidente Marechal Floriano Peixoto. Este presidente ficou marcado pelos maragatos, no final das contas, como apoiador de Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul. Ana Aurora dedicou esse livro aos “heroicos revolucionários de 93”. (SPALDING, 1953, p. 64). A primeira dessas cinco poesias foi publicada exatamente na data de um ano de falecimento de Peixoto, intitulada de *O Maldito*.

[...] Monstro, acaso na paz da sepultura  
Inda a sêde de sangue te consome?  
Porque explorar da Pátria a desventura  
À pavorosa sombra do teu nome? (LISBOA, *Preitos à Liberdade*, 1900).

Após essa publicação de Ana Aurora n'*A Reforma*, houve uma resposta do jornal perrepista. O redator do jornal *A Federação* na época era Artur Pinto da Rocha (1864-1930), um escritor, jornalista e magistrado que circulou por jornais como *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Brasil*, ambos do Rio Janeiro.

Segundo relatos da própria redação do jornal *A Federação*, anos mais tarde, em 1911, era Pinto da Rocha que replicava os artigos de Ana Aurora: “Anna Aurora está no seu posto há muitos annos, desde o tempo em que Pinto da Rocha a fustigava, escrevendo coisas de espantar sobre Gomercindo Saraiva e Gaspar Martins”. (*A Federação*, Porto Alegre, quinta-feira, 14 de dezembro de 1911, p. 1). A refutação de Artur Pinto da Rocha à poesia de Ana Aurora está recheada de ataques à condição de mulher que adentrou no espaço político.

Por uma “aurora”  
Dona Aurora nos deliciou ontem com uma cartinha, recebida tão a tardinha,  
que mal podemos ler e apreciar toda a elegância daquele puf de heroína de teatro e de literata que nos recordou a Suarez, falando francês no Chateau-Margaux.  
Nós já sabíamos que dona Aurora é de faca na bota e cabelinho na venta.

Si se habituasse ao uso de bombachas, teria feito parte do exercito libertador, e só ao seu crepúsculo em não querer cavalgar a masculina, não é a exma, hoje, o tipo de uma dessas cartaginesas que cortavam os cabelos para o serviço das catapultas.

Não vestiu calças nem andou na guerra, por isso não é hoje a Joana D'Arc maragata ou a Joana papisa dos federalistas crédulos.

[...]

Acontece que o s. ex. nos dirigiu uma carta e, como sofre de exibicionite galopante, não esperou que a publicássemos e mandou copias ao alegre cômico, Carlos Maximiliano, e ao buraco dos percevejos da rua Nova, que se disputam a preferência na corte feita a exma.

Nada mais natural que a professora, que tem punhos para desfechar um revolver contra seu semelhante, não trema em firmar a riste declaração de que foi ela quem infamou a memória de um morto!

D. Aurora é uma mulher muito homem para isto

[...]

Não resta duvida; se dona Aurora estudar um pouquinho de gramática ainda será, um dia, a sacerdotisa dessa cafagestada. (*A Federação*, Porto Alegre, sábado, 10 de julho de 1897, p. 1).

Esse trecho demonstra os ataques misóginos e a tentativa do autor de expor ao ridículo Ana Aurora, caracterizando-a de forma masculinizada. Essa acusação de masculinização de Ana Aurora pode ser entendida por seu jeito de “anti-prenda”, como apontou Carlos Dias (2016, p. 185). Isso evidencia a preocupação em demarcar as condutas das mulheres e dos homens naquela sociedade de fins do século XIX. Sendo assim, ao construir uma carreira literária, mas, sobretudo midiática, pautada por temas políticos, Ana Aurora acabou enfrentando os “limites” sociais impostos ao gênero feminino. Inserindo-se em discussões, que teoricamente eram restritas aos homens, Ana Aurora materializou suas ideias publicamente, conseguindo, inclusive, levantar alguns questionamentos sobre a ordem vigente da época no que se referia aos papéis sociais das mulheres na vida pública.

Nesse sentido, Ana Aurora manifestou-se, em no artigo *A mulher e a sua missão na sociedade, n'A Reforma*, em 1894, sobre esses confrontos diretos que porventura teve com homens nos espaços públicos: “Não se negue à mulher certos direitos que não são, privilégio do homem, tais como defender-se, como puder quando é atacada, e o de ter ideias, de pensar, de julgar, enfim, de externar, quando lhe aprouver o seu juízo sobre as coisas e os acontecimentos”. (LISBOA, *A Reforma*, Porto Alegre, sexta-feira, 10 de agosto de 1894, p. 2).

No final do século XIX, foi possível encontrar algumas considerações sobre a participação política de Ana Aurora além dos jornais. Walter Spalding (1953, p. 63) relatou que Ana Aurora chegou a fundar a União Federalista de Senhoras (Rio Pardo). Contudo, Spalding não relatou o período de funcionamento dessa sociedade

e não foram encontrados documentos disponíveis que possam ampliar essa discussão. O máximo que conseguimos encontrar referente a essa sociedade, a União Federalista de Senhoras de Rio Pardo, foram informações localizadas a partir da acusação do promotor Josué José Barbosa nos autos.

[Ana Aurora] escrevia inspirados versos laudatórios a Gomercindo e sua gente, tirava esmolas para – a Cruz Vermelha e por todos os modos, até com as mesmas de sua escola (da qual preciso consignar aqui -, muitas saíram em seguida ao facto de 24 de janeiro) e fasia propaganda em favor dos Federaes”. (Processo Judicial/Crime nº 4868, Comarca de Rio Pardo, 1899, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - APERS).

Essa acusação de propagandear sobre os federalistas em sua escola sempre foi negada por Ana Aurora, tanto nos livros quanto em entrevistas. Contudo, a participação em sociedades, Ana Aurora nunca negou. Entre os grupos frequentados por Ana Aurora, a maioria eram beneficentes, recreativos e literários, muitos voltados só para mulheres. Podemos citar, como exemplo, o tradicional *Club Litterario e Recreativo de Rio Pardo* e o *Club Açusena*, este último fundado em 1904 e sediado em Rio Pardo, sendo exclusivo para “senhoritas e senhoras”. (Arquivo pessoal de Ana Aurora do Amaral Lisboa, caixa nº 1, AHMRP Biaggio Tarantino).

Voltamos, agora, ao período em que Ana Aurora contribuía no jornal *A Reforma*. Nessa época, pós-guerra civil, se tornou redator desse jornal Júlio Magalhães. A relação entre Ana Aurora e Júlio Magalhães iniciou no jornal *d’A Reforma*. Em uma correspondência ativa do acervo de Ana Aurora, podemos perceber como essa relação provavelmente foi iniciada: “Com grande satisfação recebi os originais que tivesses a bondade de enviar-me e que serão publicados amanhã [...], espero que a minha distinta patrícia consista que eu seja responsável pelas publicações de vossas produções”. (Correspondência de Júlio Magalhães à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Porto Alegre, 13 de julho de 1897, AHMRP Biaggio Tarantino).

Esse tipo de correspondência acima foi encontrado no acervo de Ana Aurora. De acordo Giselle Martins Venancio (2003, p. 26), uma correspondência expressa “relações de amizade e de prestígio político, são aquilo que Michel Trebitsch define como *correspondência-rede*, muito mais importantes pela função que desempenham do que por seu conteúdo”. Dentro desse grupo de cartas de Ana Aurora, foi possível definir como sendo maioria a “correspondência social” e “correspondências que tratam de assuntos políticos”. (VENANCIO, 2003, p. 26).

Júlio Magalhães foi um importante articulista da imprensa de Santa Maria. Assim como Ana Aurora, Júlio Magalhães era um ferrenho federalista. Em 1903, fundou o jornal *Gaspar Martins*, uma clara dedicatória ao líder político liberal/federalista Gaspar Silveira Martins. O mencionado periódico era um “órgão parlamentarista”, sendo extinguido com a morte do proprietário – Júlio Magalhães, em 1927.

De acordo com Márcio Alex Cordeiro Biavaschi (2005, p. 169), o jornal de Júlio Magalhães era vendido “com periodicidade a princípio quinzenal, passou a ser semanal, circulando às segundas-feiras, influenciando e combatendo as práticas políticas situacionistas e mesmo as oposicionistas em Santa Maria”. Mais do que isso, o jornal *Gaspar Martins* representou um dos principais periódicos federalistas no estado e um dos que Ana Aurora contribuiu com mais assiduidade.

O jornal *Gaspar Martins* contava com quatro páginas. As duas primeiras páginas eram caracterizadas por editoriais e artigos de opinião de colaboradores que tratavam da política regional e intrapartidária. Nas duas últimas, eram publicados temas como cultura e notícias que não tratavam de temas políticos, além de muitos anúncios publicitários.

A primeira página enfocava as discussões políticas do estado, embates com os republicanos e as discussões sobre os rumos do Partido Federalista. Na segunda página, eram tratados temas políticos locais, como se fosse um “segundo escalão” de colaboradores do jornal.

Os exemplares do jornal *Gaspar Martins* disponíveis estão custodiados no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM). Analisamos os jornais que contemplam os seguintes períodos: de janeiro a dezembro de 1906, de janeiro a dezembro de 1910, de janeiro a dezembro de 1917 e de janeiro a dezembro de 1918. Muitas folhas apresentam rasuras irreversíveis, sendo dificultoso o próprio manuseio das páginas desses maços do jornal. Por isso, nossa análise ocorrerá no ano de 1897 até 1906.

Os artigos de Ana Aurora eram, em sua maioria, publicados na primeira página do jornal. Somente em casos especiais havia publicações de Ana Aurora na segunda página, publicações sobre assuntos mais amenos, como sobre a comunidade religiosa da qual Ana Aurora participava em Rio Pardo<sup>5</sup>. Ao analisar as

---

<sup>5</sup> Como no caso da divulgação de rifas que Ana Aurora publicava no jornal para angariar fundos a uma igreja local.

colaborações de Ana Aurora no jornal *Gaspar Martins*, percebemos que a escritora rio-pardense era estimada por pares federalistas do jornal. Conseguimos identificar os artigos políticos de Ana Aurora e a publicação de poesias e teatros, em primeira mão, no próprio jornal federalista.

Em uma dessas publicações, podemos perceber sua relevância como uma colaborada estimada, no artigo em que homenageava João Nunes da Silva Tavares, o Joca Tavares, poucos dias após a sua morte, em janeiro de 1906<sup>6</sup>.

Os que entendem que apontar os erros dos heroes ou dos beneméritos, é faltar com a veneração devida a sua memoria, muito breve, talvez, terão que me accusar desse crime se, com o fallecimento do illustre presidente honorário do directorio central do partido.

Ao heroico chefe guerreiro da revolução de 93; ao benemérito soldado que defendeu a Patria nos campos inhospitos do Paraguay, ninguém saberá tributar mais gratidão, mais respeito e veneração do que a sua humilde compatriota que traça estas linhas. (LISBOA, *Jornal Gaspar Martins*, Santa Maria, sábado, 20 de janeiro de 1906, p. 1).

Esse texto de Ana Aurora, como vemos, consiste em uma homenagem ao general Joca Tavares, líder dos federalistas na guerra de 1893, poucos após a sua morte do general em janeiro de 1906.

\*

Fundado em 1892 e extinto em 1928, o Partido Federalista foi o partido de oposição mais longo existente durante o período do castilhismo-borgismo. Outros partidos foram criados e extintos e não tiveram a mesma força e duração que o federalista, como a agremiação do Partido Republicano Liberal, por exemplo, criado em 1906, e o Partido Republicano Democrático, criado em 1908.

O Partido Federalista tinha entre os principais representantes, além de Silveira Martins, a família Silva Tavares, Rafael Cabeda, políticos da capital, como o Bernardino da Cunha Bittencourt (médico e ex-deputado conservador), Apolinário Porto Alegre (intelectual e um dos fundadores do Partido Republicano e que se tornou dissidente), o ex-deputado liberal Joaquim Pedro Salgado e o comerciante e

---

<sup>6</sup> Joca Tavares nasceu em Herval, no dia 24 de maio de 1818, e morreu em Bagé, no dia 9 de janeiro de 1906. Joca Tavares era estancieiro, general e político. Foi presidente do estado do Rio Grande do Sul durante os meses de junho a julho de 1892, durante o período de instabilidade no início do governo republicano no Rio Grande do Sul, em que houve vários presidentes do estado em um curto espaço de tempo. Essa sucessão de presidentes do estado do Rio Grande do Sul ficou conhecido como "governicho", termo cunhado por Júlio de Castilhos. Joca Tavares participou da Revolução Farroupilha (1835-1845) e da Guerra do Paraguai (1864-1870), além de ser um dos principais comandantes dos maragatos na Revolução Federalista (1893-1895). Junto com Inocêncio Galvão, assinam o tratado de paz da Revolução Federalista, em Pelotas (1895).

maçom Emílio da Silva Ferreira. (FRANCO, 2007, p. 135). A cidade de Pelotas tinha representantes da família Maciel, como o Dr. Leopoldo Antunes Maciel (Barão de São Luís) e seu irmão Francisco Antunes Maciel; de São Gabriel, comparecia “Juca Tigre”, o apelido de José Serafim de Castilhos. De Passo Fundo, o principal representante dos federalistas, desde sua fundação, era o ex-deputado e advogado Antônio Prestes Guimarães e familiares. (FRANCO, 2007, p. 135).

Alguns nomes dessa lista não são de todo desconhecidos de nossa personagem. Em 1894, logo após ser instaurado o inquérito contra Ana Aurora por tentar matar Antero Fontoura em sua loja, Francisco Ferreira Prestes, irmão de Antônio Prestes Guimarães, enviou um telegrama à professora de Rio Pardo. “Ciente do fato ontem ocorrido entre vós e o cidadão Antero Fontoura e sendo possível que venhas a carecer de um advogado, tenho a honra de oferecer-vos o meu patrocínio, fraco, porém, interessado”. (Correspondência de Francisco Ferreira Prestes à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Rio Pardo, 25 de setembro de 1894, AHMRP Biaggio Tarantino).

Após a derrota em 1895, os federalistas organizaram um novo congresso em Porto Alegre, em 1896, presidido por Gaspar Silveira Martins. De acordo com Sérgio da Costa Franco, esse congresso “se corporificou no programa então aprovado, não mais um programa de ação regional como o de 1892, mas um plano de ação com ambições nacionais”. (FRANCO, 2007, p. 142). O programa dos federalistas em si, era direcionado para uma política centralizante. Como aponta Joseph Love (1975, p. 91):

Os federalistas [...] formaram o setor mais amplo da oposição e mantiveram-se firmes na sua dedicação pela organização parlamentarista em nível federal, reivindicando a eleição do Presidente pelo Congresso e a participação dos Ministros nas sessões do Legislativo. [...] O outro componente da oposição [federalista] os que haviam rompido com a chefia do Partido Republicano – tinha menos coesão; seus membros eram geralmente menos cuidadosos em relação a uma aliança com os federalistas.

Sérgio Franco (2007, p. 143) aponta a influência do Partido Federalista do Rio Grande do Sul, com o mesmo estilo do *Federalist Party*, dos Estados Unidos da América, cuja orientação promovia a centralização política ao contrário de um maior poder dos estados. Ao analisar os documentos do congresso de 1896, o mesmo autor aponta que houve divergências entre federalistas, como pode ser analisado no

resumo do discurso de Gaspar Silveira Martins durante o congresso em Porto Alegre.

Discorda da opinião do conselheiro Henrique D'Ávila no tocante à organização partidária. O partido não pode ser formado por todos, porque um partido precisa ter programa, ter idéias, e só podem pertencer àquele, os que estiverem de acordo com esse programa e com essas idéias.

[...]

Também não está de acordo com o Dr. Wenceslau Escobar quanto ao adiamento da propaganda para a revisão da Constituição Federal. Não somos governo: precisamos, pois, ter um programa para quando o formos. – O programa de um partido é uma coisa vasta; o programa de um governo é limitado. O primeiro pode levar vinte anos para ser realizado; o segundo pode ser esgotado em pouco tempo. Quanto ao Estado, não temos uma Constituição a reformar; temos uma Constituição a substituir. – Tal pensamento já foi acentuado no Congresso de Bagé; já está firmado como programa do partido e já foi consagrado pela revolução e pela maioria do povo rio-grandense. – Temos hoje a traçar o nosso programa quanto à Constituição Federal, que é um maquinismo mal organizado. (FRANCO, 2007, p. 142).

Sérgio da Costa Franco (2007, p. 142-143) considera que, no primeiro trecho citando Henrique D'Ávila, Gaspar Silveira Martins estivesse debatendo sobre a inclusão dos “nórmicos” na política federalista. Em relação ao apontamento de Wenceslau Escobar, Gaspar Martins era contra a ideia de que o partido primeiro aceitasse, de maneira provisória, o presidencialismo baseado na Constituição Federal de 1891, para, depois, propor a mudança para um parlamentarismo no estado<sup>7</sup>.

Os “nórmicos” eram dissidentes republicanos vindos do republicanismo positivista. O sectarismo de Júlio de Castilhos dentro do PRR provocou dissidências que foram expressas na formação do Partido Republicano Liberal (PRL), em 1896. Esse grupo de republicanos reuniam demetristas, como o próprio Demétrio Ribeiro, Barros Cassal, Antão Faria, e os “autonomistas” ou “nórmicos”, que incluíam líderes como Homero Baptistta, Pedro Moacyr, Álvaro Baptista, Francisco Miranda, etc. (FRANCO, 2007, p. 138). O partido teve uma curta duração e suas ideias eram divulgadas pelo jornal A República. Conforme Sérgio da Costa Franco (2007, p. 139):

<sup>7</sup> Destaca-se alguns itens importantes que foram aprovados no congresso federalista de 1896: “I. República parlamentar; II. Eleição do presidente pelo Congresso Nacional; III. Reforma da bandeira nacional com a absoluta supressão do lema da religião anticristã de Augusto Comte; IV. Os militares em atividades não poderão votar; no caso de serem eleitos, só poderão exercer a função política mediante prévia reforma ou emissão do serviço do Exército”.

Era de seu programa a revisão da Constituição Estadual, para afeiçoá-la às regras da Federal, e a defesa da autonomia municipal. Receberam, seus fundadores, o rótulo de “nórmicos”, porque alegavam que o Partido Republicano Rio-Grandense se havia afastado das “normas” consagradas em seu nascedouro e durante a propaganda republicana.

Houve tentativas de arranjos políticos para fundir o Partido Republicano Liberal com o Partido Federalista em 1897, porém, essa proposta fracassou. Assim, muitos dos membros do PRL, que fora dissolvido, reagruparam-se no PRR, como no caso da família Baptista, ou se incorporaram ao Partido Federalista, como no caso de Pedro Moacyr. “A rejeição à fusão partiu do próprio Silveira Martins, quando teria proferido sua famosa sentença: ‘Ideias não são metais, que se fundem’”. (FRANCO, 2007, p. 139).

Gaspar Silveira Martins morreu em 1901. Nesse ano, havia uma atmosfera, no Rio Grande do Sul, de um novo levante dos federalistas. Nesse contexto, o PRR e os federalistas buscavam formar alianças, no plano internacional, com os uruguaios. De acordo com Joseph Love (1975, p. 104), “para os rio-grandenses, a questão não se tratava tanto de quem ocuparia o palácio presidencial em Montevideú, mas de quem exerceria o domínio sobre a fronteira”. No conflito interno uruguaio, os federalistas e os republicanos buscavam apoio político dos partidos *blanco* e *colorado*, tendo em vista poder controlar a fronteira entre Brasil e Uruguai, um ponto estratégico para uma possível nova guerra civil.

Já em 1906, Aparício e João Francisco haviam encetado negociações em prol de uma aliança *blancos*-PRR, plano que subsequente foi aprovado por Castilhos, a fim de impedir um alinhamento dos *blancos* com Silveira Martins. [...] Entrementes, Silveira Martins e seu lugar-tenente Rafael Cabeda haviam solidificado fortes vínculos com os *colorados* (dentre os dois partidos uruguaios, era com este que o Tribuno estivera mais ligado durante o Império). (LOVE, 1975, p. 104-105).

Além de Gaspar Martins, que morreu em Montevideú, havia outro membro do diretório central do Partido Federalista, o advogado “normista” Pedro Moacyr, que possuía o intuito de formular um novo programa de reformas políticas junto com Gaspar Silveira Martins. Sérgio da Costa Franco aponta que Pedro Moacyr tinha tido uma entrevista com Gaspar Silveira Martins na véspera de sua morte, resultando naquilo que ficou conhecido como o “testamento político” de líder Gaspar Silveira Martins. (FRANCO, 2007, p. 145).

Esse “testamento político” de Silveira Martins foi apresentado no dia 3 de setembro de 1901, através do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. Conhecido como um novo programa político dos federalistas, esse documento teve o firmamento de Pedro Moacyr, Rafael Cabeda, Barros Cassal e Alcides de Mendonça Lima. (FRANCO, 2007, p. 145).<sup>8</sup>

O “testamento político” de Gaspar Silveira Martins não foi bem aceito por alguns setores do Partido Federalista, em especial pelo conselheiro Antunes Maciel, líder federalista pelotense, e seus asseclas. Somente muitos anos depois, algumas partes do testamento seriam aceitas em um novo congresso partidário. (FRANCO, 2007, p. 145).

É nesse contexto que está situado o posicionamento político de Ana Aurora, ao lado do conselheiro Maciel, que desconfiava, sobretudo, do grupo “normista” entre os federalistas, encarnado na figura de Pedro Moacyr. Ainda em 1901, pouco tempo depois da morte de Gaspar Silveira Martins, outra sociedade política esteve

---

<sup>8</sup> Sérgio da Costa Franco (2007, p. 145-46) transcreveu esse documento: “1º - Eleição do Presidente da República pelo Congresso Nacional (sistema francês); 2º - Supressão consequente do cargo de vice-presidente da República. 3º - Ampliamento dos casos de intervenção federal nos Estados (sistema argentino, em fundo). 4º - Os ministros poderão assistir às sessões do Congresso, tomar parte no debate e responderão às interpelações na Câmara, mediante aprovação, pela maioria, da proposta de interpelação proposta por qualquer deputado. 5º - Os ministros reunir-se-ão em gabinete, ou conselho, havendo um presidente, sob a direção do Presidente da República, com responsabilidade solidária nas questões políticas e de alta administração. 6º - Os ministros serão livremente nomeados e demitidos pelo Presidente da República, que, porém, será obrigado a demiti-los sempre que o Congresso, reunido em comissão geral, manifestar-lhes desconfiança por dois terços dos presentes. 7º - O mandato presidencial será de sete anos, o da Câmara dos Deputados de quatro anos, e o do Senado Federal, de oito anos, sem renovação parcial. 8º - A Câmara será reduzida a cento e cinquenta deputados, aproximadamente, estabelecido novo e mais largo quociente para a representação. 9º - Não haverá subsídio nas prorogações, podendo o Congresso funcionar cinco meses. 10º - As Constituições dos Estados serão revistas pelo Senado Federal, que lhes dará o tipo político uniforme da União. 11 - Sempre que houver reforma constitucional em um Estado, será submetida à aprovação do mesmo Senado, sem a qual não prevalecerá. 12 - Unidade de direito e de processo. 13 - Das decisões finais das magistraturas locais, haverá sempre recurso voluntário para a Justiça Federal, que, além dos órgãos existentes, terá tribunais regionais de revista no sul, norte e centro da República. 14 - Ao Supremo Tribunal Federal incumbirão, além das atuais atribuições, o processo e o julgamento nos crimes políticos de responsabilidade dos altos funcionários da União e dos Estados. 15 - As rendas e impostos da União e dos Estados sofrerão nova e radical discriminação, de modo a ficar aquela dotada com mais abundantes recursos. 16 - Os Estados não poderão contrair empréstimos externos sem prévia aprovação do Senado Federal. 17 - Os Estados não poderão organizar polícias com caráter militar, isto é, com o armamento, tipo e mais condições peculiares ao Exército e à Guarda Nacional, incumbindo o serviço de segurança a guardas civis, de exclusiva competência municipal. 18 - Reverterão ao domínio da União as terras devolutas. 19 - Os governos estrangeiros não poderão adquirir imóveis no território nacional sem expresse consentimento do Poder Executivo. 20 - Haverá uma só lei eleitoral para todo o país (União, Estados e municípios). 21 - Será mantida a autonomia municipal, porém, as leis orgânicas respectivas e as de orçamento submetidas à aprovação das legislaturas estaduais. 22 - Os governadores dos Estados serão eleitos por sufrágio direto de cada um, em lista tríplice, da qual o Senado Federal escolherá o Governador, ficando os outros votados classificados 1º e 2º vice-governadores”.

no percurso de Ana Aurora, como relata o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, em setembro de 1901.

Porto Alegre, 7 de setembro.

Um grupo de moços fundou hoje um club político e litterario a que derão o nome Silveira Martins. Eleita a Directoria provisória, ficou resolvido conferir o título de socia honoraria a poetiza Anna Aurora do Amaral Lisboa, residente em Rio Pardo. (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, domingo, 8 de setembro de 1901, p. 1)

Essa pequena notícia evidencia um novo patamar na vida política e intelectual de Ana Aurora. O reconhecimento como sócia honorária de um clube político federalista deve ser entendido como uma expressão de aceitação do espaço público masculino aos movimentos de sociabilidade de mulheres como Ana Aurora. Roger Chartier refere-se a essas estratégias das mulheres como “tática do consentimento”, vislumbrada em formas de resistência, luta e negociação da ação política das mulheres, que buscavam se inserir no espaço público, como a vida política. Essa tática era baseada “em estratégias e escolhas minuciosas, operadas não pelo confronto, rejeição ou recusa explícitos, mas pela apropriação de um modelo imposto, mobilizando-o para seus próprios fins”. (CHARTIER, 1995, p. 41-42).

Os caminhos que levam à atuação política de Ana Aurora em sociedades de caráter político poderiam traçar um percurso mais amplo, porém, o rastro da escritora nestas sociedades acaba por apresentar lacunas que não permitem desenhar uma trajetória mais ampla, exatamente pela carência de fontes. Contudo, é bastante simbólico esse título conferido à Ana Aurora, o que nos permite inferir a relevância das opiniões políticas que Ana Aurora apresentava aos seus pares, mais do que isso, o que está em pauta é a presença de opiniões femininas e seu alcance

Ainda em 1901, ocorreu um novo congresso dos federalistas, dessa vez em Bagé. “O congresso de 1901 elegeu como membros do Diretório Federalista: Joca Tavares, como presidente, mais Antônio Prestes Guimarães, Felipe Portinho, Estácio Azambuja, José Bonifácio da Silva Tavares, Saturnino Arruda, Rafael Cabeda e Fortunato Barreto”. (FRANCO, 2007, p. 147). Fortunato Barreto era líder federalista em Rio Pardo, amigo e advogado de Ana Aurora de longa data.

Esse congresso elegeu Joca Tavares como presidente e, para o diretório, foram escolhidos membros que tinham vivido a experiência militar na guerra de 1893-95, isto porque, naquele ano, havia rumores de uma nova rebelião dos federalistas. Como afirma Sérgio da Costa Franco (2007, p. 147), “o congresso

demonstrou que não se submetia servilmente ao pensamento do líder falecido [Gaspar Silveira Martins]”, sendo que o congresso federalista acabou adotando “como resolução a proposta apresentada pelo coronel José Bonifácio da Silva Tavares”.

Conforme já dito, o *Gaspar Martins* tinha uma postura, dentro dos federalistas, como um jornal parlamentarista. O Partido Federalista apresentou, ao longo de sua existência, discordâncias internas que reverberavam na própria imprensa maragata. O jornal em questão atuou ativamente a favor da proposta parlamentarista e fazia fortes críticas aos federalistas – muitos vindos da dissidência republicana – que colocavam o parlamentarismo em segundo plano.

Para ilustrar esta questão, recorremos a um editorial de 20 de janeiro de 1906. Neste, o jornal ataca o escritor Wenceslau Escobar, membro do diretório federalista: “O sr. Dr. Escobar, não pôde ser o fiel representante do nosso tradicional partido”. (*Gaspar Martins*, Santa Maria: sábado, 20 de janeiro de 1906, p. 1). A crítica refere-se a um discurso de Wenceslau Escobar em uma reunião do diretório do Partido Federalista em que Escobar afirmava que: “Além destas theses, temos a do parlamentarismo que, em absoluto, não se pôde dizer que seja superior ao presidencialismo, nem este melhor que aquelle, ambos tem defeitos, mas com homens probos, patriotas todos os regimens são bons”. (*Gaspar Martins*, Santa Maria: sábado, 20 de janeiro de 1906, p. 1).

Os parlamentaristas do *Gaspar Martins* tinham enormes desconfianças com relação a nomes como Wenceslau Escobar, pois este tinha sido dissidente do PRR antes mesmo da queda da monarquia. Pedro Moacyr, Carlos Maximiliano (que fora editor do jornal *A Reforma*) eram outros nomes que frequentemente eram atacados no jornal *Gaspar Martins*.

Quando Ana Aurora escrevera um verso em homenagem ao general Joca Tavares, o líder do diretório central era o conselheiro Maciel. Além do objetivo de homenagear um dos chefes federalistas, podemos obter informações mais específicas sobre a orientação política de Ana Aurora dentro do Partido Federalista:

A actualidade não comporta considerações e [inelegível], quando se tratar de apurar Responsabilidades dos males em que se debate o partido, eu obedeço a craseado orientação política do conselheiro Maciel e dá maioria do directório, porque a considero a única legitimamente democrata.

[...]

Assim, depois de haver vacillado algum tempo, resolvi-me a traçar destas linhas, definindo a attitude que pretendo manter ao futuro, no serviço do

partido a que me votei. (LISBOA, *Jornal Gaspar Martins*, Santa Maria, sábado, 20 de janeiro de 1906, p. 1).

Como as mulheres não tinham direitos políticos, essa assiduidade de Ana Aurora em abordar causas políticas demonstra seu anseio por participar dos debates políticos na imprensa, como a intenção de empenhar-se na militância política. Além disso, essa citação apresenta um indício das polêmicas em que os federalistas estavam envolvidos dentro do próprio partido. Esse trecho demonstra o posicionamento político de Ana Aurora ao se afirmar como parte do grupo do conselheiro Maciel e que estava em sintonia com Júlio Magalhães, dentro do próprio Partido Federalista.

Esses dois artigos publicados no *Gaspar Martins*, em janeiro de 1906, estão inseridos em contexto eleitoral de muita tensão e expectativas por parte dos federalistas com relação ao pleito que se avizinhava naquele ano. Pela primeira vez, o Partido Federalista iria disputar um pleito federal no dia 30 de janeiro de 1906, com chances reais de êxito. Eis na coluna editorial do *Gaspar Martins* a propaganda política, logo na segunda-feira, dia 29 de janeiro de 1906, um dia antes das eleições:

O illustre chefe do nosso partido, Exmo. Sr. Conselheiro Francisco Antunes Maciel e a maioria do Directório apresentam candidatos às eleições federaes no dia 30 do corrente os nossos dignos co-religionarios abaixo declarado:

PARA SENADOR

Dr. Aureliano Pinto Barbosa.

PARA DEPUTADOS

1º disctricto eleitoral

Dr. Antonio Austo de Carvalho.

2º disctricto eleitoral

Conselheiro Francisco Antunes Maciel.

Antonio Ferreira Prestes Guimarães.

3º disctricto eleitoral

Dr. Carlos Ferreira Ramos.

Confiantes no patriotismo e lealdade dos nossos companheiros, o nosso preclaro Chefe e a digna maioria do Directório conta com o comparecimento de todos os federalistas no dia 30 do corrente afim de serem suffragados os nomes acima citados. (*Gaspar Martins*, Santa Maria, segunda-feira, 29 de janeiro de 1906, p. 1).

Desses nomes sugeridos pelo grupo do conselheiro Maciel para a votação de 1906, poucos alcançaram êxito. Do grupo apoiado por Ana Aurora, apenas o conselheiro Francisco Antunes Maciel, no 2º distrito, foi eleito. O outro grupo foi representado por Wenceslau Escobar, no 1º distrito, e Pedro Gonçalves Moacyr, no 3º distrito.

Analisando os nomes, não aparece a propaganda para votar em Pedro Moacyr, do 3º distrito eleitoral, outro quadro importante do Partido Federalista. Isso indica que a divisão entre os federalistas era pública e notória. Essa dissensão interna no partido ficou mais evidente quando o advogado Carlos Ferreira Ramos contestou, na Câmara dos Deputados, o resultado das eleições, na qual Pedro Moacyr havia angariado mais votos no 3º distrito. Essa dificuldade de eleger deputados opositores não está atrelada à desunião da oposição federalista ao governo do PRR. (FRANCO, 2007, p. 153).

Como demonstra Sérgio da Costa Franco, não havia tido embate da oposição com a situação em pleito eleitoral. “As leis eleitorais desde o Regulamento Alvim, de 1890, passando pelos decretos e regulamentos subsequentes, não garantiam qualquer segurança à disputa de votos pelos opositores”. (FRANCO, 2007, p. 148). Eram os governos municipais, controlados pelo PRR, que faziam o processo de alistamento, a organização das seções eleitorais e a própria apuração dos votos. Desse modo, “não havia condições para exercer oposição através do voto, só os jornais partidários a praticavam”. (FRANCO, 2007, p. 148).

Somente a “Lei Rosa e Silva”, de 1904, garantirá maior seriedade aos pleitos eleitorais, reformando a legislação eleitoral brasileira ao inserir o Poder Judiciário no alistamento eleitoral. (FRANCO, 2007, p. 148). Borges de Medeiros negou certos itens dos dispositivos da Lei Rosa e Silva, justificando que estes ofenderiam a Constituição Estadual: “Mas, no tocante ao alistamento e organização das eleições federais, [Borges de Medeiros] submeteu-se às determinações da nova lei”. (FRANCO, 2007, p. 149).

Essa circunstância permite dimensionar o papel que Ana Aurora desempenhou politicamente. Se a oposição ao governo tinha limitações para exercer a política partidária e, sendo a imprensa a principal forma de fazer oposição, Ana Aurora se inseriu em um ambiente político, a partir das “brechas” que o contexto social e político fornecia, ou seja, pois ela estava em um partido político estrangulado militarmente e politicamente pelo governo do PRR.

Há de se pensar que, talvez, em condições de maior instabilidade política no estado e de maior poder político dos federalistas, essa ascensão política de Ana Aurora pudesse ter sido “contida”, no sentido de um partido político oferecer oportunidades de dar “voz” à uma mulher professora e escritora, pois, entre os próprios federalistas, Ana Aurora encontrou muitas resistências. De qualquer forma,

isso demonstra um êxito de Ana Aurora ao criar estratégias para construir sua reputação política.

Em um artigo publicado em fevereiro de 1906, Ana Aurora respondeu a um correligionário federalista chamado Moraes Fernandes, entusiasta de Wenceslau Escobar, que tinha sido recém-eleito deputado:

Em um momento de revolta insopitavel contra o despotismo que tanto exovalha a altiva pátria de Silveira Martins, abastardando o caracter deste nobre povo, rompi com os preconceitos que tolhem á mulher as luctas da política, e colloquei-me ao lado dos que lavraram o protesto patriótico da revolução de 93. O meu fraco concurso foi acceito, sem que entre os meus correligionários uma voz se erguesse para me aconselhar que me afastasse da lucta em que ia tomar parte, e na qual tenho permanecido sem um instante de desfallecimento. Não sirvo o partido por ambição, nem tenho outra aspiração que não seja a de ver triumphantes as ideias que Gaspar Martins, em quem symboliso o genuino patriota, me fizera abraçar convictamente. (LISBOA, *Jornal Gaspar Martins*, quarta-feira, 21 de fevereiro de 1906, p. 1).

Esse trecho inicial era comum nos textos em que Ana Aurora era mais incisiva, utilizando-se de afirmações como “o meu fraco concurso foi acceito” e “não sirvo ao partido por ambição”, defendendo-se dos principais ataques que porventura fosse sofrer. O que queremos dizer é que Ana Aurora primeiro justificava-se por ser uma mulher que se inseria no debate político. A continuação desse artigo de Ana Aurora demonstrou como esta pensava sobre as tensões e os conflitos dentro do Partido Federalista.

Vendo scindido o partido a que jurei servir, não era possível manter-me numa neutralidade que reprovos nos outros: a consciência, que me acostumei a ouvir, mostrou-me de um lado os fieis adeptos das ideias do partido e do outro aquelles que desde a morte do chete teem procurado minar-lhe a obra grandiosa; e não vacillei, como não vacillará todo aquelle que não iludido em sua boa fé, não subordinar a justiça e a verdade a interesses subalternos.

A minha attitude é a mesma de sempre: porque não aponta o meu joven e talentoso patricio as falhas do meu proceder para com o partido, que o fizeram mudar de opinião a meu respeito?

Não allego serviços, que não os tenho na medida dos meus desejos nem para merecer que os levem em consideração: allego apenas a coherencia do meu procedimento, para dizer ao sr. Moraes Fernandes que não atino com o motivo de suas allusões á minha pessoa. Estou certa de que a esta hora já o meu jovem correligionário reflectiu sobre o que lhe espacou no entusiasmo de sua propaganda em favor do dr. Wenceslau Escobar; porém, se me engano, e se s. s. pretende continuar nesse terrno, dir-lhe-ei que empregaria melhor o tempo demonstrando os serviços prestados ao partido por aquelles que s. s. se empenha em apresentar como beneméritos.

Para finalizar, penso que osr. Moraes Fernandes sabe muito bem que o meio de que lançou mão para ferir-me, é o menos effcaz para demover-me

da attitude que assumi em face da scisão, (tão habilmente preparada pelos aliados do sr. Pinheiro Machado), operada no partido; pergunte-o á Federação. Nunca me assustei com o ridículo ou com as injurias: são armas muito fracas.

Se o que move a aggridir-me é o que tenho escripto sobre os drs. Carlos Maximiliano e Wenceslau Escobar, retratar-me-ei, se s. s. convercer-me de que faltei á verdade na menor das minhas asserções.

A verdade não se destróe com semelhantes recurso. (LISBOA, *Jornal Gaspar Martins*, quarta-feira, 21 de fevereiro de 1906, p. 1).

Esse artigo demonstra de maneira ainda mais clara o posicionamento de Ana Aurora nas dissensões do Partido Federalista, sendo uma defensora do parlamentarismo e do grupo do conselheiro Maciel e crítica aos *normistas* e republicanos dissidentes.

Por sua vez, demonstrou que Ana Aurora também travava embates nos jornais com federalistas também, no caso, o grupo conhecido como os *normistas* e os republicanos dissidentes que estavam acolhidos no Partido Federalista. Nesse sentido, Ana Aurora não via com bons olhos a união dos federalistas como esses grupos para combater a hegemonia do PRR. Ana Aurora não era favorável que os federalistas buscassem de um pragmatismo político na hora de pensar em tecer acordos políticos com outros grupos da oposição.

Chamou a atenção, no *Gaspar Martins*, artigo que aparenta ser de Ana Aurora. A escritora publicou muitos textos através de pseudônimos, como “*Uma riograndense*”, no jornal *A Reforma*. Esse artigo, de 7 de abril de 1906, é assinado por “*Uma rio-pardense*”. O artigo se refere à economia de Rio Pardo, questionando a falta de capacidade da cidade e das lideranças políticas locais em procurar formas de se industrializar: “Riopardenses não deixeis morrer o Rio Pardo, sem tentar tudo para salvá-lo, não conteis com o elemento militar: voltai-vos para a indústria”. (*Gaspar Martins*, Santa Maria, sábado 7 de abril de 1906, p. 3).

É plausível que outra escritora rio-pardense tenha enviado esse artigo. Contudo, mesmo não sendo Ana Aurora, apesar da clara semelhança entre “*Uma riopardense*” e “*Uma riograndense*”, percebemos a mesma preocupação e constrangimento de uma mulher enviar, anonimamente, um artigo político tão direto sobre os rumos da política econômica na cidade de Rio Pardo para um jornal político sendo escrito, lido e apreciado por um grupo majoritariamente masculino.

Caso seja de Ana Aurora esse artigo, é um dos textos em que ela não precisou, de algum modo, se justificar para falar de política por ser uma mulher. É um texto que discute sobre a política local de Rio Pardo. É curioso, pois em 21 de

abril de 1906, ou seja, duas semanas após o artigo da “*Uma riopardense*”, Ana Aurora teve que se defender, através do Gaspar Martins, da alegação de estar interferindo na política local de Rio Pardo. Assim a escritora afirmou:

Em uma correspondência d'aqui para a “Federação” se diz que o sr. Affonso Soares declarava antes das eleições que não votaria, *emquanto eu interviesse na política local.*

Não acredito nisso porque, sem que eu houvesse em nada modificado a minha attitude politica, cumprui S. S. muito espontaneamente o seu dever cívico; mas a occasião se me figura propicia para explanar o caso da minha intervenção na politica local com que tanto se explora.

Essa intervenção cifra-se toda em aplaudir os que luctam e, na qualidade de collaboradora política do Gaspar Marins, a enviar-lhe as noticias que interessam ao partido.

Tenho voto nas reuniões políticas? Influi em cousa alguma na eleição dos directorios?

Apontem um só facto que prove a minha intervenção na política local e não façam accusações vagas.

Só uma vez dirigi a palavra aos meus correligionários reunidos e foi para pedir-lhes que o Club que iam fundar recebesse o nome de “Gaspar Barreto”, facto que supponho *não influiu na política local.*

Que eu me occupo de politica não é mysterio para ninguém; porém que eu influa na politica local, em sua direcção ou na sua marcha, é uma falsidade, uma mentira indigna.

Atrever-se-á alguém a admitir que o capitão Quinca Porto, chefe do partido no município, e o dr. Fortunato Barreto, presidente do Club Gaspar Barreto, e os demais membros da directoria deste, se sujeitem á minha intervenção na direcção local do partido?

[...] para se mostrarem patriotas e federalistas, não é necessário affastar da lucta aquella cujo auxilio por insignificante que seja lhes é espontaneamente offerecido, sem mira em recompensa alguma, a não ser a satisfação de trabalhar pelo triumpho das ideias de Silveira Martins, pelo triumpho do partido federalista.

Pois bem, meus correligionários, o que o capitão Joaquim Pinto Porto, um bravo, e o dr. Fortunato Barreto, um moço de talento e illustração, aceitam, sem se sulgarem humilhados, permite-m' o vós todos: deixai que eu sirva o partido federalista, como até aqui, e despresai as intrigas com que se procura indispor contra mim e vosso amor-próprio. (LISBOA, *Jornal Gaspar Martins*, sábado, 21 de abril de 1906, p. 2).

O texto pode ser visto como uma “confissão de fé” do fazer política de Ana Aurora, ao mesmo tempo em que nega exercer influência nos rumos do diretório federalista de Rio Pardo. Mesmo que só o simples fato de Ana Aurora participar de reuniões do Club Gaspar Barreto [clube político federalista] possa ter causado um desconforto misógino de alguns membros pelo simples fato de Ana Aurora ser mulher, essa intervenção de Ana Aurora podia ser compreendida pelo seu acusador Affonso Soares como a própria atuação de Ana Aurora no jornal *Gaspar Martins*.

Havia uma limitação social e institucional para mulheres participarem da política, mas o fazer política da Ana Aurora era viável na imprensa, através da

publicação de seus textos. Ana Aurora defendia-se exatamente negando sua atuação política nas instâncias institucionais. Não encontramos o artigo de Affonso Soares ao qual Ana Aurora se refere. Aliás, esse é mais um texto em que a escritora se justifica por estar em meio ao debate político.

Se, por um lado, é difícil de apresentar indícios de que Ana Aurora interferisse nos rumos da política institucional na localidade de Rio Pardo através de sua influência, por outro lado, esse artigo apresenta uma preocupação masculina relacionada ao fato de uma mulher adentrar, ou melhor, participar da vida política partidária, vista como ambiente exclusivamente masculino. Foi possível identificar, ainda, outra atuação de Ana Aurora na política e, mais uma vez, percebemos o desprezo e a ironia de seus críticos ao verem Ana Aurora como *persona* pública na vida política. No jornal *A Federação*, órgão oficial do PRR, no dia 29 de janeiro de 1909, encontramos a seguinte passagem:

Assumiu o commando em chefe das tropas macielistas [conselheiro Maciel] de Rio Pardo a exma. Sra. D. Anna Aurora do Amaral Lisboa. A velha cidade agita-se toda ao rumor das salas másculas da generalíssima. A Semirames rio-grandense está no seu posto de honra, dando formal desmentido a Ferri e outros idiotas que pregam a imprestabilidade da mulher em assumptos da competência masculina. (*A Federação*, sexta-feira, 29 de janeiro de 1901, p. 2).

Semíramis era uma lendária rainha que teria governado Pérsia, Assíria, Armênia, Arábia, Egito e a Ásia, um símbolo de mulher governante. Essas comparações de personagens históricas ou lendárias da história mundial com Ana Aurora foram muito utilizadas ao longo da trajetória da escritora na imprensa sul-rio-grandense. Em outra nota que trata da trajetória política de Ana Aurora em sociedades, o jornal *A Federação* novamente insinua que ela comandava os federalistas no cenário político local:

Ouvimos dizer que a vaga aberta no directório federalista com a morte do venerando Prestes Guimarães sera preenchida por Ana Aurora do Amaral Lisboa, como homenagem à guarda-velha. Caso esta não aceite o alto cargo, será oferecido ao velho jornalista adversário Julio Magalhães. (*A Federação*, Porto Alegre, sábado, 23 de setembro de 1911, p. 2).

Eram insinuações comuns por parte dos republicanos quando se referiam à escritora Ana Aurora. Na verdade, parecia ser intenção do jornal do PRR, ao projetar

a influência de Ana Aurora dentro do Partido Federalista, ridicularizar o adversário exatamente pelo desdém misógino com que tratava a escritora.

Assim, Ana Aurora foi tecendo seus caminhos, justificando-se contra aqueles que a atavam pelo seu gênero, mas também rebatendo as críticas misóginas, sinalizando-as como irracionais e refratárias à trajetória de uma mulher participando da política.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, buscamos, primeiramente, explorar a vida familiar de Ana Aurora, algo que, na produção historiográfica sobre a personagem, passava despercebido. Dimensionando a faixa econômica-social de sua família, foi possível entender que Ana Aurora teve um suporte familiar para sua carreira de professora e escritora, pelo capital social da família e pela influência dos laços familiares.

A partir dos processos judiciais, das correspondências trocadas entre Ana Aurora e Adolfo Lisboa e dos relatos de Ana Aurora e de seu pai, foi possível discutir sobre a vida cotidiana da família Amaral Lisboa, bem como rastrear e entender como foram os primeiros passos de Ana Aurora como escritora. Esse aspecto da vida privada foi importante para, até mesmo, tensionar a relação indivíduo e social, sobretudo no que se refere ao constante deslocamento entre os polos público x privado, presentes num trabalho biográfico.

Discutir sua caminhada como escritora foi fundamental para compreender melhor as relações familiares e políticas conflituosas apresentadas no segundo capítulo. Exploramos o processo-crime que resultou num fato biográfico relevante para a trajetória política de Ana Aurora.

A busca pela defesa da honra (sua e, ao mesmo tempo, da família Amaral Lisboa) revelou as disputas políticas entre o poder local em um momento de tensões e conflitos sociais gerados pela Revolução Federalista. Por meio de uma análise micro, foi possível conectar a atuação de Ana Aurora com o contexto político local e regional.

Compreendemos como as noções de gênero, honra, masculinidade e feminilidade foram importantes nas atitudes e discursos dos personagens ao longo do processo e, posteriormente, nos jornais. Podemos perceber que a defesa da honra não se desassociava da política.

A forma como Ana Aurora se defendeu ao longo desse período conturbado de 1893-1895 ficou marcada por uma força simbólica em sua atitude de “desforra”, o que lhe permitiu ganhar notoriedade não somente no meio artístico, mas também no meio político. Foi também uma maneira de Ana Aurora participar do conflito civil: através da defesa da honra e, posteriormente, de sua escrita.

Merece destaque a forma de Ana Aurora de fazer política dentro do Partido Federalista: através de clubes políticos, literários e publicando artigos em jornais da imprensa maragata.

Podemos conhecer a rede de sociabilidade de Ana Aurora, que possibilitou que fosse uma assídua colaboradora dos jornais *A Reforma* e o *Gaspar Martins*. Ana Aurora participou da política partidária a partir dos espaços possíveis para uma mulher que, naquele contexto, lembremos, não possuía direitos políticos.

Em suas colaborações na imprensa, Ana Aurora era, de alguma forma, atacada, por adversários e desafetos, por ser mulher. Em certos momentos, Ana Aurora precisava se justificar politicamente por seu gênero, ao mesmo tempo em que estava propondo, ainda que de maneira tímida, avanços sociais no quesito direitos das mulheres.

Consideramos, assim, que alcançamos nosso objetivo nesta pesquisa: compreender a atuação política de Ana Aurora, tão importante quanto as duas outras esferas de sua atuação, como docente e escritora literária.

Ao falarmos desse âmbito político, buscamos não conceber Ana Aurora enquanto indivíduo unitário, mas sim apresentando a fragmentação própria de uma vida. Buscamos explorar, portanto, a multifacetada vida de Ana Aurora, abordando também outros aspectos de sua vida, como a vida pessoal e social.

Ana Aurora apresenta sua singularidade também por ser uma voz ativa na imprensa partidária no final do século XIX e início do XX, algo raro para uma mulher sul-rio-grandense no período de nossa análise.

Sendo assim, este trabalho não pretende ser, e não é, uma versão acabada sobre a trajetória política de Ana Aurora. Muito pelo contrário, é apenas uma pesquisa que partiu do princípio de que a vida política de Ana Aurora tinha, até então, sido pouco explorada. Tomando Ana Aurora como fio condutor na pesquisa, foi possível acessar diferentes contextos, o político, o cultural, o social e o familiar, nos quais a personagem atuou.

Pelas fontes preservadas e aqui mapeadas, os caminhos de Ana Aurora ainda podem ser explorados. O acervo de correspondências ativas do irmão de Ana Aurora, Adolfo Lisboa, contém um material muito rico. Pensamos que a análise deste tipo de documento seja um caminho interessante para explicar não só a trajetória de Ana Aurora, como da família Amaral Lisboa.

Seria interessante investigar, também, a trajetória familiar a partir dos rastros de Adolfo e Ana Aurora do Amaral Lisboa. As relações políticas de Rio Pardo com o poder, partindo de nomes presentes no processo-crime, como os membros republicanos de Rio Pardo, seria outra possibilidade de análise. No levantamento das fontes em acervos, foi possível detectar um número impressionante de documentação sobre estes indivíduos.

O processo-crime que envolve Ana Aurora pode ser muito bem analisado em uma pesquisa que discuta as repressões políticas durante o conflito ocorrido entre 1893 e 1895 no interior do Estado. Por esse caminho, seria interessante pesquisar outros processos que abarquem o período da guerra civil, por mais escassos que possam ser.

Contudo, podemos pensar em desenvolver, no futuro, uma trajetória política de Ana Aurora em recorte temporal mais amplo, avançando por outros contextos políticos do início e meados do século XX, uma vez que acreditamos que haja vestígios de Ana Aurora em outras documentações. Além disso, a própria trajetória artística de Ana Aurora também não foi muita discutida pela historiografia, sendo um outro possível caminho a ser seguido.

## FONTES DOCUMENTAIS

### **Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo (AHMRP)**

Arquivo pessoal de Ana Aurora do Amaral Lisboa, caixa 1.

Club Litterario e Recreativo de Rio Pardo e o Club Açusena. Arquivo pessoal de Ana Aurora do Amaral Lisboa, caixa nº 1.

Correspondência de Ana Aurora do Amaral Lisboa a Júlio de Castilhos, 10 janeiro de 1893.

Correspondência de Júlio Magalhães à Ana Aurora do Amaral Lisboa, Porto Alegre, 13 de julho de 1897.

LISBOA, Ana Aurora do Amaral Lisboa. A mulher e a sua missão na sociedade. *A Reforma*, Porto Alegre, sexta-feira, 10 de agosto de 1894, p. 2.

LISBOA, Ana Aurora do Amaral. *A minha defeza*. Porto Alegre: Oficinas typographicas da Livraria Americana, 1895.

LISBOA, Ana Aurora do Amaral. Meus sobrinhos. *In: LISBOA, Joaquim Pedro da Silva. Vida de Joaquim Pedro da Silva Lisboa*. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas da Livraria Americana, 1944.

LISBOA, Ana Aurora do Amaral. Prefácio. *In: Vida de Joaquim Pedro da Silva Lisboa*. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas da Livraria Americana, 1944.

LISBOA, Joaquim Pedro da Silva. *Vida de Joaquim Pedro da Silva Lisboa*. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas da Livraria Americana, 1944.

SPALDING, Walter. *A grande mestra*. Porto Alegre: Edição Sulina, 1953.

### **Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM)**

Ana Aurora do Amaral Lisboa. *Jornal Gaspar Martins*, Santa Maria, sábado, 20 de janeiro de 1906, p. 1.

*Jornal Gaspar Martins*, Santa Maria, sábado, 21 de abril de 1906, p. 2.

*Jornal Gaspar Martins*, Santa Maria, sábado 7 de abril de 1906, p. 3.

*Jornal Gaspar Martins*, Santa Maria, segunda-feira, 29 de janeiro de 1906, p. 1.

*Jornal Gaspar Martins*, Santa Maria, sábado, 20 de janeiro de 1906, p. 1.

*Jornal Gaspar Martins*, Santa Maria, quarta-feira, 21 de fevereiro de 1906, p. 1.

**Centro de Documentação e Memória - CEDOC/UNISC**

Correspondência de Adolfo Amaral Lisboa. Carta para o redator do jornal Conservador. Rio Pardo. Copiador nº 1.

Correspondência de Adolfo do Amaral Lisboa. Carta para Affonso Vianna. Copiador nº 1, Rio Pardo, [188?].

Correspondência de Adolfo do Amaral Lisboa. Carta para Alcides de F. Cruz. Copiador nº 1, Rio Pardo, 22 de dezembro de 1888.

Correspondência de Adolfo do Amaral Lisboa. Carta para Alfredo do Amaral Lisboa. Copiador nº 1, Rio Pardo, 17 de julho de 1884.

Correspondência de Adolfo do Amaral Lisboa. Carta para Candido Pacheco. Copiador nº 1. Rio Pardo, 2 de março de 1885.

Correspondência de Adolfo do Amaral Lisboa. Carta para Mariano do Canto Filho. Copiador nº 1, Rio Pardo, 25 de fevereiro de 1884.

Correspondência de Adolfo do Amaral Lisboa. Rio Pardo, 9 de julho de 1884. Copiador nº 1, 1979-1899.

**Acervo Digital da Biblioteca Nacional/RJ**

*A Federação*, Porto Alegre, 27 de dezembro de 1899, p. 2.

*A Federação*, Porto Alegre, 30 de junho de 1891, p. 1.

*A Federação*, Porto Alegre, quarta-feira, 1 de janeiro de 1899, p. 2.

*A Federação*, Porto Alegre, quarta-feira, 23 de março de 1892, p. 1.

*A Federação*, Porto Alegre, quinta-feira, 14 de dezembro de 1911, p. 1.

*A Federação*, Porto Alegre, quinta-feira, 17 de setembro de 1891, p. 2.

*A Federação*, Porto Alegre, quinta-feira, 23 de dezembro de 1886, p. 1.

*A Federação*, Porto Alegre, quinta-feira, 5 de dezembro de 1889, p. 1.

*A Federação*, Porto Alegre, sábado, 10 de julho de 1897, p. 1.

*A Federação*, Porto Alegre, sábado, 23 de novembro de 1889, p. 2.

*A Federação*, Porto Alegre, sábado, 27 de julho de 1891, p. 1.

*A Federação*, Porto Alegre, sexta-feira, 11 de agosto de 1892, p. 2.

*A Federação*, Porto Alegre, sexta-feira, 14 de março de 1884, p. 1.

*A Federação*, Porto Alegre, sexta-feira, 2 de maio de 1890, p. 1.

- A Federação*, Porto Alegre, sexta-feira, 28 de agosto de 1891, p. 1.
- A Federação*, Porto Alegre, sexta-feira, 29 de janeiro de 1901, p. 2.
- A Federação*, Porto Alegre, sexta-feira, 7 de março de 1884, p. 2.
- A Federação*, Porto Alegre, terça-feira, 7 de junho de 1892, p. 2.
- A Federação*, Porto Alegre, terça-feira, 22 de abril de 1890, p. 2.
- A Federação*, Porto Alegre, terça-feira, 27 de janeiro de 1891, p. 3.
- A Federação*, Porto Alegre, terça-feira, 31 de janeiro de 1893, p. 2
- A Federação*. Porto Alegre, quarta-feira, 9 de março de 1892, p. 1.
- FONTOURA, Antero. *A Federação*, Porto Alegre, 27 de abril de 1895, p. 2.
- FONTOURA, Antero. *A Federação*, Porto Alegre, 29 de abril de 1895, p. 2.
- FONTOURA, Antero. *A Federação*, Porto Alegre, Quinta-feira, 9 de maio de 1895, p. 2.
- FONTOURA, Antero. *A Federação*, Porto Alegre, segunda-feira, 29 de abril de 1895, p. 2.
- FONTOURA, Antero. *A Federação*, Porto Alegre, Sexta-feira, 10 de maio de 1895, p. 2.
- Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, domingo, 8 de setembro de 1901, p. 1.
- LISBOA, Ana Aurora do Amaral. 1. ed. Rio Pardo [RS]: *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, 1889.
- LISBOA, Ana Aurora do Amaral. 2. ed. Rio Pardo [RS]: *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, 1890.
- LISBOA, Ana Aurora do Amaral. 3. ed. Rio Pardo [RS]: *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, 1891.

### **Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS)**

Processo Judicial/Inventário nº 308, 1891.

Processo Judicial/Crime nº 4868, 1899.

### **Delfos - Espaço de Documentação e Memória Cultural – PUCRS**

LISBOA, Ana Aurora do Amaral. *Teatro de Dona Ana Aurora do Amaral Lisboa*. Rio Pardo: O Mensageiro, 1931, p. 25.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. M. R. M. Emblemas da Nacionalidade: o culto a Euclides da Cunha. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 66-85, 1994.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. *In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 223-249.
- ALVES, Francisco das Neves. As oposições sul-rio-grandenses à época da gênese republicana: a União Nacional e a imprensa rio-grandina. *In: NEVES, Francisco das Neves (org.). Imprensa & História no Rio Grande do Sul*, Rio Grande, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001.
- ANTUNES, Duminiense Paranhos. Ana Aurora do Amaral Lisboa. Pioneira autêntica do feminismo brasileiro. *Rio Pardo: Cidade-Monumento*. Porto Alegre: Globo, p. 93-99, 1946.
- ARAÚJO, Maria da Conceição Pinheiro. *Tramas femininas na imprensa do século XIX: tessituras de Ignez Sabino e Délia*. 2008. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2008.
- AXT, Gunter. A Revolução Federalista (1893-1895): guerra civil no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 477, p. 107-135, mai./ago. 2018.
- AXT, Gunter. Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder. *In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord.). República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, v. 3, t. 1, 2007, p. 89-128.
- AXT, Gunter; CABEDA, Coralio; SEELIG, Ricardo Vaz. *Os crimes da ditadura: a história contada pelo dragão*. Porto Alegre: Nova Prata/Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2002.
- BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. Ana Aurora do Amaral Lisboa. *In: BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. Crônicas do passado presente*. Porto Alegre: Nova Prata, 2002, p. 105-109.
- BASILE, Marcello O. N. C. O Império brasileiro: panorama político. *In: LINHARES, Maria Yedda (org.). História geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.
- BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. Borgismo, coronelismo e dissidências políticas nas páginas dos jornais santa-marienses. *Biblos*, Rio Grande, v. 17, p. 165-178, 2005.
- BORBA, Marileda Inês de. *O crime em defesa da honra e a narrativa literária: um entrecruzar de caminhos da literatura e do pensamento jurídico*. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul, 2007.

- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (org.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 183-191.
- BRASIL. **Lei de 18 de agosto de 1831**. Crêa as Guardas Nacionais e extingue os corpos de milicias, guardas municipais e ordenanças. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html). Acesso em: 14 nov. 2018.
- CADORE, Marcos César. *O borgismo no Alto Taquari: uma análise das relações de poder coronelistas nas colônias alemãs e italianas (1903-1928)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2016.
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.
- CASALI, Michele de Oliveira. *A magistratura leiga e eletiva: os Juizes de Paz em Rio Pardo (1828-1850)*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2018.
- CAULFIELD, Caulfield. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2000.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.
- CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.
- CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 4, p. 37-47, 1995.
- CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- COSTA, Miguel A. S. *Entre a "intolerância política" e a "sede ardente de mando": família e poder e facções no tempo dos cunhados José Joaquim Neves e João Luís Gomes da Silva*. 2011. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2011.
- DIAS, Carlos. *Mulheres em cena. As trajetórias de Ana Aurora e Malvina no limiar do século XX*. Curitiba: Editora Primas, 2016.
- DOURADO, Ângelo. *Voluntários do Martírio: narrativa da revolução de 1893*. Ed. Fac-similada de 1896. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1977.

ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a história da revolução Rio-grandense de 1893*. 2. ed. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1920.

ESCOBAR, Wenceslau. *Réplica a todos os contradictores de meus apontamentos para a história da Revolução Rio-grandense de 1893*. Porto Alegre, 1921.

FARINATTI, Luiz Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo: 1880-1924*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

FÉLIX, Loiva Otero. Imprensa, revolução e discurso: a construção de categorias. In: RAMBO, Arthur Blásio; FÉLIX, Loiva Otero (org.). *A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. 1. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1995.

FINGER, Eduardo. *Sou solteira e sem pai, mas veja bem, a sua vida esteve entre minhas mãos: análise da defesa da honra de Ana Aurora do Amaral Lisboa durante a Revolução Federalista (1893-1895), na cidade de Rio Pardo (RS)*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História), Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul, 2017.

FLORES, Hélio Alves. *No tempo das degolas: revoluções imperfeitas*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

FLORES, Hilda Agnes H. *Dicionário de Mulheres*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1994.

FLORES, Hilda Agnes Hübner; FLORES, Moacyr. *Rio Grande do Sul: aspectos da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993.

FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. 5. ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996. ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (org.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da Fundação Universidade de Rio Grande, 1993.

FLORES, Moacyr; FLORES, Hilda Agnes H. *Revolução Federalista*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2016.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3. ed. São Paulo: Kairós, 1983.

FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 3. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Maragatos: o Partido Federalista Rio-Grandense (1892-1928)*. Porto Alegre: Memorial do Rio Grande do Sul, [2020?]. 40 p. (Caderno de História 13).

FRANCO, Sérgio da Costa. O Partido Federalista. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord.). *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, v. 3, t. 1, 2007. p. 129-170.

FRANCO, Sérgio da Costa. Panorama geral da Revolução Federalista. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, L. H. (ed.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Universidade do Rio Grande, 1993b.

FREITAS, Claudia Fernanda de Barros. *Aspectos da história e da literatura na primeira década do Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul. (1889-1900)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História da Literatura) - Programa de Pós-Graduação em História, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2007.

GALLIAN, Dante M. C. O historiador como inquisidor ou como antropólogo? Um questionamento para os "historiadores orais". *Revista História*, São Paulo, n. 125-120, p. 93-103, ago./dez. 1991 a jan./jul. 1992.

GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. 1. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

GOMES, Angela Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: GOMES, Angela Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 7-24.

GONÇALVES, Dilza Porto Gonçalves. *A instrução pública, a educação da mulher e a formação de professores nos jornais partidários de Porto Alegre/RS (1869-1937)*. Porto Alegre: PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2013.

GRAHAM, Richard. Clientelismo na cultura política brasileira: toma lá dá cá. *Publicações Braudel Papers*, 15. ed. 2003. Disponível em: <http://www.braudel.org.br/paper15.htm>. Acesso em: 14 nov. 2018.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciais. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 119-140.

GUTFREIND, Ieda. A Revolução Federalista: o apelo à revolução e projetos políticos. In: FELIX, Loiva Otero; RAMBO, Arthur Blásio (org.). *A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. São Leopoldo/Porto Alegre: UNISINOS/UFRGS, 1995, p. 135-145.

- HAHNNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. Tradução de Maria Thereza P. de Almeida e Heitor Ferreira da Costa. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HESSEL, Lothar. *O Partenon Literário e sua obra*. Porto Alegre: Flama, 1976.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LAYTANO, Dante. *Sebastião Xavier do Amaral Sarmento Mena – Obras completas*. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1933.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LEVI, Geovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LEVI, Geovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (org.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 167-182.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 443-481.
- LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e anti prendas*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1987.
- LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-154.
- MAESTRI, Mário. A segunda morte de Júlio Castilhos. *Revista Virtual La Insignia*, Madri, nov. 2003. Disponível em: [https://www.lainsignia.org/2003/noviembre/cul\\_012.htm](https://www.lainsignia.org/2003/noviembre/cul_012.htm). Acesso em: 13 out. 2019.
- MARIANTE, Hélio Moro. *Memórias da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Presença, [2020?].
- MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1978.
- MARTINS, Jefferson Teles. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920- 1956)*. 2015. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e

Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2015.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Gênero e história: percursos e possibilidades. *In*: SCHUMP, Monica (org.). *Gênero sem fronteiras*. Florianópolis: Mulheres, 1997, p. 73-93.

MAUCH, Cláudia. O processo crime para além dos crimes. *Produzindo história a partir de fontes primárias*. *In*: MOSTRA DE PESQUISA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 11, 09 e 10 de setembro de 2013, Porto Alegre. *Anais*[...] Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2013. p. 17-31.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOTTA, José do Patrocínio. *República Fraticida: revoluções rio-grandenses de 1835-1932*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Ana Aurora do Amaral Lisboa. *In*: MUZART, Zahidé Lupinacci (org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999, p. 873-891.

OLIVERA, Rodrigo dos Santos de. Os 120 anos da Guerra Civil de 1893. *Historiæ*, Rio Grande, v. 4, n. 2, p. 137-147, 2013.

OSÓRIO, Helen. Estrutura agrária e ocupacional. *In*: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Orgs.). *Colônia*. Passo Fundo: Méritos, v. 1, 2006, p.153-170.

PEREIRA, Renan Rivaben. O Rio de Janeiro de 1860 pela *Revista Semana Ilustrada*: o progresso, os espaços públicos e os trabalhadores. *Urbana*, Campinas, v. 6, n. 9, p. 236-260, ago./dez. 2014.

PERISTIANY, John. G. Introducción. *In*: PERISTIANY, John G. (org). *Concepto del honor en la sociedad mediterránea*. Barcelona: Editorial Labor, 1968, p. 11-20.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Farroupilha*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Revolução Federalista: memória revisitada. *In*: POSSAMAI, Zita (org). *Revolução Federalista de 1893*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

PITT-RIVERS, Julian. A doença da honra. *In*: CZECHOWSKY, Nicole. *A honra imagem de si ou o dom de si – um ideal equívoco*. Porto Alegre: L&PM, 1992, p. 17-32.

- PITT-RIVERS, Julian. Honor y categoria social. *In: PERISTIANY, John G. (org). Concepto del honor en la sociedad mediterránea*. Barcelona: Editorial Labor, 1968, p. 21-76.
- PITT-RIVERS, Julian. The place of grace in anthropology. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, Londres, n. 1, v. 1, p. 423-450, 2011.
- RAMBO, Arthur Blásio; FÉLIX, Loiva Otero (org.). *A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. 1. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1995.
- RAMOS, Margarita. Reflexões sobre o processo histórico-discursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil e a construção das mulheres. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 53-73, jan./abr., 2012.
- RIBEIRO, José Iran. Quando o serviço nos chama: *os milicianos e guardas nacionais gaúchos (1825-1835)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2001.
- ROBL, Daniela Machado. *Mulheres mataram ou morreram em nome da honra: estudos de processos de homicídios (Porto Alegre, primeira metade do século XX)*. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2009.
- RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. O castilhismo e outras ideologias. *In: AXT, Gunter; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti (org.). República Velha (1889-1930)*. 1. ed. Passo Fundo: Méritus, 2007, v. 3, p. 57-88.
- ROHDEN, Fabíola. Para que serve o conceito de honra, ainda hoje? *Ensaio Bibliográfico*, Campos, v. 7, n. 2, p. 101-120, 2006.
- ROUSTON JUNIOR, Eduardo. O Partido Federalista ao tempo do castilhismo-borgismo: considerações historiográficas. *Fato & Versões*, [s. l.], v. 8, p. 25-55, 2016.
- SACCOL, Tassiana. Maria P. A elite da propaganda republicana rio-grandense: um perfil sociológico. *In: SOUTO, Cintia V.; VIANNA, Marcelo.; MORAES, Thiago. A.; KORNDÖRFER, Ana Paula (org.). Espaços de saber e poder: instituições e seus agentes na perspectiva da história social*. 1. ed. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2014, p. 59-75.
- SCHMACHTENBERG, Ricardo. Antônio Simões Pires, estancieiro, oficial camarário e filho de povoador: redes de poder e relações familiares na Vila de Nossa Senhora do Rio Pardo, Província do Rio Grande de São Pedro (1811-1830). *ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA*, XII, 2014, São Leopoldo/RS. *In: História, Verdade e Ética*. Porto Alegre, RS: ANPUH-RS, 2014. v. 1. p. 1-16.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. *Métis*, Caxias do Sul, v. 2, n. 3, p. 57-72, 2003.
- SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

SCOTT, Joan W. *A cidadã paradoxal – as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Mulheres, 2002.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SEGALIN, Linara Bessega. Seriam os almanaques “leituras confiadas às mais inocentes e mais puras leitoras? *Métis*, Caxias do Sul, v. 9, n. 18, p. 127-153, jul./dez. 2010.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. Mulheres e vida pública em Porto Alegre no século XIX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 239-260, jan./abr. 2016.

SOUZA, Sabrina Silva de. *Comerciantes em Rio Pardo – RS: atuações comerciais e relações sociais (1830-1835)*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 1998.

SPALDING, Walter. *A grande mestra*. Porto Alegre: Edição Sulina, 1953.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

TARGA, Luiz Roberto Percoits. 1893: interpretações da guerra. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 127-150, 2003.

TARGA, Luiz Roberto Percoits. A política fiscal modernizadora do Partido Republicano Rio-Grandense (1889-1930). In: RECKZIEGEL, Ana L. Setti; AXT, Gunter (org.). *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos Editora, 2007, v. 3, p. 247-272.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 401-442.

TORRESINI, Elisabeth W. Rocha del. Breve história da circulação de livros, das livrarias e editoras no Rio Grande do Sul (séculos XIX e XX). In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

TRINDADE, Carine Medeiros. O sangue que lava a honra: estudo de decisões de recurso em homicídios de mulheres (Rio Grande do Sul, década de 1930). 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.

VARGAS, Jonas M. *Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2007.

VELLINHO, Moysés. Dedicatória. *In*. SPALDING, Walter. *A grande mestra*. Porto Alegre: Edição Sulina, 1953, p. 10-12.

VENANCIO, Giselle Martins. *Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)*. 2003. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

VENDRAME, Maíra Ines. *O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)*. 1. ed. São Leopoldo/Porto Alegre: OIKOS/Coleção ANPUH-RS, 2016.

VERONA, Elisa Maria. *Da feminilidade oitocentista*. São Paulo: Editora Unesp (recurso digital), 2013.

VOGT, Olgário. Paulo. Formação social e econômica da porção meridional do Vale do Rio Pardo. *In*: VOGT, Olgário Paulo; SILVEIRA, Rogério Leandro L. da. (org.). *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001, p.47-68.

WITTER, Nikelen. Acosta. Uma biblioteca no pampa: livros, leitura e leitores no Rio Grande do Sul do Século XIX. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVI, São Paulo. **Anais [...]**: São Paulo: ANPUH-SP, 2011. v. 1.